



UNIVERSIDADE
ESTADUAL de LONDRINA

THIAGO GOMES SOUZA

URBANIZANDO TERRITÓRIOS PERIFÉRICOS:
IMPLANTAÇÃO E CONSOLIDAÇÃO DO CONJUNTO
HABITACIONAL DE INTERESSE SOCIAL DO PROGRAMA
MINHA CASA, MINHA VIDA (PMCMV) EM LONDRINA-PR



UNIVERSIDADE
ESTADUAL de LONDRINA

PROGRAMA ASSOCIADO DE PÓS-GRADUAÇÃO EM ARQUITETURA E URBANISMO DA
UNIVERSIDADE ESTADUAL DE LONDRINA E DA UNIVERSIDADE ESTADUAL DE MARINGÁ

THIAGO GOMES SOUZA

URBANIZANDO TERRITÓRIOS PERIFÉRICOS:
IMPLANTAÇÃO E CONSOLIDAÇÃO DO CONJUNTO
HABITACIONAL DE INTERESSE SOCIAL DO PROGRAMA
MINHA CASA, MINHA VIDA (PMCMV) EM LONDRINA-PR

THIAGO GOMES SOUZA

**URBANIZANDO TERRITÓRIOS PERIFÉRICOS:
IMPLANTAÇÃO E CONSOLIDAÇÃO DO CONJUNTO
HABITACIONAL DE INTERESSE SOCIAL DO PROGRAMA
MINHA CASA, MINHA VIDA (PMCMV) EM LONDRINA-PR**

Dissertação apresentada ao Programa
Associado de Pós-Graduação em
Arquitetura e Urbanismo - PPU UEM/UEL,
como requisito parcial para obtenção do
título de Mestre em Arquitetura e
Urbanismo.

Orientador: Prof^a. Dr^a. Vera Lucia Tieko
Suguihiro.

Londrina
2025

Ficha de identificação da obra elaborada pelo autor, através do Programa de Geração Automática do Sistema de Bibliotecas da UEL

S719u Souza, Thiago Gomes.
Urbanizando territórios periféricos : implantação e consolidação do conjunto habitacional de interesse social do Programa Minha Casa, Minha Vida (PMCMV) em Londrina-PR / Thiago Gomes Souza. - Londrina, 2025.
151 f. : il.

Orientador: Vera Lucia Tieko Suguihiro.
Dissertação (Mestrado em Arquitetura e Urbanismo) - Universidade Estadual de Londrina, Centro de Tecnologia e Urbanismo, Programa de Pós-Graduação em Arquitetura e Urbanismo, 2025.
Inclui bibliografia.

1. Urbanização periférica - Tese. 2. Consolidação urbana - Tese. 3. Arqueologia urbana - Tese. 4. Habitação de interesse social - Tese. I. Suguihiro, Vera Lucia Tieko. II. Universidade Estadual de Londrina. Centro de Tecnologia e Urbanismo. Programa de Pós-Graduação em Arquitetura e Urbanismo. III. Título.

CDU 711/72

THIAGO GOMES SOUZA

**URBANIZANDO TERRITÓRIOS PERIFÉRICOS:
IMPLANTAÇÃO E CONSOLIDAÇÃO DO CONJUNTO
HABITACIONAL DE INTERESSE SOCIAL DO PROGRAMA
MINHA CASA, MINHA VIDA (PMCMV) EM LONDRINA-PR**

Dissertação apresentada ao Programa
Associado de Pós-Graduação em Arquitetura e
Urbanismo - PPU UEM/UEL, como requisito
parcial para obtenção do título de Mestre em
Arquitetura e Urbanismo.

BANCA EXAMINADORA

Orientador: Prof^a. Dr^a. Vera Lucia Tieko
Suguihiro
Universidade Estadual de Londrina PPU –
UEM/UEL

Prof^a. Dr^a. Milena Kanashiro
Universidade Estadual de Londrina PPU –
UEM/UEL

Prof^a. Dr^a. Sandra Maria Almeida Cordeiro
Universidade Estadual de Londrina PPGSER –
UEL

Londrina, 19 de novembro de 2025.

Dedicado às minhas interlocutoras e interlocutores de pesquisa, pessoas que constroem a realidade do Residencial Vista Bela nas suas lutas diárias. À classe trabalhadora e a todas as pessoas que vivem e sobrevivem nas periferias urbanas brasileiras.

AGRADECIMENTOS

À minha família, minha base, meu abrigo, que me apoiou de forma incondicional durante todo esse processo do Mestrado, mesmo na distância física que separa Londrina do Rio de Janeiro.

Aos docentes e discentes do Programa Associado de Pós-Graduação em Arquitetura e Urbanismo - PPU UEM / UEL. Vocês dão sentido e fazem esse programa acontecer. Esse comprometimento foi incentivo para que, na condição de mestrando, eu desse sempre o meu melhor em todas as minhas atividades.

Aos colegas do grupo de pesquisa Vercidades, sob a regência da nossa maestra: a professora Vera Suguihiro. As discussões e trocas foram ricas e estimulantes. Foi em um dos nossos “paredões” que vocês, com seus comentários afiados e inteligentes, me fizeram dar nova forma às categorias de análise.

Às professoras Milena Kanashiro e Sandra Cordeiro, que aceitaram o meu convite para compor a banca examinadora. Suas considerações foram uma contribuição preciosa para a conclusão da Dissertação, me sinto privilegiado com sua participação.

Aos colegas da Diretoria de Planejamento do Território e Edificações da Pró-Reitoria de Planejamento – DPTE-PROPLAN / UEL. Vocês acompanharam diariamente, nesses últimos 2 anos, as minhas alegrias, e também as dores e dissabores dessa situação complexa que é a realização de um Mestrado.

A vocês, a minha gratidão e o meu muito obrigado!

*De nada serve partir das coisas boas de sempre,
mas sim das novas e ruins.*

Bertolt Brecht (1898-1956)

*Ainda vão me matar numa rua.
Quando descobrirem,
principalmente,
que faço parte dessa gente
que pensa que a rua
é a parte principal da cidade.*

Paulo Leminski (1944-1989)

RESUMO

SOUZA, Thiago Gomes. **Urbanizando territórios periféricos:** implantação e consolidação do conjunto habitacional de interesse social do Programa Minha Casa, Minha Vida (PMCMV) em Londrina-PR. 2025. 151 f. Dissertação (Mestrado em Arquitetura e Urbanismo) – Universidade Estadual de Londrina, Londrina, 2025.

Nos últimos anos, há uma tendência de implantação de conjuntos habitacionais nas periferias das cidades brasileiras, em áreas desprovidas de políticas públicas de Habitação de Interesse Social (HIS). Essa forma específica de implantação resulta na segregação e estigmatização social das populações que vivem nesses territórios. Considerando as precariedades identificadas com esses locais em seu período inicial, e a condição atual, caracterizada por transformações no espaço urbano e nas unidades residenciais, deduzimos que o processo de implantação não determina a consolidação de HIS, e que ela deve ser resultado da ação de atores urbanos, e das interações estabelecidas com forças sociais, econômicas e políticas no território. O objeto da pesquisa são as forças sociais, econômicas e políticas que atuam no processo de urbanização de territórios periféricos. O objetivo da pesquisa é identificar os elementos urbanos presentes na urbanização de um território periférico implantado por políticas públicas. A pesquisa foi realizada a partir de um estudo de caso, o Residencial Vista Bela, construído na região norte da cidade de Londrina entre os anos de 2011 e 2012. A metodologia utilizada compreende abordagem qualitativa, com consultas bibliográficas e trabalho de campo, realizado por meio de incursões ao território e entrevistas e percursos acompanhados com moradores do bairro. A análise dos dados indica a relevância da participação social no processo de consolidação urbana, e como ela se relaciona com o atendimento de necessidades coletivas das pessoas que vivem em conjuntos de HIS. Com a formatação da arqueologia urbana e da metodologia de perto e de dentro, o trabalho possibilita novos entendimentos sobre as dinâmicas de produção do espaço em territórios periféricos.

Palavras-chave: urbanização periférica; consolidação urbana; arqueologia urbana; habitação de interesse social.

ABSTRACT

SOUZA, Thiago Gomes. **Urbanizing peripheral territories:** implementation and consolidation of the social housing complex of the *Minha Casa, Minha Vida Program* (PMCMV) in Londrina-PR. 151 p. Master's Thesis in Architecture and Urbanism) – State University of Londrina, Londrina, 2025.

In recent years, there has been a tendency to implement housing complexes on the outskirts of Brazilian cities, in areas lacking public policies of Social Interest Housing (HIS). This specific form of implementation results in the segregation and social stigmatization of the populations living in these territories. Considering the precariousness identified with these locations in their initial period, and the current condition, characterized by transformations in urban space and residential units, we deduce that the implementation process does not determine the consolidation of HIS, and that it must be the result of the action of urban actors, and the interactions established with social, economic and political forces in the territory. The object of the research is the social, economic and political forces that act in the urbanization process of peripheral territories. The objective of the research is to identify the urban elements present in the urbanization of a peripheral territory implemented by public policies. The research was carried out based on a case study, Residencial Vista Bela, built in the northern region of the city of Londrina between 2011 and 2012. The methodology employed comprises a qualitative approach, with bibliographic research and fieldwork, conducted through incursions into the territory and interviews and accompanied walks with residents of the neighborhood. The data analysis indicates the relevance of social participation in the urban consolidation process, and how it relates to meeting the collective needs of people living in social housing complexes. With the framework of urban archaeology and the "close and from within" methodology, the work enables new understandings of the dynamics of space production in peripheral territories.

Key-words: peripheral urbanization; urban consolidation; urban archaeology; social interest housing.

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 - Localização da cidade de Londrina	14
Figura 2 - Expansão urbana de Londrina (1930-2004)	27
Figura 3 - Divisão territorial de Londrina (2009)	29
Figura 4 - Distribuição das escolas públicas e particulares em Londrina (2009)	31
Figura 5 - Presença das religiões e faixas de renda em Londrina (2009)	33
Figura 6 - Conjuntos habitacionais e assentamentos precários em Londrina (2022)	35
Figura 7 - Parcelamento original do Residencial Vista Bela (2002)	39
Figura 8 - Divisão original de lotes do Residencial Vista Bela (2002)	40
Figura 9 - Parcelamento final do Residencial Vista Bela (2009)	41
Figura 10 - Divisão final de lotes e tipologias do Residencial Vista Bela (2009)	42
Figura 11 - Implantação do Residencial Vista Bela (2011)	43
Figura 12 - Visão geral do Residencial Vista Bela (2011)	44
Figura 13 - Entorno do Residencial Vista Bela nos dias iniciais (2013)	48
Figura 14 - Entorno do Residencial Vista Bela nos dias atuais (2024)	49
Figura 15 - Estabelecimentos do Residencial Vista Bela nos dias atuais (2024)	50
Figura 16 - Estrutura da pesquisa de campo	54
Figura 17 - Metodologia e instrumentos da pesquisa de campo	63
Figura 18 - Aspectos gerais do Residencial Vista Bela (2014)	64
Figura 19 - Residencial Vista Bela - Condição Inicial das Casas e Alterações na Fachada (2013)	65
Figura 20 - Residencial Vista Bela - Construção de Muros e Fechamentos Improvisados (2013)	65
Figura 21 - Residencial Vista Bela - Material de Obra e Entulho Acumulado nos Quintais (2013)	66
Figura 22 - Residencial Vista Bela - Alterações Nas Unidades Habitacionais (2013)	66
Figura 23 - Residencial Vista Bela - Adaptações para Comércio e Serviços (2024)	67
Figura 24 - Residencial Vista Bela - Uso Religioso das Casas e Grupos Reunidos nas Tabacarias (2024)	68
Figura 25 - Residencial Vista Bela - Marcação de Jogos Infantis nas Ruas e Apropriações das Calçadas com Mobiliário (2024)	69
Figura 26 - Residencial Vista Bela - Verticalização dos Imóveis e Execução de Coberturas (2024)	70
Figura 27 - Residencial Vista Bela - Comercialização dos Imóveis (2024)	71
Figura 28 - Residencial Vista Bela - Ocupações Irregulares nos Fundos de Vale (2024)	84

LISTA DE TABELAS

Tabela 1	Empreendimentos de HIS em Londrina por década (1970-2010).....	36
Tabela 2	Empreendimentos de HIS em Londrina no PMCMV (2009- 2013).....	37
Tabela 3	Empreendimentos habitacionais do Residencial Vista Bela (2011-2012)	42
Tabela 4	Dados socioeconômicos - Residencial Vista Bela e Londrina (2022)	47

LISTA DE SIGLAS E ABREVIATURAS

APP	Área de Preservação Permanente
BNH	Banco Nacional de Habitação
CEF	Caixa Econômica Federal
CEPESH	Comitê de Ética em Pesquisa Envolvendo Seres Humanos
CF 88	Constituição Federal de 1988
CMEI	Centro Municipal de Educação Infantil
CMTU	Companhia Municipal de Trânsito e Urbanização
COHAB-LD	Companhia de Habitação de Londrina
CTNP	Companhia de Terras Norte do Paraná
DIST	Desenvolvimento Integrado Sustentável do Território
FAR	Fundo de Arrendamento Residencial
FDS	Fundo de Desenvolvimento Social
FGTS	Fundo de Garantia do Tempo de Serviço
FNHIS	Fundo Nacional para Habitação de Interesse Social
FNRU	Fórum Nacional da Reforma Urbana
HIS	Habitação de Interesse Social
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
IPPUL	Instituto de Pesquisa e Planejamento Urbano de Londrina
ONG	Organização Não Governamental
PAC	Programa de Aceleração do Crescimento
PLHIS	Plano Local para Habitação de Interesse Social
PML	Prefeitura Municipal de Londrina
PMCMV	Programa Minha Casa, Minha Vida
SEMA	Secretaria Municipal do Ambiente
SENAI	Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial
SESC	Serviço Social do Comércio
SESI	Serviço Social da Indústria
SIGLON	Sistema de Informação Geográfica de Londrina
SNHIS	Sistema Nacional de Habitação de Interesse Social
TCLE	Termo de Consentimento Livre e Esclarecido
UBS	Unidade Básica de Saúde

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO	13
2	CONTEXTO	18
2.1	Urbanização e políticas públicas habitacionais no Brasil.....	18
2.2	Caracterização da Cidade de Londrina	25
2.3	HIS em Londrina e o Programa Minha Casa, Minha Vida.....	34
2.4	O Residencial Vista Bela	38
3	METODOLOGIA	51
3.1	Incursões exploratórias	55
3.2	Entrevistas semiestruturadas	57
3.3	Percursos acompanhados	60
3.4	Organização e análise dos dados empíricos.....	61
4	TRABALHO DE CAMPO	64
4.1	Descrição das incursões	67
4.2	Descrição das entrevistas.....	71
4.3	Descrição dos percursos	81
5	ANÁLISE DE DADOS	86
5.1	Categorias de análise.....	89
5.1.1	Aspectos ativos	90
5.1.2	Aspectos passivos.....	90
5.1.3	Características iniciais	90
5.1.4	Mudanças físicas.....	91
5.1.5	Mudanças na sociabilidade.....	91
5.1.6	Ausências	92
5.1.7	Redes de solidariedade	92
5.2	Arranjo das categorias	92
5.2.1	Intervenção nas unidades habitacionais	94
5.2.2	Mobilização pela implantação da infraestrutura	95
5.2.3	Construção de sociabilidades	97

6	CONSIDERAÇÕES FINAIS	99
7	CONCLUSÃO	102
	REFERÊNCIAS.....	104
	APÊNDICES.....	108
	APÊNDICE A - Resultados das incursões exploratórias	109
	APÊNDICE B - Termo de Consentimento Livre e Esclarecido - entrevista semiestruturada e caminhada acompanhada.....	115
	APÊNDICE C - Notas de campo: entrevistas semiestruturadas	119
	APÊNDICE D - Resultados das entrevistas semiestruturadas	135
	APÊNDICE E - Notas de campo: percursos acompanhados.....	138
	APÊNDICE F - Elementos da urbanização periférica	151

1 INTRODUÇÃO

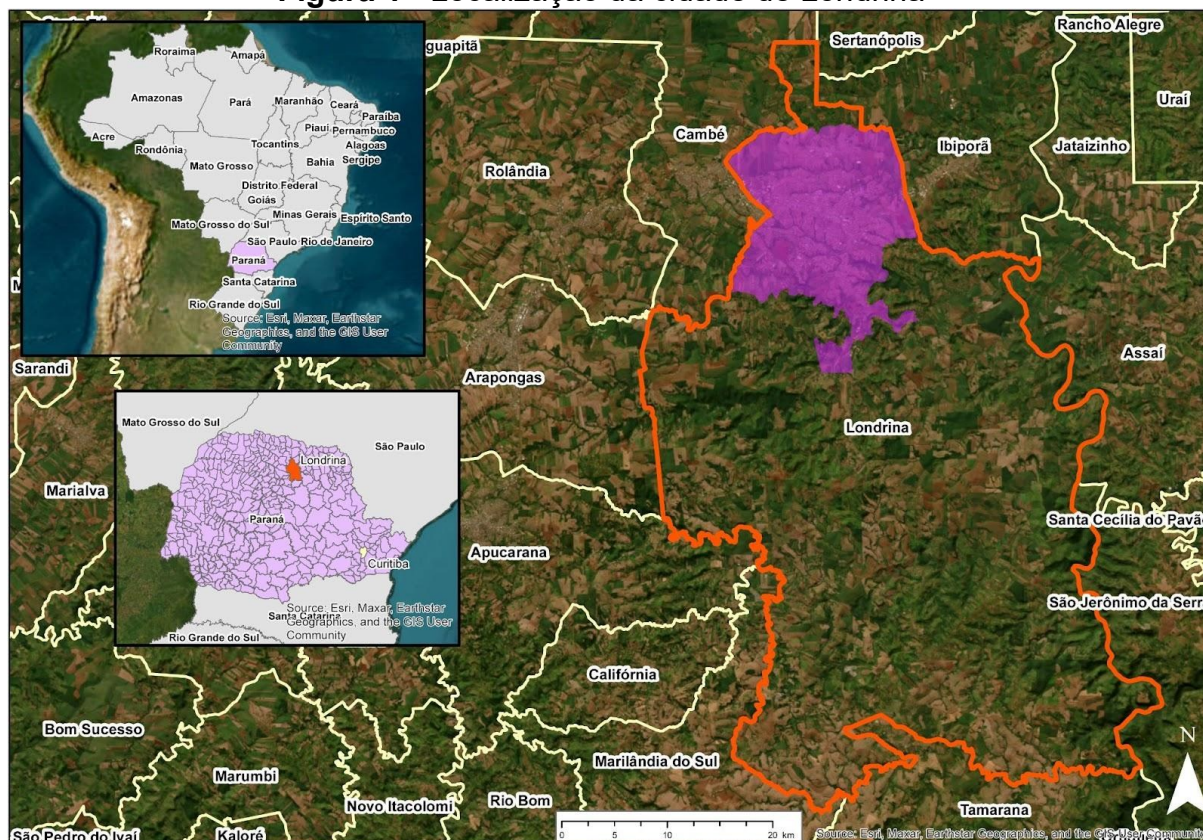
O déficit habitacional no Brasil é um problema social que traz prejuízos à dignidade humana e ao direito à habitação, que é garantido pela Constituição Federal de 1988 como um direito social fundamental dos cidadãos. Conforme consta no Artigo 6º da Constituição Federal (CF 88): “São direitos sociais a educação, a saúde, a alimentação, o trabalho, a moradia, o transporte, o lazer, a segurança, a previdência social, a proteção à maternidade e à infância, a assistência aos desamparados” (Brasil, 2015). A CF 88 também determina que a União, os Estados e os municípios são responsáveis por promover programas de construção de moradias sociais e melhoria das condições habitacionais. Historicamente, as políticas habitacionais vêm sendo utilizadas pelo poder público como um instrumento para o acesso de famílias de baixa renda ao direito à moradia. No contexto dessas políticas públicas, existe a tendência de implantação de Habitação de Interesse Social (HIS) em periferias urbanas, em áreas desprovidas de equipamentos públicos como hospitais, postos de saúde, creches, escolas e praças, e carentes de serviços públicos como infraestrutura urbana de luz e água, e circulação de linhas de ônibus. Considerando as precariedades iniciais identificadas com os conjuntos habitacionais de HIS e as transformações que caracterizam esses territórios durante o processo de urbanização, as diferenças verificadas indicam que o processo de implantação de HIS não determina a consolidação dos bairros nas periferias brasileiras.

O objeto desta pesquisa são as forças sociais, econômicas e políticas que atuam no processo de urbanização de territórios periféricos. O objetivo principal da pesquisa é identificar os elementos urbanos que caracterizam a urbanização de um território periférico implantado por meio de políticas públicas de HIS. Para atingir esse objetivo, será realizada a reconstrução do processo de implantação e consolidação de um conjunto habitacional de HIS.

Os objetivos específicos da pesquisa são: 1) Resgatar o contexto histórico da implantação de HIS por meio do levantamento de documentos, projetos, leis e planos; 2) Caracterizar as alterações realizadas no bairro e a sua relação com as necessidades dos moradores no processo de consolidação do território; e 3) Reconstruir por meio da arqueologia urbana o processo de urbanização de um território periférico. O campo empírico da pesquisa está localizado na cidade de Londrina, estado do Paraná, na região Sul do Brasil.

Entre os anos de 2011 e 2012 foi construído na região Norte de Londrina o Residencial Vista Bela, maior empreendimento do Programa Minha Casa, Minha Vida (PMCMV) na época de sua implantação.

Figura 1 - Localização da cidade de Londrina



Fonte: Adaptado de IBGE (2023).

A reconstrução do processo de urbanização tem a finalidade de entender as dinâmicas de implantação e consolidação do território. O pressuposto da pesquisa é que a consolidação desses territórios acontece com a participação dos moradores, por meio das interações estabelecidas interna e externamente com as forças sociais, econômicas e políticas que atuam na produção do espaço urbano. Considerando a importância da participação dos moradores no recorte da pesquisa, será dada ênfase nas forças sociais do processo de urbanização do território. A metodologia aplicada compreende uma abordagem qualitativa, através de consultas bibliográficas e trabalho de campo. Para contextualizar o estudo de caso, foi realizada a leitura de pesquisas e estudos locais e consulta a órgãos públicos e às legislações que fundamentaram a implantação do bairro.

O referencial teórico levou em consideração as especificidades urbanas no capitalismo periférico, que define as cidades como mercadoria e como produto social

(Maricato, 2015). Dessa maneira, a contextualização do estudo de caso a partir da consulta dos aspectos normativos e institucionais que levaram à sua realização, permite identificar as dinâmicas econômicas e sua relação com as políticas públicas no processo de implantação dos empreendimentos de Habitação de Interesse Social. Entretanto, para acessar a dimensão do território enquanto produto social, a pesquisa não pode ficar restrita aos meios institucionais e a consultas bibliográficas relacionadas ao estudo de caso. Dessa forma, os instrumentos para a pesquisa de campo tiveram como fundamento a apreensão dos fenômenos urbanos a partir do ponto de vista do território, considerando que a articulação entre os moradores resulta em uma forma específica de produção do espaço urbano, por meio de lutas para reversão dos processos de segregação socioespacial e lutas simbólicas envolvidas no processo de produção cultural da paisagem e de seus elementos materiais (Velloso, 2021, p. 239).

O encaminhamento dos problemas sociais não é de natureza técnica, mas, ao contrário, tem um sentido eminentemente político, pois decorre da capacidade que as camadas subalternas tiveram de conquistar maiores espaços numa arena necessariamente contraditória e conflituosa (Kowarick, 1985, p. 47).

Interessa aqui investigar as formas de ação e engajamento de atores sociais, a partir de diálogos acerca da identidade, políticas públicas e planejamento urbano, tendo como horizonte a ampliação da capacidade de ação política e reivindicatória desses sujeitos políticos urbanos (Velloso, 2021, p. 238). Sob essa perspectiva, as alterações realizadas pelas pessoas que vivem no território são interpretadas como evidências das pautas reivindicatórias nas periferias urbanas. Considerando essas premissas, o trabalho de campo foi realizado por meio de incursões exploratórias no território, complementadas com a interlocução com seus moradores, a partir de entrevistas semiestruturadas e percursos acompanhados. Esses instrumentos metodológicos foram definidos tendo como intenção entender a realidade local das pessoas que vivem o cotidiano do Residencial Vista Bela e identificar os fenômenos que caracterizam o território e o seu processo de urbanização. O contato com interlocutores de pesquisa, pessoas participantes voluntárias, abrange aspectos etnográficos do trabalho de campo que resultam dessa interação com os moradores do Residencial Vista Bela. Dessa maneira, a pesquisa também está intimamente conectada com a percepção que as próprias pessoas têm do espaço em que vivem, uma vez que as considerações levantadas nos percursos e o campo discursivo apreendido das entrevistas são um

aspecto fundamental do material empírico, cuja análise subsidiou a reconstrução do processo de urbanização do território pesquisado.

A realização das entrevistas e percursos pelo bairro exigiu o recrutamento de interlocutores locais¹. Esse recrutamento teve como parâmetros adotados os critérios de temporalidade e representatividade, considerando como atores relevantes as pessoas que moram desde o início da implantação do bairro, bem como as pessoas com participação ativa na vida do bairro, que atuaram diretamente nas transformações do Residencial Vista Bela, colaborando para a consolidação do território.

Consideradas as condições que norteiam a aplicação dos instrumentos metodológicos para o estudo de caso, a pesquisa foi exploratória, observacional e documental. A metodologia proposta procura uma estreita relação com o trabalho de campo aplicado ao estudo de caso. Entendemos que, para atingir o objetivo de identificar os elementos urbanos que caracterizam a urbanização do território, é fundamental aplicar uma metodologia conectada com aspectos práticos e cotidianos do espaço pesquisado. Daí a utilização dos instrumentos de campo, cujo material empírico, complementado com a pesquisa bibliográfica, subsidiou o entendimento da urbanização periférica.

Com a reconstrução do processo de implantação e consolidação de HIS, espera-se demonstrar a relevância da participação social na produção do espaço urbano, e como essa participação está relacionada com o atendimento das necessidades coletivas dos moradores na urbanização de bairros em territórios periféricos. O benefício acadêmico é a sua contribuição para estudos sobre espaços urbanos periféricos. Sob o ponto de vista metodológico, o trabalho pretende apresentar um formato que permite a reconstrução do processo de urbanização a partir dos fenômenos internos ao território pesquisado, buscando uma abordagem original a partir da perspectiva local, por meio das incursões no território e das subjetividades do campo discursivo das pessoas participantes das entrevistas e percursos pelo bairro.

A seção 2 - CONTEXTO - caracteriza o contexto histórico do estudo de caso, dos aspectos gerais (contexto da urbanização e políticas públicas habitacionais no

¹ Para atender as normas do Comitê de Ética em Pesquisa Envolvendo Seres Humanos (CEPESH), o projeto de pesquisa foi submetido por meio da Plataforma Brasil, com as informações do trabalho, como metodologia, objetivos, critérios de inclusão e exclusão das pessoas participantes e avaliação dos riscos e benefícios da pesquisa. A participação das pessoas foi voluntária, mediante assinatura de Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE). O projeto de pesquisa aprovado em 01 de abril de 2024 (Parecer Consubstanciado nº 6.736.893). O material empírico foi obtido entre abril e agosto de 2024.

Brasil) aos aspectos específicos (caracterização de Londrina e dos empreendimentos de Habitação de Interesse Social na cidade). Esse capítulo resgata a situação da HIS em Londrina, onde se insere o Residencial Vista Bela, campo empírico da pesquisa.

A seção 3 - METODOLOGIA - descreve a metodologia “de perto e de dentro” (Magnani, 2002) utilizada no trabalho de campo, e o método etnográfico, que busca regularidades e arranjos coletivos locais a partir do ponto de vista das pessoas que vivem no território. Neste capítulo são apresentados os instrumentos de campo: incursões exploratórias, entrevistas semiestruturadas e percursos acompanhados. São expostos os referenciais teóricos que subsidiaram a elaboração dos instrumentos metodológicos aplicados no trabalho de campo (‘Dialética do Concreto’, Kosík, 1976; e ‘Urbano-Constelação’, Velloso, 2021). Também é descrita nesse capítulo a forma de organização do material empírico e a subsequente análise de dados, subsidiados pela teoria da ‘Arqueologia do Saber’ (Foucault, 1972).

A seção 4 - TRABALHO DE CAMPO - apresenta a aplicação dos instrumentos e a descrição e análise dos dados obtidos a partir do trabalho de campo no Residencial Vista Bela. A obtenção do material empírico de campo possibilitou a caracterização das alterações realizadas no bairro e a relação dessas transformações com as necessidades dos moradores no processo de consolidação do Residencial Vista Bela.

A seção 5 - ANÁLISE DE DADOS - apresenta a reconstrução do processo de urbanização do território periférico, realizada por meio da organização e análise do material empírico de campo. A partir da definição das categorias de análise e do subsequente arranjo dessas categorias, apresentam-se os elementos urbanos presentes na urbanização do bairro e as forças sociais, econômicas e políticas que se relacionam na produção do espaço e definem o processo de urbanização periférica.

A seção 6 - CONSIDERAÇÕES FINAIS - apresenta a consolidação do Residencial Vista Bela como um processo no qual os moradores tiveram participação fundamental, por meio da mobilização pela implantação da infraestrutura no bairro, intervenção nas suas casas e construção de sociabilidades no território.

A seção 7 - CONCLUSÃO - apresenta a contribuição para os estudos urbanos, a partir da formatação da arqueologia urbana e da metodologia de perto e de dentro, que possibilitam novos entendimentos sobre dinâmicas de produção do espaço urbano.

2 CONTEXTO

As cidades brasileiras são, cada vez mais, configurações resultantes de processos simultâneos e interdependentes de territorialização que denotam a estruturação urbana resultante do neoliberalismo (Velloso, 2021, p. 242).

O urbano é uma categoria teórica que expõe uma prática social em movimento, categoria essa que permite superar a consideração da cidade como objeto, tal como o funcionalismo o fizera desde, pelo menos, meados do século XIX. Ao contrário, é um conceito que dá conta dos processos abstratos e concretos que marcam a vida urbana: nesses, há diversas lógicas, há desigualdades e diferenciações sócio-espaciais, há contradições expressas (Velloso, 2021, p. 236).

É nesse contexto que se torna relevante a compreensão do fenômeno da urbanização periférica observado em diversas cidades brasileiras. Esse fenômeno apresenta como característica a segregação da população de baixa renda em periferias urbanas.

2.1 URBANIZAÇÃO E POLÍTICAS PÚBLICAS HABITACIONAIS NO BRASIL

O desenvolvimento do capitalismo no Brasil gerou um tipo particular de sociedade urbana, baseada numa grande concentração de atividades produtivas, bem como nas atividades que implicam em sua reprodução. Nesse contexto, a partir dos anos 1930, enormes massas de população foram formadas, sendo obrigadas a se acomodar ao fenômeno que se poderia chamar de “urbanização por expansão de periferias”, fenômeno que adquiriu um verdadeiro processo ecológico de discriminação social (Moisés, 1985, p. 16). A formação das principais áreas metropolitanas brasileiras foi acompanhada do surgimento de contradições sociais e políticas específicas, que apareceram na forma das “distorções urbanas”. Desde os anos 1940 e, mais intensamente, a partir da industrialização que se iniciou em meados dos anos 1950, o aprofundamento da divisão social do trabalho no país provocou a emergência de novas necessidades sociais e urbanas para a população. Aumentou a demanda por serviços de infraestrutura, como água, esgotos, asfaltamento de ruas e iluminação pública, e por um sistema de transportes coletivos mais eficiente, pois a expansão da periferia aumentava a distância entre a moradia e o local de trabalho.

No Brasil, a partir dos anos 1950, o desenvolvimento urbano criou novas necessidades para a população urbana periférica, e pressionou o sistema educacional, em todos os níveis. Segundo Moisés (1985, p. 17), a modernização econômica impôs novas expectativas à mão-de-obra e, ao mesmo tempo, uma ânsia de valorização, qualificação e especialização para o conjunto da força de trabalho. Esse desenvolvimento também ampliou consideravelmente a demanda por serviços de saúde (postos de saúde, prontos-socorros, maternidades e hospitais). Com a modernização econômica, aumentaram-se as expectativas da população, o que gerou uma nova demanda por equipamentos culturais, como creches, parques, bibliotecas e áreas verdes.

No contexto de modernização econômica da segunda metade do século XX no Brasil, a expressão “periférica” acabou por adquirir uma nova semântica diferente daquela da geometria, passando a indicar os setores da cidade precariamente atendidos por serviços públicos, nos quais os valores imobiliários são suficientemente baixos para serem suportados por populações de baixa renda (Bolaffi, 1982, p. 57). As áreas mais próximas dos centros equipados são retidas para fins especulativos, originando os “vazios urbanos” que, mais cedo ou mais tarde, passam a receber serviços e infraestrutura gerados pelo poder público, valorizando-se assim este vasto estoque de terrenos, que permanece vedado à maioria da população.

O padrão periférico de crescimento decorre da existência de mecanismos econômicos que conferem ao solo urbano funções econômicas alheias à sua utilidade intrínseca enquanto bem natural e ao papel que deveria desempenhar na composição e na organização do espaço requerido para as atividades públicas ou privadas da população. [...] O solo urbano deixa de significar apenas uma utilidade, para transformar-se, como já dissemos, num objeto de ações econômicas alheias a seu valor de uso (Bolaffi, 1982, p. 58-59).

O vertiginoso crescimento demográfico, junto com o processo de retenção dos terrenos à espera de valorização, levou ao surgimento de bairros cada vez mais distantes e com carência completa de serviços de infraestrutura (Jacobi; Nunes, 1985, p.175-176). O padrão periférico de crescimento urbano gera uma extensa especulação imobiliária e segregação socioespacial. As carências urbanas se avolumam, obrigando as classes populares a deslocarem-se para áreas distantes dos centros urbanos, caracterizando o fenômeno da urbanização pela expansão das periferias. A existência de vazios urbanos faz com que os investimentos beneficiem os proprietários de terra,

pois o Poder Público permite que as forças econômicas atuem livremente num mercado altamente seletivo quanto ao acesso às benfeitorias urbanas (Kowarick, 1985, p. 42). Essa forma de estruturação da cidade, apoiada nos vazios urbanos e na descontinuidade de ocupação do solo, exige crescente soma de recursos que aumentam os custos de urbanização.

Não se pode analisar os assim chamados “problemas urbanos” de uma cidade ou da população que nela vive de forma dissociada do processo de acumulação. É este que, em última análise, determina a configuração de um aglomerado, refletindo a trama da dinâmica de classes que espelha no tecido urbano a segregação dos processos socioeconômicos. Cumpre apontar a importância do Estado na participação diferenciada dos benefícios gerados pela sociedade, tanto no que diz respeito às relações de trabalho [...] como no que toca aos serviços públicos que, nos grandes centros urbanos, se tornam elementos indispensáveis para a reprodução da força de trabalho (Kowarick, 1985, p. 31).

A cidade é o espaço de reprodução do capital e da força de trabalho, e essa condição se expressa de várias formas. Na obra ‘Para entender a crise urbana’ (2015), a arquiteta e urbanista Erminia Maricato apresenta as especificidades da cidade no capitalismo periférico por meio de uma síntese dos conceitos básicos analíticos da cidade capitalista como mercadoria e como produto social. Segundo Maricato (2015, p.12-13), existe uma disputa entre o capital imobiliário e os movimentos de moradia. Essa disputa vem se intensificando conforme os ajustes impostos pelo ideário neoliberal enfraquecem os investimentos em políticas sociais, entre elas políticas urbanas estruturadoras do espaço urbano, como transporte, habitação e saneamento. No contexto do capitalismo periférico e da conjuntura brasileira, observamos que, guardadas algumas diferenças fundamentais, o crescimento das cidades médias no século XXI replica características da expansão das grandes metrópoles no século passado: a valorização do solo urbano nas regiões centrais; o incremento da rede de infraestrutura nesses locais, em detrimento dos terrenos mais distantes desse núcleo; a progressiva expulsão da população de baixa renda para periferias urbanas desprovidas de políticas públicas, de forma violenta, por meio de despejos, ou por meio de uma estratégia de convencimento através de crédito público ou financiamento privado, concedidos às pessoas em condição de vulnerabilidade sob condições bem específicas. O recrudescimento do neoliberalismo multiplica as desregulamentações e as privatizações, precariedade nas relações de trabalho, concentração de capitais,

ampliação da desigualdade e hegemonia do capital financeiro. Esses aspectos estruturam as vidas e as lutas urbanas.

Há luta de classes na cidade. Ou se remunera os capitais ou se investe na reprodução do trabalhador: saúde, educação, transporte, moradia, saneamento [...] O problema não se resolve com a distribuição de renda ou do salário. Porque mais salário não compra o transporte coletivo; não compra uma boa localização na cidade, porque isso fica mais caro. Aumento salarial é absorvido pelo custo da cidade e isso só se resolve com políticas públicas (Maricato, 2015, p. 108).

No processo de expansão das cidades médias brasileiras, observamos os sintomas da relação entre propriedade privada e direito à moradia: quando o acesso à habitação é garantido, de forma precária e exígua, pelas políticas urbanas, a moradia é disponibilizada em áreas carentes de infraestrutura e por isso desvalorizadas, do ponto de vista do custo do solo. A crítica aos instrumentos de planejamento urbano aponta para seu alcance limitado, e pelo fato de que não se opõe às forças do capital imobiliário, mas submetem-se a ela.

Não há um plano diretor no Brasil que não institua a função social da propriedade, a função social da cidade. O direito à moradia é absoluto em nossa Constituição. O direito à propriedade privada não é absoluto. Mas como as leis são aplicadas? Como se o direito à propriedade privada fosse absoluto e o direito à moradia fosse relativo (Maricato, 2015, p.109)

A luta pela Reforma Urbana assume como questão central a resolução desses conflitos imobiliários e fundiários e da exclusão das pessoas do direito à cidade, que se expressa na forma como os territórios vêm sendo ocupados, na lógica da segregação e da multiplicação dos bairros periféricos. Em contraposição a essas ações de violência institucional que são frequentes nas cidades brasileiras, existe um arcabouço legal que afirma o direito à moradia como direito humano. O Estado controla apenas uma parte da cidade, as leis são para uma parte da cidade, o restante não tem direito às leis: este é o paradigma da cidade periférica (Maricato, 2015, p. 109-110). As demandas ligadas às necessidades básicas de subsistência podem se transformar em lutas de maior alcance político, à medida que penetram nas contradições que estruturam as formas de domínio e exclusão da sociedade urbana (Kowarick, 2009, p. 71). No Brasil, no contexto da redemocratização do país e da elaboração da Constituição Federal de 1988 (CF 88), a década de 1990 estabelece o início de um período de intensiva

transformação do território (em suas diferentes escalas - nacional, estadual, metropolitana e local): a princípio, temos os efeitos do Plano Real na estabilização dos processos econômicos e sua repercussão nas políticas públicas voltadas à produção do espaço. Segundo Velloso (2021, p.241), no contexto do aprendizado da redemocratização, vivemos, a partir de 2003, nos governos federais do Partido dos Trabalhadores, a efetivação de políticas sociais de redistribuição de renda, em alguma medida responsáveis por transformações espaciais em todas as regiões brasileiras.

A eleição de Luiz Inácio Lula da Silva para o seu primeiro mandato como Presidente da República, em 2002, criou a expectativa do surgimento de uma política habitacional consonante com as necessidades das grandes massas populares, estruturalmente destituída de seus direitos sociais proclamados desde a vigência da CF 88. Estabeleceu-se um diálogo com as concepções que vinham sendo debatidas por técnicos, acadêmicos e militantes dos movimentos sociais no Fórum Nacional da Reforma Urbana (FNRU). Organizado por ocasião da CF 88, trata-se de uma coalizão de movimentos sociais, ONGs e organizações profissionais e acadêmicas que desde 1986 vêm debatendo e propondo novas diretrizes para a política urbana visando a redução do quadro de desigualdades sociais e urbanas.

A criação do Ministério das Cidades (Lei nº10.683 de 28 de maio de 2003) trouxe inovações ao superar o recorte setorial da mobilidade urbana, habitação e saneamento para integrá-los, considerando o uso e a ocupação do solo das cidades brasileiras. Outro aspecto fundamental da criação do Ministério das Cidades reside na busca de uma política nacional de desenvolvimento urbano em consonância com os demais entes federativos (município e estado), demais poderes do Estado (legislativo e judiciário), além da participação da sociedade visando a coordenação e a integração dos investimentos e ações nas cidades do Brasil dirigidos à diminuição da desigualdade social e à sustentabilidade ambiental. O Ministério das Cidades teve sua estrutura baseada nos três principais problemas sociais que afetam as populações urbanas e que estão relacionados ao território: a moradia, o saneamento ambiental (água, esgoto, drenagem e coleta e destinação de resíduos sólidos) e as questões do transporte da população urbana. Buscou-se edificar um espaço público participativo para resistir à cultura de privatização da esfera pública bem como ao avanço das imposições antissociais da globalização. A criação do Ministério das Cidades foi acompanhada por uma série de outras medidas adotadas nos meses iniciais do primeiro governo do presidente Lula, destacando-se a criação do Sistema Nacional de Habitação de

Interesse Social (SNHIS), através da Lei nº11.124 de 16 de junho de 2005, que instituiu o Fundo Nacional para Habitação de Interesse Social (FNHIS) e o Conselho Gestor do FNHIS. Essas iniciativas do Governo indicaram uma maior atenção às necessidades da população menos privilegiada, e criaram condições para maior diálogo com a sociedade civil e com os movimentos populares.

Em 2007 surgiu uma nova política do Governo Federal visando a provisão de subsídios para expansão econômica do Brasil: o Programa de Aceleração do Crescimento (PAC), que foi instituído pela Lei Nº 11.578, de 26 de novembro de 2007, e dispunha sobre a transferência obrigatória de recursos financeiros para a execução pelos Estados, Distrito Federal e Municípios de ações que faziam parte do programa. Todavia, estourou em 2008 uma crise hipotecária nos Estados Unidos, e o cenário de crise geral do capitalismo daí decorrente fez com que a cúpula empresarial do setor imobiliário e da construção civil no Brasil passasse a pressionar o Governo Federal a agir. Justamente neste contexto de crise foi lançado o Programa Minha Casa, Minha Vida (PMCMV), através da Lei nº11.977 de 07 de julho de 2009, que mobilizou recursos em massa para combater o crescente déficit habitacional no Brasil, que em 2009 representava 10,4% do total de domicílios, cerca de 6.143 milhões de unidades (PNAD, 2009). Calcado no protagonismo do setor privado, e subsidiado por meio de recursos públicos, o PMCMV foi fruto de uma intervenção estatal para deter a forte crise econômica que tinha assolado os principais países capitalistas do mundo em 2008, após a desestruturação financeira e imobiliária nos EUA. Segundo Bonduki (2009), o principal objetivo desta intervenção era a reestruturação do mercado habitacional e tentar conter a crise no âmbito nacional. Assim, o PMCMV dialoga fortemente com o setor empresarial do mercado residencial, carregando recursos financeiros e subsídios orçamentários, mas deixando intocada a base fundiária (Maricato, 2011). Sob essas condições, o PMCMV contribuiu para repetir erros e falhas verificados no período de vigência dos empreendimentos financiados pelo Banco Nacional da Habitação (BNH), nos anos 1970. O PMCMV afastou-se de diretrizes urbanísticas da política habitacional tal como formulada pelo Sistema Nacional de Habitação de Interesse Social (SNHIS) e pelo Plano Nacional de Habitação (PlanHab), baseando-se em dois pilares fundamentais: estimular o desenvolvimento do setor da construção civil e viabilizar o crescimento do emprego e da economia do país. O programa mostrou-se uma iniciativa econômica, buscando contornar a crise financeira de 2008 com alto investimento na construção civil, por meio de produção em série de empreendimentos residenciais de

baixo custo (Suguihiro *et al.*, 2019). Aquilo que inicialmente era uma proposta que visava, prioritariamente, reduzir o déficit habitacional, passou a ser um pacote econômico, estratégico, anticíclico, o que levou “o governo acolher a proposta do setor da construção civil, apostando no potencial econômico da produção de habitação em massa” (Amore; Shimbo; Rufino, 2015, p. 16).

O protagonismo das construtoras na proposição de projetos e na seleção de terrenos relega a inserção urbana dos empreendimentos a uma questão de relevância secundária, senão inexistente. [...] O programa consolida um modelo em que a oferta de habitação se transforma fundamentalmente num negócio, sendo orientada por uma lógica em que a maximização dos ganhos das empresas se torna a principal condicionante do modo como os terrenos são escolhidos e de como os projetos são elaborados (Rolnik *et al.*, 2015, p. 131-132).

A convergência de interesses das construtoras, governos locais e do Governo Federal em fazer o programa "rodar" suplantou preocupações com aspectos como a qualidade urbanística do entorno dos empreendimentos e a articulação da oferta habitacional com uma política fundiária abrangente, uma vez que considerações desse tipo afetariam a velocidade de sua implementação (Rolnik *et al.*, 2015, p. 130).

O PMCMV alterou o paradigma da política habitacional, introduzindo princípios de mercado na provisão de habitação. As normas que orientam sua implementação não foram pautadas pelas estratégias de enfrentamento do déficit habitacional contidas na política de habitação recém-elaborada, mas por uma agenda atrelada aos fatores macroeconômicos dos setores empresariais e da construção civil. Nesse sentido, há o entendimento de que o PMCMV foi até certo ponto bem-sucedido, apresentando vantagens especialmente para o setor econômico, com o aquecimento do mercado imobiliário, e para os grupos políticos, com a viabilização eleitoral de setores partidários como consequência da produção de unidades habitacionais.

Desde a sua criação, em 2009, o PMCMV passou por atualizações normativas, visando tanto à melhoria da qualidade construtiva das unidades habitacionais quanto à melhor inserção urbana dos empreendimentos. Após a implantação do Residencial Vista Bela, o Ministério das Cidades institui a Portaria nº 465 de 3 de outubro de 2011. Segundo essa portaria, os novos conjuntos habitacionais, além de contíguos à malha urbana, devem possuir no seu entorno áreas destinadas para atividades comerciais. Em relação às condições de implantação, destaca-se a Portaria nº168, de 12 de abril 2013, que instituiu a necessidade de apresentação de um Relatório de Diagnóstico da

Demanda por Equipamentos e Serviços Públicos e Urbanos (RDD) para a realização de obras complementares de implantação de equipamentos no empreendimento e seu entorno. Essa portaria também cria a obrigatoriedade dos empreendimentos do PMCMV garantirem no mínimo de 1% da sua área para equipamentos públicos. Posteriormente, no âmbito da qualificação do espaço urbano na implantação dos empreendimentos do PMCMV, o Ministério das Cidades instituiu a Portaria nº146, de 26 de abril de 2016, que estabelece as especificações técnicas do PMCMV em sua terceira etapa, apresentando critérios para a hierarquia viária, espaços livres urbanos e áreas de preservação permanente.

2.2 CARACTERIZAÇÃO DA CIDADE DE LONDRINA²

A cidade de Londrina originou-se no processo de expansão das frentes pioneiras do norte do Paraná e foi fundada no ano de 1929. Planejada para uma população de 20.000 habitantes, os dados do último censo somam 555.965 pessoas (IBGE, 2023). Londrina foi planejada em Londres e implantada pela Companhia de Terras Norte do Paraná (CTNP) para ser a capital da área de colonização e sede da gestão imobiliária dessa empresa no Norte do Paraná. Foram os ingleses que, na década de 1920, cruzaram o Rio Tibagi e chegaram ao sítio para construir a “Pequena Londres”. A fundação da cidade de Londrina ocorreu em agosto de 1929 como um centro de operações imobiliário-colonizador, e foi elevada à condição de município em 1934. O solo fértil da “terra roxa” foi o grande fator de atração para o estabelecimento de extensas fazendas para cultivo do café. Com a expansão das lavouras cafeeiras na década de 1940 e a necessidade de mão-de-obra para manutenção das mesmas iniciou-se um fluxo migratório para a região. Nessa fase de crescimento inicial, vieram os imigrantes ingleses, italianos, japoneses, alemães, judeus, árabes e outros. Vieram também migrantes paulistas, mineiros, gaúchos e nordestinos (Archela; Barros, 2009, p.19). Entre 1950 e 1960, a elevada produtividade da cafeicultura regional atraiu um considerável contingente populacional para Londrina.

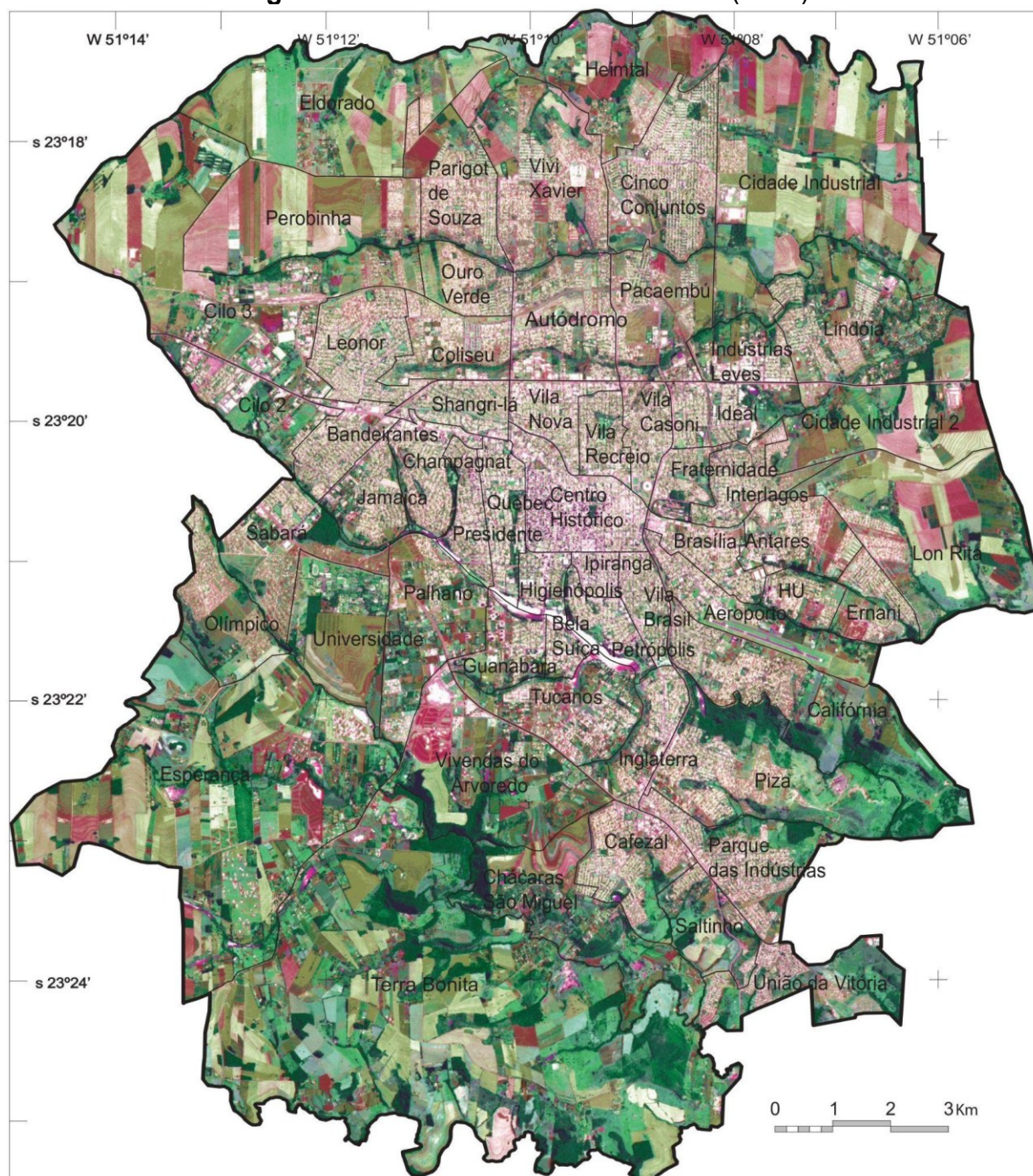
Na década de 1960, com a implantação de indústrias, a cidade tornou-se um polo regional, econômico, cultural e de serviços, processo este que se estendeu à década de 1970, com o incentivo do governo por meio de isenção de impostos e

² Essenciais para a caracterização de Londrina foram as informações do Atlas Urbano de Londrina (Archela; Barros, 2009).

financiamentos a baixo custo para intensificar a implantação das indústrias na cidade. A partir da década de 1970, intensificou-se o crescimento da população urbana de Londrina, oriunda do intenso processo de êxodo rural. A população total no censo de 1970 era de 228.532 habitantes, sendo que a população urbana representava 68,41%. Já no censo de 1980 a população total passou para 301.749 habitantes, representando 85,6% da população urbana. A década de 1980 é marcada pelo processo de verticalização, ocorrido principalmente com as construções de edifícios residenciais no eixo central da cidade e em seu entorno. Continuando a tendência das décadas anteriores, nas décadas de 1990 e 2000 a malha urbana da cidade de Londrina torna-se cada vez mais espalhada, ocorrendo também a ocupação dos espaços vazios entre o centro e as periferias (Archela; Barros, 2009, p. 69).

Mesmo sendo uma cidade jovem, Londrina assumiu importância na rede paranaense e nacional, principalmente nas regiões Sul e Sudeste. O setor de serviços e o comércio representam cerca de 75% do produto interno bruto de Londrina, tornando-a um polo comercial do Norte do Paraná (Archela; Barros, 2009, p. 28).

Na região norte de Londrina, destaca-se um dos mais importantes eixos comerciais fora do centro: a Av. Saul Elkind, que passa pelos bairros dos Cinco Conjuntos, Vivi Xavier, Parigot de Souza e Perobinha, onde está implantado o Residencial Vista Bela. Nessa avenida encontram-se vários tipos de comércio, como lojas de confecção, calçados, móveis, depósitos de material de construção, restaurantes e outros. Bairros periféricos, mais próximos à zona rural de Londrina, apresentam menor variedade comercial, ficando restritos ao essencial como farmácias, bares e mercearias.

Figura 3 - Divisão territorial de Londrina (2009)

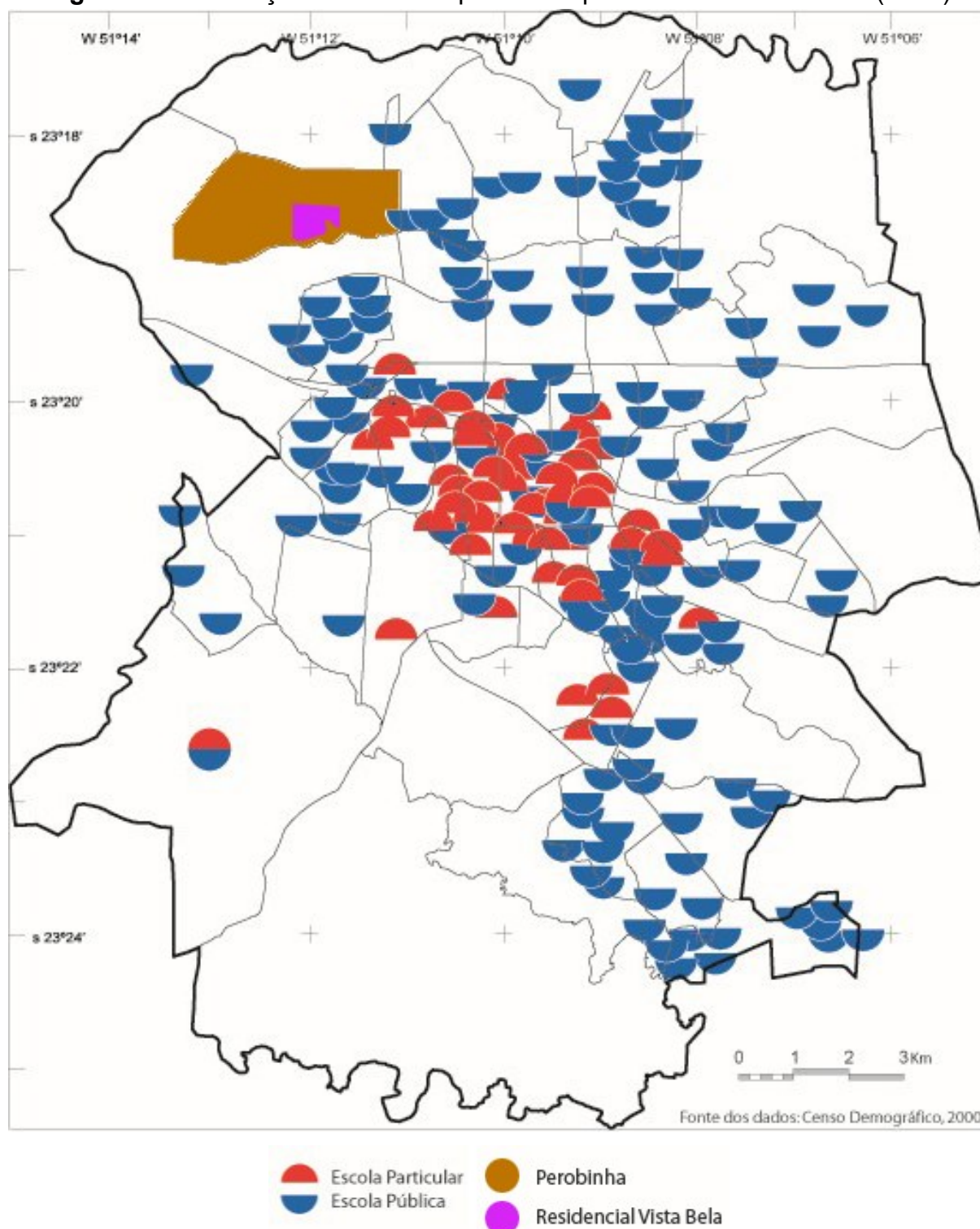
Fonte: Archela e Barros (2009).

A síntese das variáveis socioeconômicas revela uma cidade dicotômica com dois centros nítidos: o Centro Histórico e bairros adjacentes, território que corresponde ao centro geométrico da malha urbana, e os Cinco Conjuntos e bairros adjacentes, localizados na região Norte da cidade. Segundo Archela e Barros (2009, p.68), a busca por lucro com os lotes urbanos elevou o preço dos lotes, limitando o acesso à terra e motivando a criação dos primeiros conjuntos habitacionais populares, que foram

implantados nas periferias, sobretudo na região Norte de Londrina. A construção de conjuntos habitacionais pelo poder público apresentou uma significativa redução a partir de 1984. Esta redução contribuiu para o processo de intensificação e expansão das ocupações irregulares na cidade.

A disparidade entre a periferia de Londrina e a região central da cidade também se reflete nos indicadores de educação dos chefes de família: as pessoas nessa condição sem instrução predominam nas localidades mais afastadas do centro urbano (Archela; Barros, 2009, p.153). Essas condições caracterizam a periferia urbana de Londrina. Existe uma forte discrepância espacial e numérica entre a região central e as periferias quanto ao nível geral de escolaridade, revelada pela proporção das pessoas que terminaram o ensino fundamental e aquelas que cursaram a faculdade, e pelo alto índice de analfabetismo, que atinge aproximadamente 14% dos jovens que vivem nessas periferias (Archela; Barros, 2009, p.133). As escolas públicas estaduais estão presentes em toda a área urbana de Londrina, com maior concentração no Centro Histórico e bairros de seu entorno. Essas regiões também concentram a maioria das escolas particulares. As escolas públicas municipais se concentram nos bairros periféricos. Até a implantação do Residencial Vista Bela, o bairro Perobinha carecia de infraestrutura educacional.

Figura 4 - Distribuição das escolas públicas e particulares em Londrina (2009)



Fonte: Adaptado de Archela e Barros (2009).

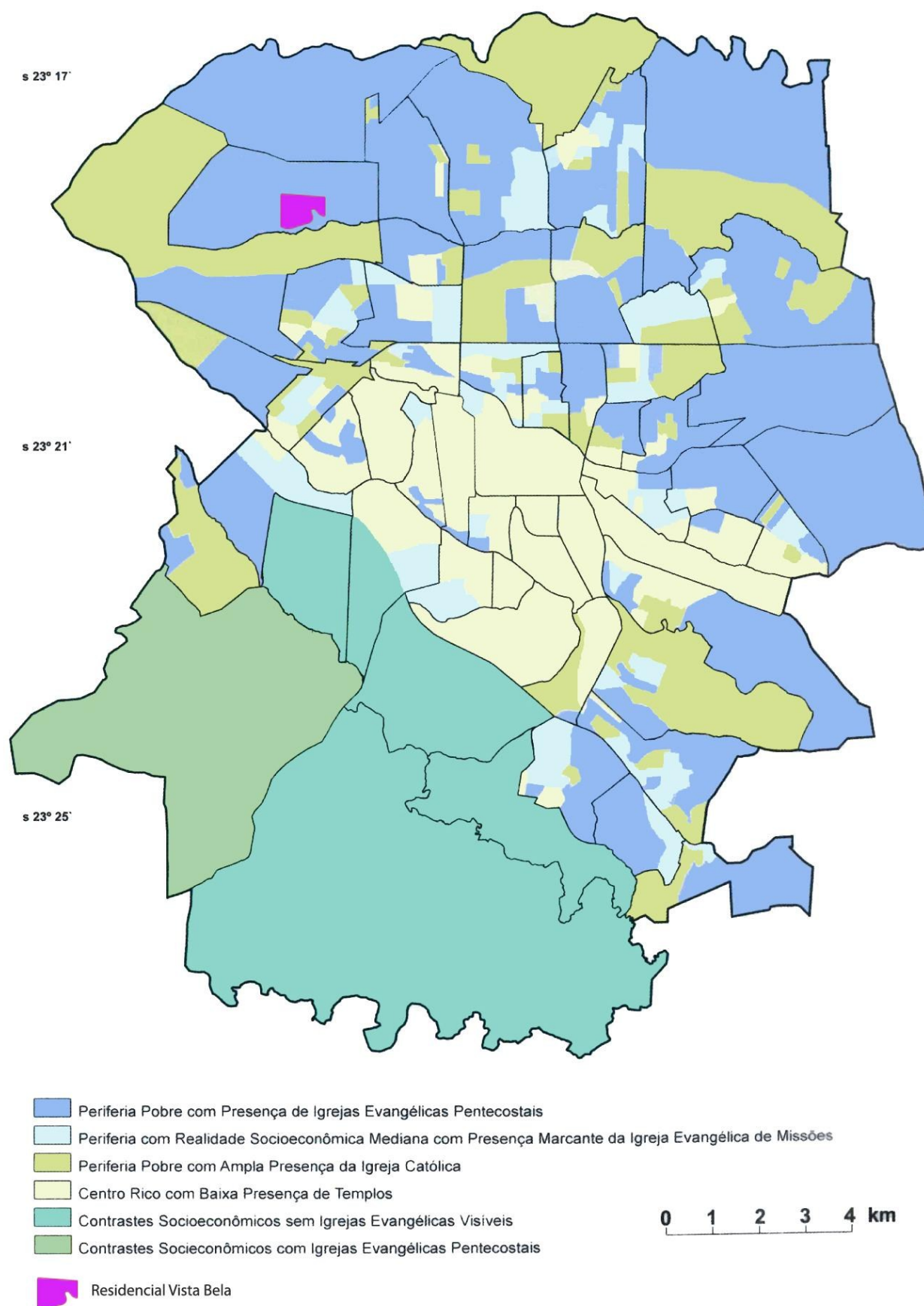
Nas áreas periféricas de Londrina, entre as quais está localizado o Residencial Vista Bela, os índices socioeconômicos são inferiores à média municipal. Cerca de 53% da população que reside nas periferias de Londrina possui uma renda média de até 3

salários mínimos (Archela; Barros, 2009, p. 131). A geografia dos salários é reveladora das desigualdades socioeconômicas na sede do município de Londrina. Em todas as regiões encontramos pessoas com rendimento de até 3 salários mínimos, sendo que no Centro Histórico elas são minoria e em direção às periferias, o percentual dos que ganham menos aumenta.

Os responsáveis pelos domicílios particulares permanentes com rendimento inferior a dois salários mínimos, que se pode definir como em situação de precariedade material, moram especialmente nas zonas periféricas, embora estejam presentes em todos os setores da cidade. Os responsáveis com rendimento superior a quinze salários mínimos moram, sobretudo nos bairros centrais e centro-sul. Os bairros centrais concentram a maior parte das pessoas com rendimento superior a 20 salários mínimos. Além de serem os locais mais valorizados da cidade, esses bairros têm maior concentração de equipamentos urbanos, contrastando de forma marcante, em termos espaciais e numéricos, com os bairros periféricos.

No aspecto do perfil religioso da sua população, a cidade de Londrina, como muitas localidades brasileiras, apresenta seu histórico vinculado à religião cristã. A Igreja Católica possui o maior número de templos e sua distribuição espacial revela uma forte inserção nos vários bairros de Londrina, com exceção da região centro-sul. Entre os templos evangélicos, a maioria tem alinhamento pentecostal. Este segmento prioriza a atuação junto à população de bairros periféricos, e se instala rapidamente nesses locais, até mesmo antes da infraestrutura como asfaltamento das ruas e os equipamentos públicos como escolas e postos de saúde chegarem a esses locais. A diversidade de igrejas pentecostais em Londrina é significativa e elas estão localizadas principalmente nos bairros implantados por políticas de Habitação de Interesse Social após a década de 1970 nas periferias.

Figura 5 - Presença das religiões e faixas de renda em Londrina (2009)



Fonte: Adaptado de Archela e Barros (2009).

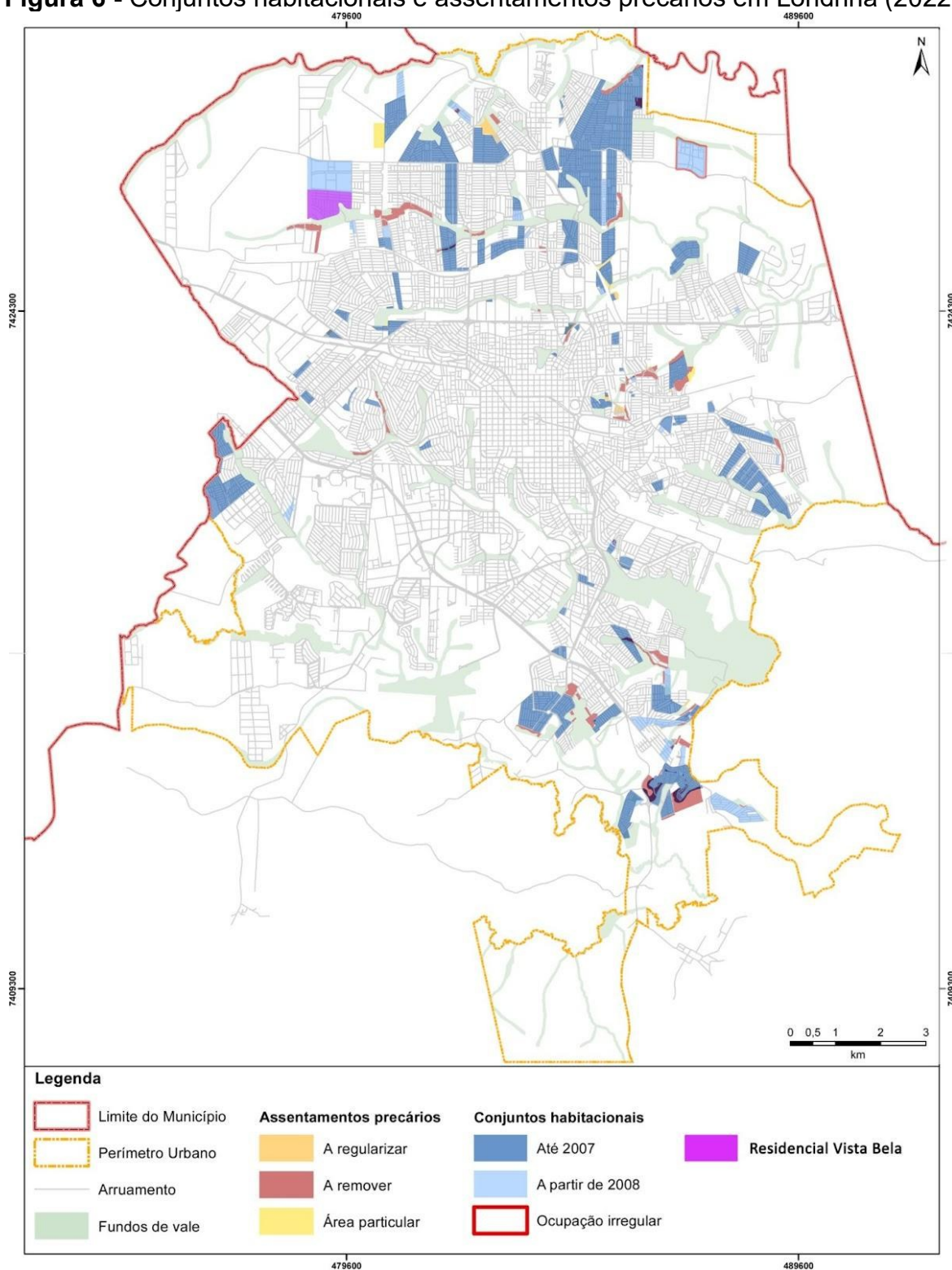
2.3 HIS EM LONDRINA E O PROGRAMA MINHA CASA, MINHA VIDA

Historicamente, a implantação dos conjuntos para HIS em Londrina não confronta os padrões de uso e ocupação do solo excludentes, pelo contrário, só fortalece a segregação espacial. Essa foi uma estratégia do poder público, que direcionou a lógica do crescimento urbano para a região Norte da cidade, em territórios distantes do centro da cidade e da infraestrutura consolidada e da rede de serviços públicos existentes (Zanon; Cordeiro; Araujo Junior, 2015, p. 202). Apoiando-se em diagnósticos essencialmente quantitativos, que não espacializam as necessidades habitacionais, a reprodução dessa forma de implantação da HIS em Londrina reitera a segregação socioespacial. Isto se deve à busca pela eficiência econômica, aclamada por empreendedores e por parcelas do setor público, mensurada a partir da quantidade de lotes resultantes do parcelamento do solo e, conseqüentemente, do número de famílias atendidas. Esse padrão de implantação de empreendimentos de HIS atende a lógica de mercado.

Por estarem trabalhando com valores pré-estabelecidos como limites para o preço final de seus produtos, as construtoras de maior porte certamente buscarão reduzir os custos de construção através de ganhos de produtividade. No entanto, esses eventuais ganhos, obtidos através de investimentos em racionalização da construção, serão apropriados como lucros e não transformados em benefícios ao comprador. Por outro lado, para poder viabilizar a racionalização do processo produtivo, será necessário ampliar a escala dos empreendimentos e também investir na standardização (Cardoso; Aragão, 2013, p. 54).

Os empreendedores do PMCMV aprovaram projetos em terrenos contíguos, mas com as mesmas tipologias arquitetônicas, soluções construtivas e implantação nos terrenos Cardoso e Aragão (2013, p. 55). Assim, o PMCMV reitera processos históricos de segregação socioespacial ao reafirmar a lógica de assentamento da população de baixa renda em conjuntos habitacionais implantados em áreas periféricas. Segundo Ayoub *et al.* (2019), a prática predominante no contexto habitacional de Londrina é a remoção das famílias de assentamentos irregulares para conjuntos habitacionais periféricos. Esse processo de provisão de moradia pelo poder público direcionou a lógica do crescimento urbano para a região Norte de Londrina, em territórios distantes do centro, sem infraestrutura e rede de serviços públicos, reforçando a exclusão da população de baixa renda no território periférico da cidade.

Figura 6 - Conjuntos habitacionais e assentamentos precários em Londrina (2022)



Fonte: Adaptado de IPPUL (2022).

Os primeiros conjuntos habitacionais que surgiram em Londrina foram implantados na região norte da cidade, com recursos do Banco Nacional da Habitação (BNH). Tratavam-se de núcleos habitacionais de grandes proporções em terrenos

distantes do centro da cidade, e por conseguinte, de baixo valor imobiliário. Os anos 1990 e 2000 apresentaram uma redução na produção habitacional, que foi retomada com mais força na década seguinte com o Programa Minha Casa, Minha Vida (PMCMV), em 2009. Durante a década de 2010 (período em que foi implantado o Residencial Vista Bela), os números apontam o aumento na produção habitacional, sendo superada nos 3 primeiros anos dessa década toda a produção de HIS da década anterior, conforme indica a tabela a seguir:

Tabela 1 – Empreendimentos de HIS em Londrina por década (1970-2010)

Período	Número unidades habitacionais	Número de Empreendimentos	Fontes de Recursos	Regiões mais Atendidas*
Antes de 1970	228	1	BNH/FGTS	Sul e Leste
Década 1970	8.397	24	BNH/FGTS	Norte e Sul
Década 1980	15.197	44	BNH/FGTS	Norte e Sul
Década 1990	6.482	34	BNH/FGTS/Próprios/PAIH/PROHAP/COHAPAR	Norte, Sul e Leste
Década 2000	3.040	29	PSH/Próprios/HBB/OGU/PAR/Associativo/COHAPAR	Leste, Norte, Oeste e Noroeste
Década 2010**	4.199	16	FGTS/ FAR/ FDS/ OGU/ FNHIS	Norte e Sul
TOTAL	37.543	148		

*O termo “regiões mais atendidas da cidade de Londrina” corresponde ao destaque para as regiões que receberam maior número de unidades habitacionais na década.

**Os dados obtidos se enquadram até o ano 2013.

Fonte: Prefeitura Municipal de Londrina, compilado por Zanon, Cordeiro e Araujo Junior (2015).

Fundamentado no protagonismo do setor privado e subsidiado por meio de recursos públicos, o PMCMV pode ser caracterizado como exemplo de um quase-mercado por meio da ação do Estado. A produção da mercadoria imobiliária fica a cargo da iniciativa privada e a realização dessa mercadoria, por sua vez, é garantida pelo poder público. Nesse formato as construtoras são amplamente beneficiadas, não correndo o risco de inadimplência, na medida em que é absorvido pelos fundos públicos que financiam a compra das unidades habitacionais, subsidiados pelos Fundo de Arrendamento Residencial (FAR), Fundo de Desenvolvimento Social (FDS) e Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS) (Pereira e Palladini, 2018, p. 888).

Em comparação com os empreendimentos de HIS implantados em Londrina, no PMCMV a doação do terreno pelo Estado ou pelo município foi substituída pelos

terrenos adquiridos por construtoras. Essa condição resultou num imenso privilégio para os agentes privados, pois à medida que as construtoras investem na aquisição de lotes urbanos, elas passam a ter propriedade no controle sobre a política urbana e influenciam no direcionamento da expansão e reordenamento das cidades.

O caso do Residencial Vista Bela se assemelha a outros empreendimentos no Brasil, no contexto do PMCMV. Segundo Rolnik (2015, p. 307), os municípios abandonaram suas políticas habitacionais para apenas “rodar” o programa, pois, no formato instituído, os governos locais se desobrigaram de destinar recursos orçamentários próprios para as políticas habitacionais. A única condição exigida para que os municípios pudessem distribuir as unidades habitacionais era manter um cadastro habitacional atualizado. Ao delegar essa indicação da demanda ao município, o PMCMV possibilitou a manutenção das velhas gramáticas políticas no plano local, segundo as quais a distribuição de benefícios constitui importante ativo para atrair capital político (Rolnik, 2015, p. 308). Em quantidade de unidades produzidas, o Residencial Vista Bela se destaca dos demais empreendimentos de HIS lançados em Londrina no período:

Tabela 2 – Empreendimentos de HIS em Londrina no PMCMV (2009-2013)

Ano de entrega	Região Atendida	Número de Famílias Atendidas	Nome do empreendimento
2009	Norte	32	Elizabeth
2010	Noroeste	85	Ana Terra
2010	Sul	100	Nova Esperança I
2011	Sul	50	Nova Esperança II
2011	Oeste	21	Columbia I
2011	Sul	02	Santa Joana
2011	Norte	2.712	Vista Bela I,II,III,IV,V,VI,VII,VIII,IX,X
2012	Leste	18	Vila Romana
2012	Sul	60	Maravilha
2013	Sul	480	Cristal , I, II
TOTAL		3.560 Unidades	10 Empreendimentos

Fonte: COHAB-LD, compilado por Zanon, Cordeiro e Araujo Junior (2015).

A implantação do PMCMV não levou em conta a dimensão territorial, um aspecto importante para a política habitacional orientada para a universalização do acesso à moradia em condições adequadas. A sistemática do PMCMV, ao atribuir o protagonismo das operações às construtoras privadas, que foram incumbidas da

elaboração de projetos e da escolha de terrenos, incentivou a proliferação de grandes conjuntos de HIS em lugares onde o custo da terra é o mais baixo possível – uma condição fundamental para a rentabilidade das operações –, reiterando um padrão de ocupação do território onde o assentamento das famílias de baixa renda acontece em periferias precárias e mal equipadas (Rolnik *et al.*, 2015, p. 128).

A construção de grandes conjuntos habitacionais por empresas públicas em áreas periféricas onde a terra é mais barata representou a forma de provisão habitacional predominante ao longo de décadas, contribuindo substancialmente para impulsionar o espraiamento urbano e para estabelecer uma divisão entre o lugar dos ricos e o lugar dos pobres na cidade, assentando-se os moradores de baixa renda em periferias monofuncionais e homogêneas, com pouca oferta de emprego, condições precárias de infraestrutura, oferta insatisfatória de equipamentos e serviços urbanos e sérias restrições de mobilidade. Por causa dessas condicionantes, o PMCMV reitera e reforça as características do processo de urbanização de cidades marcadas historicamente pela segregação socioespacial, reforçando a lógica de que o lugar dos pobres é nas periferias. Os mais pobres continuam ocupando conjuntos habitacionais “fora da cidade”, acarretando problemas para o mercado de terras, para o transporte urbano e para o isolamento social das famílias (Cordeiro, 2015, p. 236).

2.4 O RESIDENCIAL VISTA BELA

O Residencial Vista Bela foi implantado em 2011 no bairro Perobinha, localizado na zona norte de Londrina. No período imediatamente anterior à implantação do empreendimento, os dados censitários do IBGE (2010) registravam que o bairro tinha 26 habitantes e 08 domicílios. A região constituía uma área de expansão da cidade, dedicada à atividade agrícola e desprovida de infraestrutura urbana. Em 2012, com a conclusão das obras do Residencial Vista Bela e entrega das moradias, o bairro Perobinha viu a sua população aumentar em 460 vezes.

O parcelamento original da área é de 2002 (Theophilo, 2014; Vicentim, 2015); a conformação do terreno onde foi implantado o Residencial Vista Bela resulta da aprovação pela Prefeitura de Londrina do parcelamento do lote nº2 do remanescente da Gleba Jacutinga, então limítrofe à malha urbana na região Norte da cidade consolidada à época.

Nos planos originais da Prefeitura de Londrina, a área onde foi implantado o Residencial Vista Bela seria destinada à divisão em lotes unifamiliares, além da previsão de implantação de equipamentos de uso público em quatro porções da gleba. As figuras a seguir apresentam o plano original para o parcelamento e divisão de lotes inicialmente prevista para a área onde foi implantado o Residencial Vista Bela.

Figura 7 - Parcelamento original do Residencial Vista Bela (2002)



Fonte: Vicentim (2015).

Figura 8 - Divisão original de lotes do Residencial Vista Bela (2002)



Fonte: Adaptado do IPPUL (Theophilo, 2014).

A aprovação de uma alteração no plano original de loteamento da Prefeitura resultou em um parcelamento no qual os lotes resultantes foram adquiridos por três construtoras (Terra Nova, Artenge e Protenge). A formação do consórcio entre essas construtoras para a implantação do Residencial Vista Bela fez com que o empreendimento ultrapassasse o limite de 500 unidades habitacionais do PMCMV (Zanon; Cordeiro; Araujo Junior, 2015, p. 209). Assim, as construtoras obtiveram maior aproveitamento das áreas e reduziram custos, conquistando maior lucro com a padronização da produção. Dessa maneira, o Residencial Vista Bela foi conformado por meio de 10 processos de aprovação distintos, contornando a legislação e viabilizando a implantação de um aglomerado que extrapolou o número máximo de unidades permitido para esse modelo de urbanização.

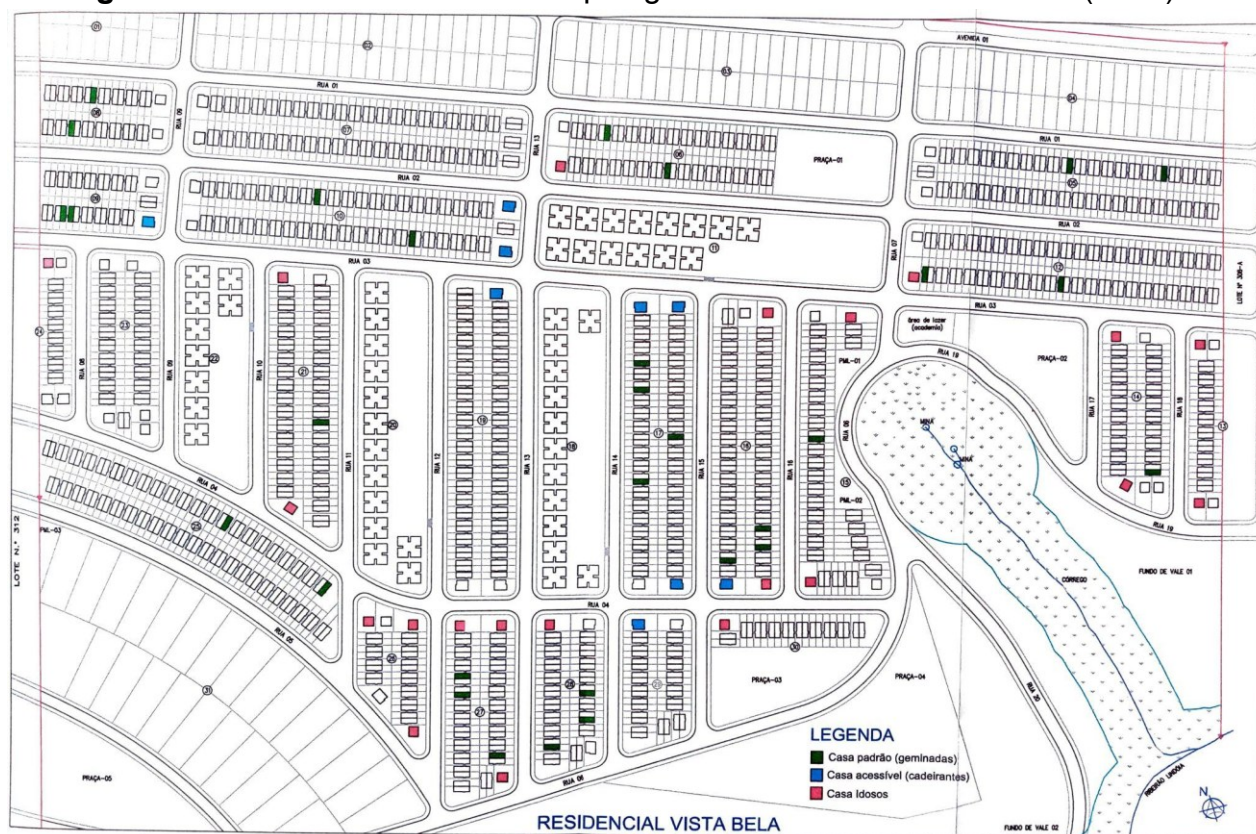
As alterações ocorridas foram em relação à divisão interna das quadras: a maioria dos lotes foram subdivididos para implantação das unidades habitacionais (de lotes de 10x25m para lotes de 5x25m, respectivamente de 250m² para 125m²) e nas

quadras onde se pretendiam implantar os condomínios verticais, os lotes foram anexados, formando uma quadra única. Essa medida duplicou a quantidade de lotes ofertados, que passou de 1037 em 2002, para 2056 em 2009. Por uma questão de contrato, foi realizada uma última alteração para igualar o número de unidades habitacionais entre as construtoras. Criou-se uma segunda etapa do projeto, anexando os lotes em três quadras da Av. Giocondo Maturi, para edifícios multifamiliares (Vicentim, 2015, p. 35). O planejamento original foi readequado para participação no PMCMV, aumentando substancialmente a quantidade de lotes, mas mantendo-se a disposição de quadras, bem como as áreas de uso comum e aquelas a serem repassadas ao poder público.

Figura 9 - Parcelamento final do Residencial Vista Bela (2009)



Fonte: Vicentim (2015).

Figura 10 - Divisão final de lotes e tipologias do Residencial Vista Bela (2009)

Fonte: Adaptado da COHAB-LD (Theophilo, 2014).

O Residencial Vista Bela foi o maior empreendimento em número de unidades no período de sua construção (2011-2012), contando com 17 ruas e 31 quadras, e 2.712 moradias, sendo 1.272 casas térreas geminadas de 35 m² e 1.440 apartamentos de 42 m², distribuídos em 90 edifícios, divididos em 7 condomínios individualizados.

Tabela 3 – Empreendimentos habitacionais do Residencial Vista Bela (2011-2012)

Empreendimentos Habitacionais	Ano de Entrega	Número de unidades habitacionais (casas)	Número de unidades habitacionais (apartamentos)	Procedência dos recursos
Vista Bela I	2011	305	0	FAR/OGU
Vista Bela II	2011	0	208	FAR/OGU
Vista Bela III	2011	0	208	FAR/OGU
Vista Bela IV	2011	431	0	FAR/OGU
Vista Bela V	2011	0	224	FAR/OGU
Vista Bela VI	2012	536	0	FAR/OGU
Vista Bela VII	2011	0	144	FAR/OGU
Vista Bela VIII	2012	0	224	FAR/OGU
Vista Bela IX	2012	0	224	FAR/OGU
Vista Bela X	2012	0	208	FAR/OGU
TOTAL		1.272	1.440	

Fonte: COHAB-LD, compilado por Zanon, Cordeiro e Araujo Junior (2015).

O Residencial Vista Bela apresenta numerosos problemas, que são comuns aos empreendimentos de HIS implantados através do PMCMV: desconexão com a malha urbana existente e condições precárias de infraestrutura e acessibilidade aos transportes e serviços (Cardoso; Aragão; Jaenisch, 2017); ausência de espaços de consumo e de trabalho (Rizek, 2016); baixa qualidade de espaços livres de uso público (Ayoub, 2014). Resumidamente, a condição inicial do Residencial Vista Bela é marcada pela baixa qualidade arquitetônica dos projetos, com padronização excessiva e monofuncionalidade. Os equipamentos comunitários e de lazer são ausentes ou então muito distantes do bairro. As condições de implantação do Residencial Vista Bela evidenciam as políticas de controle territorial. Segundo Velloso (2021, p. 244), nas sociedades urbanas esse tipo de controle se realiza com o estabelecimento do Estado, a partir da regulamentação do uso da terra, no parcelamento das propriedades e na circunscrição dos modos de vida das populações ao lugar da cidade em que vivem.

Figura 11 - Implantação do Residencial Vista Bela (2011)



Fonte: Protenge Engenharia (2011).

A aprovação do projeto em terrenos exíguos e contíguos, com repetição na implantação das tipologias arquitetônicas e das soluções construtivas, resultaram num ambiente monótono, repetitivo e de baixa qualidade urbana e ambiental. No aspecto de sua localização, o Residencial Vista Bela reforçou um padrão observado na cidade desde os anos 1970, quando foram implantados os primeiros conjuntos habitacionais em Londrina com recursos do Banco Nacional da Habitação (BNH).

Figura 12 - Visão geral do Residencial Vista Bela (2011)



Foto: Roberto Custódio (2011).

A distribuição das unidades habitacionais que formam o Residencial Vista Bela foi realizada a partir de critérios nacionais e municipais. Os critérios nacionais, conforme as regras do PMCMV, definiram que as famílias atendidas deveriam estar desabrigadas ou ser residentes de áreas de risco ou insalubres (no caso de Londrina, muitas pessoas atendidas moravam em ocupações irregulares nos fundos de vale da cidade); deveriam ter a mulher como responsável da unidade familiar; ter pessoas idosas ou pessoas com deficiência; e ter renda mensal familiar de até 3 salários-mínimos. Conforme os critérios municipais, as famílias atendidas deveriam ter residência fixa em Londrina nos últimos 5 anos e famílias em situação de vulnerabilidade social com acompanhamento pelas políticas públicas do município (Pagani, 2016, p. 134). A seleção das famílias a serem beneficiadas com as unidades habitacionais foi realizada a partir de uma lista de cadastro organizada pela Companhia de Habitação de Londrina (COHAB-LD).

Uma das problemáticas na escolha das famílias que compuseram o empreendimento foi a vinda de moradores de diferentes regiões da cidade, com particularidades que não foram consideradas no momento da escolha. De acordo com os dados do PLHIS - Plano Local de Habitação de Interesse Social - formulado pelo

Poder Executivo Municipal de Londrina, as famílias destinadas para o Residencial Vista Bela vieram de mais de 150 bairros de todas as regiões da cidade (COHAB-LD, 2011). Essa migração forçada levou para um mesmo território famílias com diferentes origens, culturas, histórias e vivências (Pagani, 2013). Dessa forma, o contexto de formação social do Residencial Vista Bela é o de famílias de baixa renda, oriundas em grande parte de ocupações irregulares, advindas de todas as regiões de Londrina, em sua maioria chefiada por mulheres negras (Passini; Zampar, 2023, p. 4), que foram realocadas para uma área periférica da cidade, sem serviços urbanos e equipamentos públicos para acesso ao direito à cidade e outros direitos sociais. A COHAB-LD usou o argumento de “minimizar” o impacto dos deslocamentos das diferentes regiões da cidade a partir da concentração de moradores de um mesmo assentamento original e uma mesma quadra no Residencial Vista Bela. O que se verificou na prática foi o rompimento do princípio de territorialidade (Ayoub, 2019, p. 47) e uma lógica de microterritórios com suas próprias lideranças, ao invés de um território unificado que acolhesse o Vista Bela como identidade.

O formato de implantação do empreendimento torna evidente o conflito entre o interesse público pela diminuição do déficit habitacional e o interesse privado que busca a maximização dos lucros. À medida que as construtoras investem na aquisição de lotes urbanos, passam a ter propriedade no controle sobre a política urbana, e, conseqüentemente, influenciam o direcionamento da expansão e reordenamento das cidades. Essa situação é sintomática do neoliberalismo, um conjunto de discursos, práticas e dispositivos de poder que modificam as regras do funcionamento econômico e alteram as relações sociais de modo a impor esses objetivos. Segundo Velloso (2021, p. 40), as formas políticas do neoliberalismo alteram radicalmente o modo do exercício do poder governamental, colocando-os sob uma nova racionalidade política e social. Segundo Maricato (2015), o PMCMV possibilitou a transferência de recursos públicos para a iniciativa privada e colocou o fundo público em disputa, tendo de um lado a vontade de agentes privados que se interessam pela terra urbana enquanto mercadoria e do outro aqueles que demandam a efetivação do direito à moradia e direito à cidade por meio da implantação de políticas de HIS.

O PMCMV foi considerado bem-sucedido por grupos políticos e setores econômicos, devido ao aquecimento do mercado imobiliário e a viabilização eleitoral de setores partidários com a produção das unidades habitacionais. No entanto, após a entrega das unidades habitacionais, acumularam-se diversos problemas e denúncias:

deficiências construtivas das casas e prédios, terrenos e unidades incompatíveis com a realidade das famílias numerosas, comercialização e especulação imobiliária na região, falta de oportunidades de trabalho na localidade e falta de infraestrutura urbana e de serviços públicos para atendimento da população. De acordo com o PLHIS (COHAB-LD, 2011), o déficit habitacional no município era de 17.884 moradias quando foi implantado o Residencial Vista Bela, enquanto no período imediatamente posterior a demanda por habitação registrada no sistema da COHAB-LD contava com 58 mil famílias inscritas (Cordeiro, 2015, p. 266). No período entre 2009 e 2017, Londrina contava com 3.860 famílias morando em áreas irregulares, em mais de 50 ocupações pela cidade. Segundo relatório da COHAB-LD (2024), a produção habitacional realizada no período entre 2009 a 2017 esteve em torno de 4.432 unidades verticais e horizontais, em grande maioria implementadas pelo PMCMV, atendendo a 9% do déficit habitacional do município.

As informações censitárias sobre a população residente no Residencial Vista Bela (IBGE, 2024) mostram que a população feminina é significativamente maior que a masculina (quase 10 pontos percentuais a mais) e que também continua sendo maior que a média municipal. Essa situação pode ser uma consequência das regras do PMCMV - a mulher como responsável da unidade familiar beneficiada pelo programa. Em relação ao recorte racial, a população branca do Residencial Vista Bela é, em termos proporcionais, menor em 20 pontos percentuais que a média municipal (45% e 64%, respectivamente). A população parda, em situação inversa, é maior que a média municipal por quase 20 pontos percentuais de diferença (44% e 26%, respectivamente). A população negra do bairro é proporcionalmente o dobro da média da cidade de Londrina (10% e 5%, respectivamente). Esses dados indicam um perfil de famílias chefiadas por mulheres negras, em consonância com outras pesquisas realizadas no território (Passini, Zampar, 2023).

Em relação aos dados educacionais, a taxa de alfabetização das pessoas que vivem no Residencial Vista Bela é menor que a média municipal, indicando uma condição de carência e vulnerabilidade social da população do bairro, que pode estar relacionada com os critérios de seleção do PMCMV - famílias em situação de vulnerabilidade social acompanhadas por políticas públicas municipais.

Em relação aos serviços públicos, os dados indicam situações em que o Residencial Vista Bela apresenta melhores condições que a média municipal de Londrina (IBGE, 2022). Os índices de abastecimento de água potável e de conexão dos

domicílios com a rede de esgoto são 4% maiores que os da cidade em geral. No caso da coleta de lixo nas residências, as casas do Residencial Vista Bela são mais precárias que a média municipal (95% e 98% dos domicílios, respectivamente).

Tabela 4 - Dados socioeconômicos - Residencial Vista Bela e Londrina (2022)

Dados Socioeconômicos	RESIDENCIAL VISTA BELA (Totais)	RESIDENCIAL VISTA BELA (Percentuais)	LONDRINA
População residente	6.962	-	555.965
Quantidade de domicílios ocupados	2.323	-	210.592
Média de moradores por domicílio	2,99	-	2,64
Pessoas de sexo masculino no domicílio	3178	45,64 %	-
Pessoas de sexo feminino no domicílio	3784	54,36 %	-
Razão de homens para cada 100 mulheres	83,98	83,98	90,51
Abastecimento de água pela rede geral	2.305	99,22 %	95,01 %
Conexão à rede de esgoto	2.255	97,07 %	92,78 %
Coleta de lixo	2.230	95,99 %	98,72 %
População branca	3.138	45,1 %	64,21 %
População preta	716	10,3 %	5,73 %
População parda	3.063	44 %	26,66 %
População amarela	21	0,32 %	3,24 %
População indígena	19	0,28 %	0,15 %
Moradores alfabetizados (15 anos ou mais)	4.845	95,56 %	97,16 %

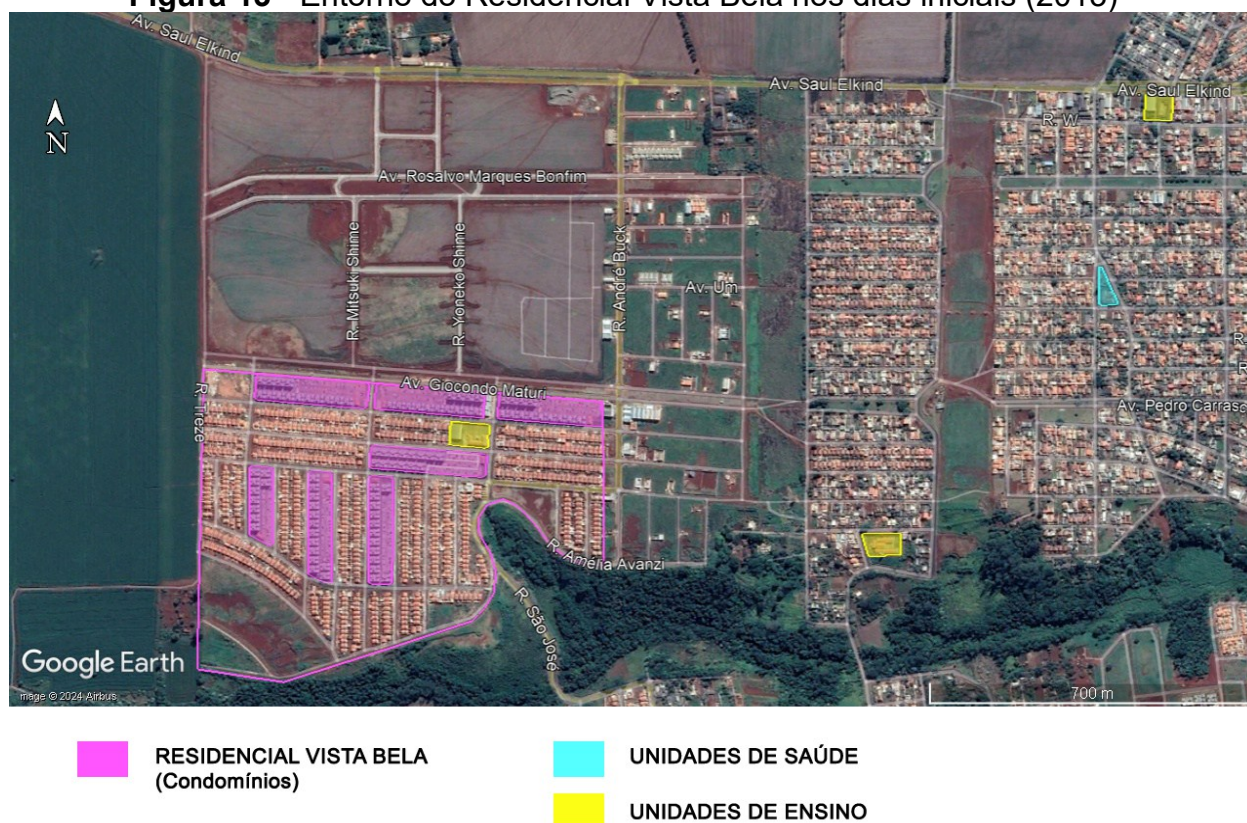
Fonte: IBGE, compilado pelo autor (2025).

Sob o aspecto da inserção urbana, o Residencial Vista Bela está em um contexto diverso daquele dos primeiros conjuntos habitacionais da cidade de Londrina, também implantados na região Norte da cidade. Uma diferença significativa é que os primeiros conjuntos habitacionais implantados na cidade, nos anos 1970 (principalmente os empreendimentos conhecidos como Cinco Conjuntos), eram completamente isolados da malha urbana e do Centro Histórico de Londrina consolidado à época. Essa situação de isolamento não é rigorosamente a mesma.

Segundo Rolnik (2015, p.128), as periferias urbanas passam por um processo de urbanização cumulativo, atenuando sua precariedade em comparação com

contextos anteriores. Atualmente, em 2025, a estrutura das cidades é mais multipolar do que há décadas atrás, o que altera as condições de inserção urbana de áreas que, embora ainda sejam periféricas, não estão sujeitas ao mesmo nível de isolamento de um passado não muito distante. No caso de Londrina, as imediações da Av. Saul Elkind são um exemplo dessa multipolaridade urbana, concentrando uma grande quantidade de comércio e serviços, além de equipamentos urbanos e oferta de transporte público. A implantação do Residencial Vista Bela representa uma nova fase do crescimento da região norte de Londrina, caracterizada pela consolidação de uma nova centralidade no eixo da Av. Saul Elkind.

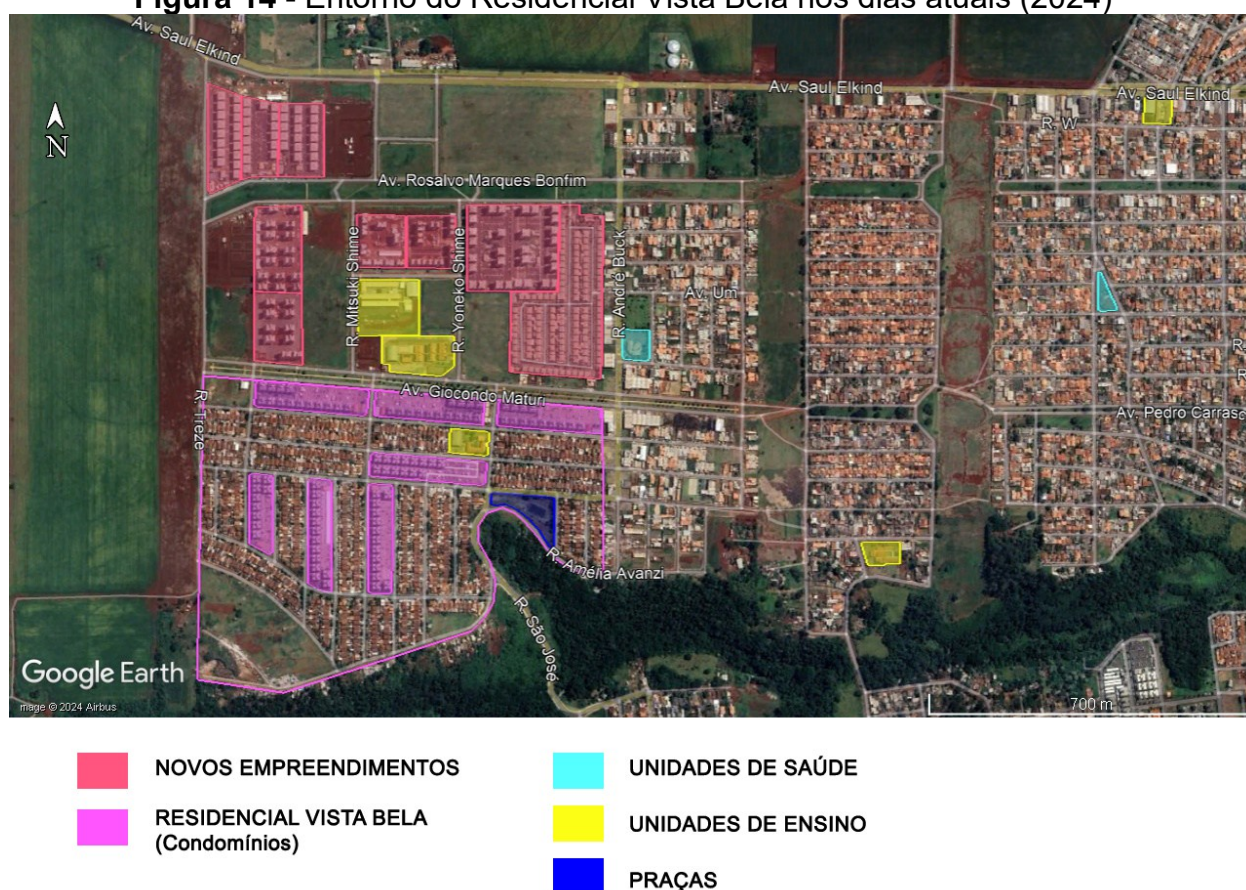
Figura 13 - Entorno do Residencial Vista Bela nos dias iniciais (2013)



Fonte: Imagem do Google Earth de maio/2013, modificada pelo autor (2024).

Em 2025, o Residencial Vista Bela e seu entorno imediato apresentam significativas transformações em relação ao período da sua implantação. Os condomínios residenciais que estão sendo lançados marcam a paisagem urbana. Equipamentos públicos como escolas, praças e postos de saúde, indicam a melhoria da oferta de serviços públicos na região.

Figura 14 - Entorno do Residencial Vista Bela nos dias atuais (2024)



Fonte: Imagem do Google Earth de fevereiro/2024, modificada pelo autor (2024).

No primeiro ano do Residencial Vista Bela, o bairro vivenciou problemas relacionados à presença do tráfico de drogas, repressão policial, assédios, tiroteios e assassinatos. Segundo Passini e Zampar (2023, p. 4), as principais dificuldades iniciais no território tinham relação com a mobilidade urbana, creches e escolas, atendimentos na área da saúde e a alimentação das crianças do bairro. Um aspecto muito importante, desde o início do Residencial Vista Bela, foi a criação de pontos de comércio a partir da adaptação das residências unifamiliares que compõem a maioria das quadras do bairro. Vicentim (2015) relata um aumento de 300% no número de comércios entre outubro de 2012 e dezembro de 2013.

As alterações realizadas pelos moradores não se limitaram às adaptações para criação de pontos comerciais, mas também para atendimento de necessidades dentro das próprias unidades residenciais. Theophilo (2014, p. 89) aponta que em menos de um ano após a entrega das últimas unidades 90% das casas já haviam passado por reformas ou ampliações para atendimento das necessidades específicas dos seus moradores e para melhoria ou adaptação da casa no contexto da acessibilidade.

Os dados censitários do IBGE (2024) registram um total de 79 estabelecimentos nos setores censitários correspondentes ao Residencial Vista Bela, sendo 70 deles classificados como “outras finalidades”, indicando possíveis atividades econômicas que não foram regularizadas. Outros estabelecimentos registrados são: 5 estabelecimentos religiosos, 3 estabelecimentos agropecuários e 1 estabelecimento de ensino. Os dados censitários também registram 8 edificações em construção. Essa pequena quantidade de obras em andamento no bairro pode indicar subnotificação e construções não regularizadas.

Figura 15 - Estabelecimentos do Residencial Vista Bela nos dias atuais (2024)



Fonte: IBGE (2024).

3 METODOLOGIA

O trabalho de campo buscou uma perspectiva específica para o entendimento da dinâmica urbana, destacando os arranjos estabelecidos pelos moradores, considerando a forma como agem no espaço, as transformações que eles realizaram e vivenciaram no território. Segundo o antropólogo José Guilherme Cantor Magnani (2012, p. 252),

[...] se o que está em pauta é o contexto urbano, é preciso levar em consideração dois fatores constituintes: a paisagem (entendida como o conjunto de espaços, equipamentos e instituições urbanas) e os atores sociais. Não se trata, contudo, de um cenário já dado no qual os atores desenvolvem suas práticas. Na verdade, a paisagem urbana é o resultado dessas práticas e das intervenções ou modificações impostas pelos mais diferentes atores (poder público, corporações privadas, associações, grupos de pressão, moradores, visitantes, equipamentos, rede viária, mobiliário urbano, eventos) em sua complexa rede de trocas.

A paisagem urbana é socialmente construída, a partir da ação dos atores locais e das trocas estabelecidas que têm como suporte determinado território. O resultado dessa ação sempre em processo, constitui, por sua vez, um repertório das possibilidades que ou compõem o leque para novos arranjos ou, ao contrário, surgem como obstáculos.

O que se propõe é um olhar de perto e de dentro, mas a partir dos arranjos dos próprios atores sociais, ou seja, das formas por meio das quais eles se avêm para transitar pela cidade, usufruir seus serviços, utilizar seus equipamentos, estabelecer encontros e trocas nas mais diferentes esferas – religiosidade, trabalho, lazer, cultura, participação política ou associativa (Magnani, 2002, p.15).

Segundo Magnani (2012), essa postura etnográfica permite ao pesquisador enxergar regularidades, arranjos coletivos, oportunidades e espaços de trocas e encontros, ao invés de isolamento ou fragmentação. Esse plano da dinâmica urbana, contudo, só se manifesta a um olhar que se posiciona “de perto e de dentro”. Podemos interpretar, a partir dessa posição, a urbanização enquanto processo de transformação do espaço por meio da ação das forças sociais representadas pelos moradores do território. Magnani (2012) propõe resgatar, a partir da metodologia de perto e de dentro, as ações e relações estabelecidas entre os atores locais e o espaço onde atuam

socialmente. Essa diversidade leva a pensar não na fragmentação, mas na possibilidade de sistemas de trocas em outra escala, com parceiros até então impensáveis, permitindo arranjos, iniciativas e experiências de diferentes matizes.

O resultado da etnografia praticada “de perto e de dentro” subsidiou a organização da diversidade de aspectos observados, a partir de uma experiência totalizante animada pela observação e vivências dos moradores do bairro. Segundo Magnani (2012, p. 265), o método etnográfico não se reduz a uma técnica; ele pode servir-se de várias, conforme as circunstâncias de cada pesquisa, é antes um modo de aproximação e apreensão do que um conjunto de procedimentos. Não é a obsessão pelos detalhes que caracteriza a etnografia, mas a atenção que se lhes dá: os fragmentos podem arranjar-se num todo que oferece a pista para um novo entendimento.

Em suma: a natureza da explicação pela via etnográfica tem como base um insight que permite reorganizar dados percebidos como fragmentários, informações ainda dispersas e indícios soltos num novo arranjo que não é mais o arranjo nativo (mas que parte dele, leva-o em conta, foi suscitado por ele) nem aquele com o qual o pesquisador iniciou a pesquisa. Esse novo arranjo carrega as marcas de ambos: com um alcance diferente da explicação nativa, referida a seu próprio contexto, pode agora ser aplicado a outras ocorrências; no entanto, é mais denso que a pergunta ou hipótese inicial do pesquisador pois tem como base e referente o “concreto vivido” (Magnani, 2012, p. 266).

A pesquisa etnográfica conduzida pelo método “de perto e de dentro” proposto por Magnani (2012) resulta na reorganização dos dados empíricos da pesquisa em um novo arranjo, que não é o nativo nem o do pesquisador, mas um pouco dos dois. Na pesquisa ora apresentada, esse novo arranjo foi o eixo condutor da reconstrução do processo de urbanização do Residencial Vista Bela e sua consolidação enquanto território periférico. A etnografia de perto e de dentro dá relevância aos atores sociais responsáveis pela dinâmica urbana em seu território.

Contrariamente às visões que na análise da cidade privilegiam as forças econômicas, a lógica do mercado e as decisões dos investidores e planejadores, propõe-se examiná-la a partir dos atores sociais não enquanto elementos isolados, dispersos e submetidos a uma inevitável massificação, mas enquanto os responsáveis por sua dinâmica cotidiana devido ao uso vernacular da cidade (do espaço, dos equipamentos, das instituições) em esferas do trabalho, religiosidade, lazer, cultura e estratégias de sobrevivência (Magnani, 2012, p. 267).

A incorporação dos moradores e de suas práticas permite introduzir outros pontos de vista sobre a dinâmica da cidade, para além do olhar ‘competente’, que decide o que é certo e errado, e para além da perspectiva e interesses do poder, que decide o que é conveniente e lucrativo. A metodologia de perto e de dentro foi aplicada ao estudo de caso dando ênfase aos processos orientados pelas forças sociais atuantes no território, a partir da condição de implantação do bairro orientada pelas forças políticas e econômicas locais. A formatação dos instrumentos metodológicos para o trabalho de campo buscou localizar elementos identificados com a participação social no processo de urbanização de um bairro periférico implantado por meio de políticas públicas de HIS.

Entre as motivações da metodologia de incursão ao território do Residencial Vista Bela, destacaram-se a leitura do cotidiano para entender o contexto; atenção aos tipos de arranjos no território e suas camadas subjetivas; e o investimento no processo de escuta e de observação visando as descobertas e teorias inovadoras. Sob a ótica das ciências sociais empíricas, foram utilizadas duas formas de aproximação para compreender o comportamento dos moradores e seus estados subjetivos: observar o comportamento que ocorre naturalmente no âmbito real e perguntar às pessoas sobre o seu comportamento, o que fazem e fizeram e sobre os seus estados subjetivos, o que, por exemplo, pensam e pensaram (Günther, 2006).

Experimentando as intensidades ligadas a tal lugar, descobre-se, aliás, que cada um apresenta uma espécie particular de objetividade: ali só pode acontecer uma certa ordem de eventos, não se pode ser afetado senão de um certo modo (Favret-Saada, 2005, p.160).

As atividades em campo no Residencial Vista Bela foram realizadas em três formatos: incursões exploratórias, entrevistas semiestruturadas e percursos acompanhados. Essas tipologias metodológicas não constituíram necessariamente etapas, pois foram utilizadas de forma simultânea nas descobertas proporcionadas pelo material empírico obtido com o trabalho de campo. Para os percursos acompanhados foram recrutadas, necessariamente, as pessoas que participaram das entrevistas, considerando que o contato na aplicação deste instrumento qualifica o desenvolvimento posterior daquele. A pesquisa de campo ocorreu em espaços públicos (ruas, praças e calçadas do bairro) e privados (residência da pessoa entrevistada, mediante consentimento desta).

Figura 16 - Estrutura da pesquisa de campo

Fonte: Autor (2025).

O material empírico obtido a partir do trabalho de campo foi registrado em notas de texto e marcações em mapas, para facilitar a espacialização de pontos determinados. As fotografias por meio do aparelho celular foram o registro primário, por várias razões: imediatez do registro e perenidade da imagem na qual podem ser resgatadas informações de data, horário e detalhes visuais dos locais e eventos ocorridos no momento da visita. Notas rápidas no celular foram utilizadas nas situações específicas onde não foi possível apontar a câmera pela indiscrição do gesto. Também foram realizadas anotações em mapas (material preparado e impresso para as incursões) e anotações em caderno de campo (registros livres em brochura).

O processo de incursão e interpretação de resultados constitui a materialidade de onde se pretende extrair a contribuição da observação e interação com o campo para, somadas às descobertas da etapa de contextualização do Residencial Vista Bela, realizar a reconstrução do processo de implantação e consolidação do bairro.

O trabalho de campo foi realizado a partir dos seguintes instrumentos, correspondendo a suas respectivas finalidades específicas:

- Incursões exploratórias: Identificar os aspectos visíveis do território estudado, sua materialidade e condição urbana geral. Para a aplicação desse instrumento, foi central a leitura do espaço material a partir da teoria da Dialética do Concreto, de Karel Kosík (1976).

- Entrevistas semiestruturadas: Acessar informações objetivas, além de considerações subjetivas do processo de implantação e consolidação do território a partir da interação com os atores sociais. A aplicação desse instrumento foi inspirada pelo conceito de Urbano-constelação, de Rita Velloso (2021, 2022).
- Percursos acompanhados: Confirmar as características principais do processo de urbanização do território e registrar aspectos específicos da percepção dos atores sociais sobre o ambiente urbano onde vivem.

É importante destacar que as formas de abordagem sugeridas pela aplicação dos instrumentos não são “estanques” e relacionam-se dialeticamente entre si, realizando-se em simultâneo durante o processo de pesquisa e obtenção de dados e material empírico do trabalho de campo.

Os instrumentos de campo propostos para a pesquisa buscam um viés específico, definido pela metodologia de perto e de dentro, trazendo o ponto de vista do território, suas idiossincrasias e especificidades. Essa metodologia está implicada com características etnográficas do espaço pesquisa, a partir da experiência de dentro (incursões ao bairro) e de perto (proximidade com interlocutores da pesquisa).

3.1 INCURSÕES EXPLORATÓRIAS

As incursões exploratórias são rotas para observação das características do Residencial Vista Bela, suas vias e construções, especialmente as formas de ocupação e eventuais apropriações improvisadas. Essas incursões são permeadas pela leitura da cidade como intervenção, abrindo a pesquisa de campo para a experiência e para as expressões do inusitado, sensibilizando o olhar e valorizando as práticas do cotidiano. As incursões serão realizadas nas vias públicas do bairro, sem incluir os condomínios verticais do Residencial Vista Bela, pelo fato de serem nelas onde os elementos da urbanização são identificáveis (as transformações específicas dentro dos condomínios que não fazem parte dos objetivos do trabalho). As incursões exploratórias têm como finalidade a interpretação dos fenômenos urbanos como manifestações concretas do processo de urbanização, a partir da apreensão dos aspectos perceptíveis do território, considerando a relação entre fenômeno e essência que caracteriza a realidade manifesta.

Os conceitos teóricos apresentados pelo filósofo marxista Karel Kosík na obra *Dialética do Concreto* (publicada em 1963) subsidiaram as incursões e a avaliação do material empírico obtido com a aplicação desse instrumento no trabalho de campo. Segundo Kosík (1976, p.12), a realidade é a unidade do fenômeno e da essência.

A essência se manifesta no fenômeno, mas só de modo inadequado, parcial, ou apenas sob certos ângulos e aspectos. [...] O fato de se manifestar no fenômeno revela seu movimento e demonstra que a essência não é inerte nem passiva. Justamente por isso o fenômeno revela a essência. A manifestação da essência é precisamente a atividade do fenômeno (Kosík, 1976, p. 11).

Captar o fenômeno de determinada coisa significa indagar e descrever como a coisa em si se manifesta naquele fenômeno, e como ao mesmo tempo nele se esconde. Compreender o fenômeno é atingir a essência. Sem o fenômeno, sem a sua manifestação e revelação, a essência seria inatingível.

A dialética é o pensamento crítico que se propõe a compreender a “coisa em si” e sistematicamente se pergunta como é possível chegar à compreensão da realidade. [...] sob o mundo da aparência se desvenda o mundo real; por trás da aparência externa do fenômeno se desvenda a lei do fenômeno; por trás do movimento visível, o movimento real interno; por trás do fenômeno, a essência (Kosík, 1976, p.15-16).

Todo instante, por mais fugaz que se apresente, carrega o cristal de outros acontecimentos prévios que levaram àquela condição específica. Resgatar esses acontecimentos será fundamental para a reconstituição do processo de consolidação do território pesquisado. Conduzida pelo conceito de *Dialética do Concreto*, a aplicação do instrumento das incursões exploratórias no Residencial Vista Bela caracteriza-se pela minuciosa apropriação da matéria e investigação da coerência interna, isto é, a determinação da unidade das várias formas de desenvolvimento.

Cada objeto percebido, observado ou elaborado pelo homem é parte de um todo, e precisamente este todo não percebido explicitamente é a luz que ilumina e revela o objeto singular, observado em sua singularidade e no seu significado. [...] A dialética *não é o método da redução*; é o *método da reprodução espiritual e intelectual da realidade*; é o método do desenvolvimento e da explicitação dos fenômenos culturais partindo da atividade prática objetiva do homem histórico (Kosík, 1976, p. 25-32).

A realidade é produto da práxis humana objetivo-subjetiva, que se desenvolve

num processo dialético constitutivo imanente da própria realidade historicamente determinada pelos sujeitos sociais em suas relações reais. A Dialética do Concreto busca, sobretudo, compreender essa realidade nas suas leis intrínsecas e desvelar, sob a aparência e a causalidade dos fenômenos, as suas conexões internas. Implica, portanto, uma fenomenologia do campo empírico, a partir da interpretação dos fenômenos urbanos observados nas incursões exploratórias ao estudo de caso como manifestações concretas do processo de urbanização. A relação entre fenômeno e essência constitui um ponto fundamental para a reconstrução do processo de consolidação do território de pesquisa.

As incursões propõem um olhar de dentro do território, aderindo à etnografia urbana da subjetivação de espaços periféricos a partir da apropriação que as pessoas fazem do espaço público e das alterações realizadas pelos moradores no espaço, observando as características físicas do bairro e a rede de relações estabelecidas para construir o sentido de unidade de discurso urbano, do caótico para o concreto pensado, em um espaço periférico usualmente caracterizado pela confusão e fragmentação.

3.2 ENTREVISTAS SEMIESTRUTURADAS

A interlocução com os moradores buscou identificar as relações construídas entre as forças sociais, econômicas e políticas que atuam sobre o território periférico estudado. A interlocução com moradores que viveram o processo de implantação e consolidação do Residencial Vista Bela tem como finalidade acessar experiências cotidianas e a concretude socioespacial das correlações políticas no território pesquisado. A interação com as pessoas entrevistadas busca identificar as articulações coletivas dos moradores e suas implicações na transformação do contexto socioespacial em que essas pessoas vivem, situações que não são possíveis de captar apenas utilizando o instrumento das incursões exploratórias.

A realização das entrevistas foi orientada pela investigação das relações sociais na produção do espaço urbano periférico, em um contexto no qual é relevante o conceito de Urbano-constelação (Velloso, 2021, 2022). Segundo Velloso (2021, p. 259), as cidades contribuem para o desempenho de ações políticas de contestação, em escalas diversas, onde o âmbito da produção se une às formas de vida configurando uma constelação social.

A constelação é uma imagem na qual cada estrela, um singular, marca um extremo de linha que a liga a outra estrela, outro extremo singular. Nesse traçado de linhas imaginárias que delimita uma forma, uma configuração, não há um centro – com o que, tem-se, no centro da constelação sempre está o vazio (Velloso, 2022, p. 19).

No contexto da pesquisa no espaço urbano, é possível considerar a repercussão espacial da atuação dos sujeitos coletivos em suas formas de articulação, a partir das visibilidades (ou invisibilidades) que caracterizam o território. Detectando as emergências nesses espaços urbanos, é possível responder em que medida a apropriação realizada pelos moradores é capaz de provocar a mobilização e a organização dos grupos sociais em movimentos de luta urbana (Velloso, 2021, p.238). Os movimentos se configuram pelas práticas e expressões reivindicatórias que se desenvolvem sobre o território e se valem da contingência e do imprevisto, ou seja, são definidas pela relação dialética entre as necessidades específicas de um determinado contexto e as condições que possibilitam o atendimento dessas necessidades.

A teoria do “Urbano-constelação” propõe relacionar coisas/estrelas para construir uma compreensão das articulações entre formas urbanísticas-territoriais e processos sociais que lhes são intrínsecos e subjacentes, formando constelações do urbano. A identificação dessas constelações permite trazer novas compreensões sobre a ação das pessoas no espaço urbano e aponta para explorações teóricas e modos de ver, pensar e vivenciar os conflitos e lutas inerentes à condição urbana contemporânea.

As formas de ação e de engajamento dos moradores do Residencial Vista Bela, conhecidas a partir da realização das entrevistas, têm como horizonte a ampliação da compreensão da capacidade de ação política e reivindicatória desses sujeitos. Apesar dos limites da ação dos habitantes das cidades, sempre existirá um lastro espacial dessa ação, da qual é possível reunir elementos para considerar a repercussão da atuação dos sujeitos coletivos e instâncias institucionais.

A cidade é um objeto que não se mostra diretamente, mas apenas em seu reflexo refratário. Num objeto ou acontecimento urbanos, refletem-se o conhecimento, a percepção e os gestos dos habitantes [...] arranjo de formas de conhecer, perceber e agir (Velloso, 2022, p.46).

A realização de entrevistas com os moradores do Residencial Vista Bela viabilizou a identificação do lastro espacial da ação dessas pessoas e elementos da repercussão da atuação dos sujeitos coletivos, dando profundidade aos elementos

identificados durante as incursões exploratórias ao bairro. A interlocução com os atores locais também buscou capturar afetos dessas pessoas com o território, acessando as questões subjetivas presentes no olhar individual da pessoa entrevistada.

As entrevistas semiestruturadas foram delineadas por perguntas norteadoras que ordenam o processo de aplicação do instrumento, mas ao mesmo tempo permitem ao interlocutor discorrer sobre assuntos indiretamente relacionados com o texto da pergunta em si. Essa formatação específica do instrumento permite a apreensão da contingência e do imprevisto das práticas e expressões reivindicatórias dos moradores.

As entrevistas semiestruturadas foram conduzidas por perguntas norteadoras, organizadas em blocos para facilitar a condução da conversa e o controle dos tópicos.

Quadro 1 - Perguntas norteadoras das entrevistas semiestruturadas

(1) PERGUNTAS PESSOAIS	Pode contar um pouco da sua história com o Vista Bela (de onde veio, quando se mudou para cá)?
	Qual a sua ocupação atual? Como ela se relaciona com a sua vida no Vista Bela?
(2) PERGUNTAS GERAIS	O que mais mudou desde que você veio morar aqui?
	O que você mais gosta no bairro?
	Para você, o que mais faz falta ao Vista Bela?
(3) QUESTÕES ESPECÍFICAS	Poderia contar um pouco sobre alguns pontos do processo de consolidação do Vista Bela? - Verticalização do bairro; - Comercialização dos imóveis; - Implantação de equipamentos públicos; - Mudanças de uso e ocupação do solo.

Fonte: Autor (2025).

As perguntas norteadoras não têm a intenção de esmiuçar fatos nem hierarquizar acontecimentos do bairro. Pretende antes abrir a possibilidade de enunciações discursivas, ao invés de restringir as diversidades de manifestações.

Não é a obsessão pelos detalhes que caracteriza a etnografia, mas a atenção que se lhes dá: em algum momento, os fragmentos podem arranjar-se num todo que oferece a pista para um novo entendimento (Magnani, 2002, p.17).

Para a realização das entrevistas semiestruturadas, foi realizado o recrutamento de pessoas voluntárias atendendo aos critérios de temporalidade e representatividade. Para o critério de temporalidade, considerando como atores relevantes para a pesquisa as pessoas que moram desde o início da implantação do bairro, foram procuradas para participação voluntária os moradores mais antigos do Residencial Vista Bela, através de consultas diretas com as pessoas no território, nas ruas e comércios do bairro. Para efeito de reconstrução do processo de urbanização, entende-se que essas pessoas acompanharam as transformações socioespaciais e potencialmente conhecem e reconhecem as forças que atuaram e atuam na produção do espaço do Residencial Vista Bela. Para atender ao critério de representatividade, foram recrutadas pessoas com participação ativa na vida do bairro e que, por meio da sua atuação, colaboram ou colaboraram na consolidação do território. A partir do contato com estas pessoas e do consentimento e disponibilidade delas em participar da pesquisa, foi apresentado e devidamente assinado o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE).

3.3 PERCURSOS ACOMPANHADOS

Os percursos acompanhados consistem em percorrer junto com a pessoa participante da pesquisa uma parte do território estudado. A aplicação deste instrumento foi realizada com as pessoas que participaram das entrevistas, mediante o interesse e disponibilidade delas, considerando que a aproximação prévia expande as possibilidades etnográficas nas incursões pelo Residencial Vista Bela. A ideia é interagir com o espaço urbano e registrar relatos de perto e de dentro (Magnani, 2012) que se somam aos obtidos com as entrevistas. Esse instrumento possibilita a observação direta da concretude do ambiente na companhia dos atores locais, possibilitando a confirmação dos aspectos mais relevantes da urbanização do território e os elementos urbanos que irão compor a reconstrução do processo de consolidação do Residencial Vista Bela.

O roteiro dos percursos acompanhados se delineiam a partir das indicações das pessoas participantes da pesquisa e assumem formas variadas, conforme a orientação dos atores sociais e da percepção desses sobre os elementos principais da urbanização do Residencial Vista Bela. Esses aspectos incluem a materialidade dos espaços públicos do bairro e fatos do passado não perceptíveis, mas diretamente relacionados com o processo de consolidação que levou à sua conformação atual.

Esses percursos possibilitaram a reflexão sobre a percepção dos moradores em relação às modificações realizadas desde a implantação do bairro e os aspectos construtivos das intervenções do ponto de vista do atendimento às necessidades das pessoas que vivenciam o território. Os percursos acompanhados contribuíram para o entendimento do processo de consolidação do território do Residencial Vista Bela, conjugando os resultados empíricos das incursões e das entrevistas para formular problematizações específicas a serem exploradas na realização dos percursos.

3.4 ORGANIZAÇÃO E ANÁLISE DOS DADOS EMPÍRICOS

As informações de campo obtidas com a aplicação dos instrumentos metodológicos das incursões exploratórias, entrevistas semiestruturadas e percursos acompanhados, compõem a evidência empírica do processo de urbanização do território pesquisado. A partir da obtenção desses dados empíricos, foi realizada a sua organização e análise. Essa organização e análise buscaram uma coerência interna no material de campo para orientar a reconstrução do processo de urbanização periférica. A identificação dos fenômenos observados nas incursões e percursos no Residencial Vista Bela, e a caracterização do processo histórico do bairro, presente no campo discursivo dos relatos dos moradores, possibilitaram a definição das categorias de análise. Essas categorias referem-se aos aspectos sociais, econômicos e políticos implicados no processo de urbanização do estudo de caso. Definindo-se as categorias de análise, foram produzidos arranjos variados entre elas, com o objetivo de reconstruir o processo de implantação e consolidação do bairro, identificando dessa maneira as forças sociais, econômicas e políticas que atuam na produção do espaço urbano.

O arranjo das categorias de análise foi orientado pelos conceitos expostos por Michel Foucault no livro *Arqueologia do Saber*, publicado originalmente em 1969. Segundo Foucault (1972), a prática arqueológica faz aparecer, em sua especificidade, o nível das coisas ditas: sua condição de aparecimento, as formas de seu acúmulo e de seu encadeamento, as regras de sua transformação e suas discontinuidades. O domínio das coisas ditas é o que se chama arquivo, e a arqueologia está destinada a fazer a análise desse arquivo.

A descrição arqueológica dos discursos se desenrola na dimensão de uma história geral; ela procura descobrir todo o domínio das instituições, dos processos econômicos, das relações sociais com as quais pode-se articular uma formação discursiva [...] ela quer revelar o nível singular em que a história pode dar lugar a tipos definidos de discurso, que têm seus tipos próprios de historicidade, e que estão relacionados com todo um conjunto de historicidades diversas (Foucault, 1972, p. 202).

A análise arqueológica individualiza e descreve formações discursivas, desenhando configurações singulares, fazendo aparecer um conjunto determinado de formações discursivas, que têm entre si um certo número de relações descritíveis (Foucault, 1972, p. 194). No contexto da pesquisa no Residencial Vista Bela, as formações discursivas são constituídas pelas categorias de análise. O arranjo das categorias de análise são configurações singulares que se relacionam e descrevem o processo de urbanização a partir das forças sociais, econômicas e políticas identificadas na pesquisa de campo. Segundo Foucault (1972), o processo arqueológico é uma forma de análise que considera a instauração de séries; as relações de hierarquia e causalidades entre elas; e a determinação de sequências distintas de acontecimentos. A prática arqueológica revela elementos discursivos inteiramente diferentes, formados a partir de regras análogas, e seu encadeamento. No caso em questão, o arranjo das categorias se realizou a partir da instauração de séries, cujos encadeamentos são expressões do processo de urbanização do território.

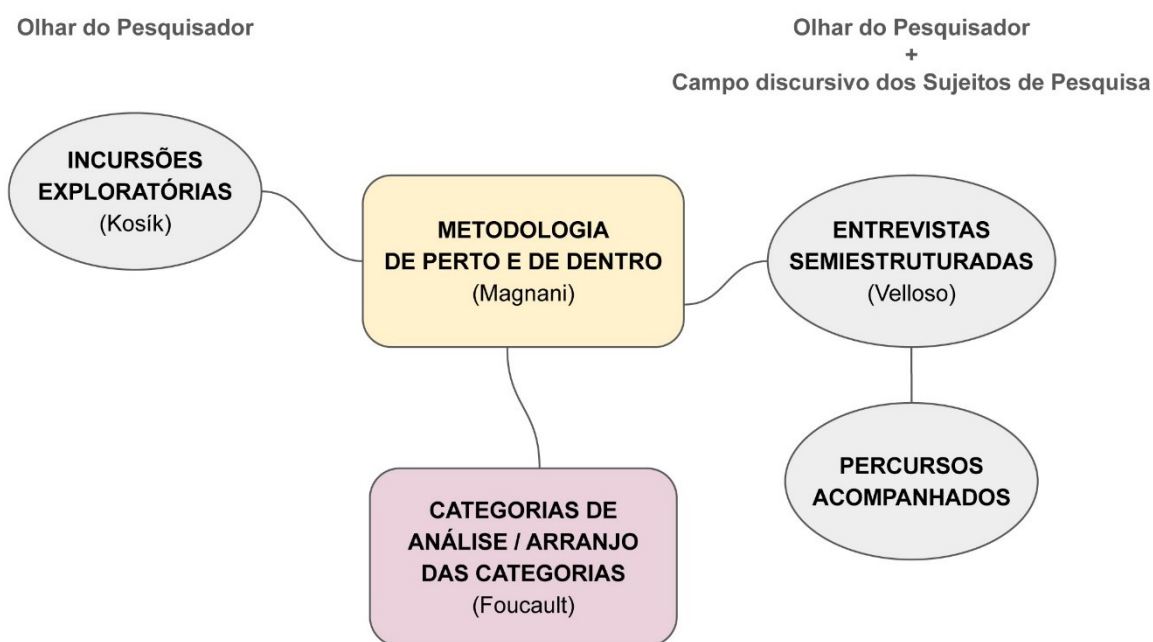
De agora em diante, o problema é de constituir séries: de definir para cada uma seus elementos, de fixar-lhes os limites, de descobrir o tipo de relações que lhe é específico [...] Daí a necessidade de distinguir não mais apenas acontecimentos importantes e acontecimentos mínimos, mas sim tipos de acontecimentos de nível inteiramente diferente (Foucault, 1972, p.15).

Para atingir o objetivo da pesquisa de identificar os elementos urbanos que caracterizam o processo de urbanização de um território periférico, foi aplicado o método arqueológico ao material empírico de campo. As categorias de análise não foram definidas a priori, mas resultaram da aplicação dos instrumentos metodológicos: incursões exploratórias no bairro, entrevistas semiestruturadas com os moradores e percursos pelo território acompanhados com as pessoas participantes da pesquisa. Com os dados empíricos deste processo, as categorias de análise foram definidas com a identificação de regularidades e a verificação dos aspectos mais frequentes na percepção das condições materiais do bairro e dos fenômenos presentes no campo

discursivo dos interlocutores de pesquisa, comentados nas entrevistas e percursos realizados no território do Residencial Vista Bela. As regularidades verificadas definem os recortes das categorias de análise, e essa definição indica os indícios para a reconstrução do processo de urbanização do bairro, a partir da identificação dos elementos urbanos que caracterizam esse tipo de processo de urbanização periférica.

O diagrama a seguir apresenta a síntese da metodologia da pesquisa, inspirada na etnografia “de perto e de dentro” (Magnani, 2002, 2012), de corte materialista, constituída por instrumentos de campo que captam o ponto de vista do território. As incursões exploratórias no estudo de caso orientam-se pelos aspectos materiais do território, buscando, sob a aparência visível dos elementos urbanos, a sua essência (Kosík, 1976). As entrevistas semiestruturadas se relacionam com o campo discursivo dos moradores do bairro, seu conhecimento e percepção do território, e suas formas de conhecer, perceber e agir sobre o espaço urbano (Velloso, 2022, p. 46). As entrevistas são complementadas, de acordo com o interesse e disponibilidade das pessoas participantes, pela realização de percursos acompanhados no estudo de caso. A organização do material empírico em categorias de análise e o subsequente arranjo, objetivando a reconstrução do processo de urbanização periférica, se realizam pela prática arqueológica (Foucault, 1972).

Figura 17 - Metodologia e instrumentos da pesquisa de campo



Fonte: Autor (2025).

4 TRABALHO DE CAMPO

A pesquisa de campo buscou material empírico para fundamentar a reconstrução do processo de implantação e consolidação de Habitação de Interesse Social nas periferias de Londrina, tendo como estudo de caso o Residencial Vista Bela, através do processo de identificação de instâncias de participação e colaboração dos moradores na construção do bairro. Assim, a aplicação dos instrumentos metodológicos e a interpretação dos resultados constitui a materialidade da fundamentação teórica aplicada ao estudo de caso, ao qual se pretende extrair a contribuição da observação e interação com o campo para que, somadas as descobertas no processo de pesquisa no Residencial Vista Bela, seja possível a reconstrução da implantação e consolidação do bairro implantado por políticas públicas de Habitação de Interesse Social em um território periférico de Londrina.

Previamente à aplicação dos instrumentos de campo - incursões exploratórias, entrevistas semiestruturadas e percursos acompanhados - foi realizado um levantamento de fotografias com registros dos anos iniciais do bairro, o que possibilitou a identificação dos aspectos iniciais do Residencial Vista Bela, logo após a entrega das unidades habitacionais. A implantação do bairro foi concluída em 2012, e o material exposto a seguir apresenta as condições do bairro entre 2013 e 2014.

Figura 18 - Aspectos Gerais do Residencial Vista Bela (2014)



Foto: Luciana Honda (2014). **Fonte:** Dados de pesquisa.

Figura 19 - Residencial Vista Bela - Condição Inicial das Casas e Alterações na Fachada (2013)



Foto: Danilton Aragão (2013). **Fonte:** Dados de pesquisa.

Na observação das unidades habitacionais, os registros iniciais mostram algumas características da transformação do bairro. As casas do Residencial Vista Bela foram entregues sem nenhuma divisão física entre os lotes. Assim começaram as primeiras transformações das casas e a caracterização por parte dos moradores, como a pintura da fachada para destacar a sua unidade. Outra forma de divisão que aparece nos registros iniciais do bairro é a separação vertical, desde formas improvisadas com cercamento de madeira até a construção mais elaborada com muros de alvenaria.

Figura 20 – Residencial Vista Bela - Construção de Muros e Fechamentos Improvisados (2013)



Foto: Danilton Aragão (2013). **Fonte:** Dados de pesquisa.

Figura 21 - Residencial Vista Bela - Material de Obra e Entulho Acumulado nos Quintais (2013)



Foto: Danilton Aragão (2013). **Fonte:** Dados de pesquisa.

As alterações realizadas pelos moradores em suas casas nos tempos iniciais do Residencial Vista Bela, evidenciam a inadequação do projeto inicial do bairro às necessidades imediatas dos moradores, que precisaram realizar a adaptação de suas casas em circunstâncias difíceis e de restrição de recursos. As mudanças variam, como por exemplo a construção de novos cômodos para novos usos do espaço e o destelhamento da “meia-água” para construção de um segundo andar na casa. As transformações realizadas pelos moradores em suas casas possibilitaram novos usos no bairro além do residencial, e resultaram na variedade observada nas incursões ao bairro realizadas no contexto desta pesquisa.

Figura 22 - Residencial Vista Bela - Alterações Nas Unidades Habitacionais (2013)

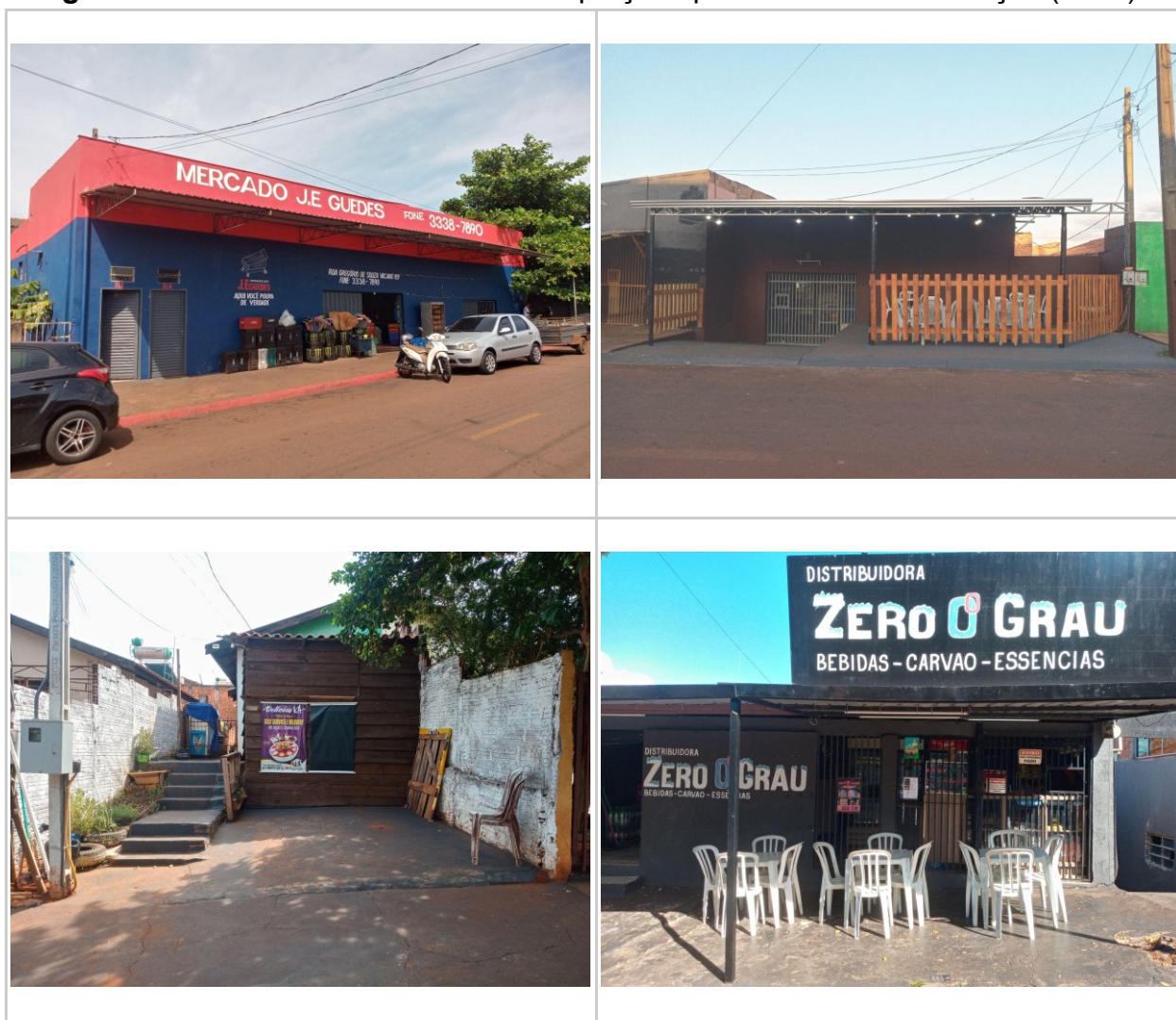


Foto: Danilton Aragão (2013). **Fonte:** Dados de pesquisa.

4.1 DESCRIÇÃO DAS INCURSÕES

As incursões exploratórias foram realizadas entre os meses de abril e agosto de 2024. A transformação mais frequente, observada em todas as partes do bairro, é a adaptação das casas para usos diversos do residencial. A partir das intervenções realizadas pelos moradores, a paisagem inicial do Residencial Vista Bela mudou, e a homogeneidade do projeto original deu lugar a uma diversidade de usos, como mercados, bares, comércios e serviços em geral. Em algumas partes específicas do bairro, principalmente nas esquinas localizadas nas imediações dos condomínios de prédios, a alta concentração de casas adaptadas chega a conformar núcleos comerciais, criando uma ambiência ativa de vida no bairro.

Figura 23 - Residencial Vista Bela - Adaptações para Comércio e Serviços (2024)



Fonte: Autor (2024).

Nas incursões exploratórias pelo bairro, foi possível observar que algumas casas foram adaptadas para uso religioso. Nesses casos, todas as transformações observadas nas incursões ao bairro se caracterizam pela utilização desses locais para culto evangélico. Essa situação foi observada em todo o Residencial Vista Bela, tanto na área central quanto nas porções marginais do território. Essa presença marcante dos locais de culto confere ao bairro um aspecto religioso.

Grupos de idades variadas reúnem-se para socializar nas calçadas das casas e nos estacionamentos dos conjuntos de prédios, principalmente na entrada dos condomínios, com carroça de lanches, mesas e cadeiras. Outro aspecto observado é a intensa circulação de entregadores em motos, indicando o uso de serviços de entrega por aplicativo no território. Também foi observada a aglomeração de pessoas nas tabacarias e distribuidoras de bebidas, estabelecimentos bastante presentes no bairro.

Figura 24 - Residencial Vista Bela - Uso Religioso das Casas e Grupos Reunidos nas Tabacarias (2024)



Fonte: Autor (2024).

Nos trechos compostos por casas, é uma constante a apropriação das calçadas com mobiliário improvisado: pallets, cadeiras de madeira, bancos de tronco de árvore, cadeiras e mesas de plástico, dificultando a circulação em muitos trechos de calçadas, tanto pela apropriação improvisada quanto pela descontinuidade física de calçamento, implicando no crescimento desordenado de grama e arbustos.

Uma característica presente nas incursões ao Residencial Vista Bela é a marcação de jogos infantis no asfalto, decorrente da apropriação que as crianças do bairro fazem de suas ruas. Essa situação ocorre em praticamente todas as vias do bairro, tanto entre conjuntos de prédios e casas quanto naquelas quadras compostas por casas.

Figura 25 - Residencial Vista Bela - Marcação de Jogos Infantis nas Ruas e Apropriações das Calçadas com Mobiliário (2024)



Fonte: Autor (2024).

Foram observadas nas incursões diversas formas de adaptação das unidades, por todo o bairro encontram-se casas em obras. As reformas observadas com maior frequência foram a execução de coberturas que avançam sobre as calçadas e a verticalização dos imóveis originais, em obras consolidadas ou em andamento, e que muitas vezes inclui a construção de uma laje superior que funciona como varanda. Essas modificações acontecem tanto nas casas que foram mantidas para uso residencial quanto naquelas adaptadas para novos usos comerciais e de serviços.

Figura 26 - Residencial Vista Bela - Verticalização dos Imóveis e Execução de Coberturas (2024)



Fonte: Autor (2024).

Em relação às casas com alterações observadas durante as incursões exploratórias, foram observados com frequência anúncio de venda dos imóveis, tanto direto com o proprietário, como também por intermédio de imobiliárias da região. Essa situação de comercialização dos imóveis do Residencial Vista Bela pode ser um indicativo de um processo de investimento imobiliário em curso no bairro.

Figura 27 - Residencial Vista Bela - Comercialização dos Imóveis (2024)



Fonte: Autor (2024).

As incursões exploratórias no Residencial Vista Bela resultaram na compreensão de algumas dinâmicas do processo de urbanização a partir dos aspectos visíveis do bairro, que constituem características da consolidação de HIS e implicam parte do entendimento do território, complementado pelos demais instrumentos metodológicos propostos: as entrevistas semiestruturadas e os percursos acompanhados a serem realizados com os interlocutores da pesquisa.

4.2 DESCRIÇÃO DAS ENTREVISTAS

As entrevistas foram realizadas entre abril e agosto de 2024. Em algumas ocasiões, repetiram-se as pessoas entrevistadas, principalmente pela forma como colocaram-se à disposição em participar, e também pela variedade dos depoimentos, que aprofundaram o entendimento sobre o processo de urbanização do território.

Para manter o anonimato dos sujeitos, foram adotados nomes fictícios: Adonis, Adélia, Laura, Maria Fernanda, Ana, Lúcia, Tereza, Denise e Caio. O recrutamento desses sujeitos da pesquisa foi realizado por formas variadas. Em algumas situações, tratavam-se de pessoas já conhecidas do pesquisador (Maria Fernanda e Tereza). Em algumas situações, as pessoas recrutadas foram indicadas através de uma pessoa intermediária e, nesses casos, o contato se deu por iniciativa do pesquisador, que apresentou a finalidade acadêmica do contato a ser estabelecido (assim foi com Ana e Lúcia). O contato com Denise e seu filho Caio resultou da indicação de uma pessoa que já estava participando da pesquisa (Maria Fernanda). Finalmente, no caso de Adélia, Adonis e Laura, o contato foi realizado durante as incursões exploratórias, a

partir da experiência do trabalho de campo no território. Durante o processo de recrutamento, observou-se uma tendência de combinação entre os critérios de temporalidade e representatividade preliminarmente propostos. A maioria dos sujeitos da pesquisa mora no Residencial Vista Bela desde a implantação do bairro, e têm participação ativa no cotidiano do território, atuando como lideranças locais, realizando atividades sociais e colaborando significativamente para o processo de consolidação do bairro. Em alguns casos, esse perfil de liderança decorre do fato de também terem sido lideranças em seus locais de origem, mantendo o ativismo social; em outros casos formando-se como lideranças na luta por melhorias para o Residencial Vista Bela. O perfil da atuação das lideranças locais tem relação direta com as precariedades que marcam o território.

Adélia e Adonis são um casal de idosos aposentados, na casa dos 70 anos, que moram no Residencial Vista Bela desde o início do bairro. Eles já se conheciam no bairro de origem, e mudaram na mesma época para o Residencial Vista Bela. Depois do falecimento do primeiro esposo de Adélia, voltaram a entrar em contato e decidiram então viver juntos. O contato se deu em uma incursão realizada no bairro. Adélia foi casualmente abordada, à saída de um mercado local, e se mostrou desde o início muito disposta a conversar. Passou o número do seu celular e disse que ficasse à vontade para marcar uma entrevista com ela e com seu companheiro. A entrevista com eles aconteceu em sua própria casa, em dois fins-de-semana não-consecutivos. Na primeira entrevista, Adonis foi quem mais falou, enquanto Adélia apenas fazia comentários para complementar, concordar ou discordar da afirmação do companheiro. No segundo dia de entrevista, Adélia atendeu o portão falando prontamente que Adonis não poderia conversar desta vez, tinha adoecido. Ela insistiu que a entrevista acontecesse, e, então, deu nessa ocasião suas contribuições mais efetivas sobre o processo de consolidação do Residencial Vista Bela.

Laura é uma mulher de meia idade, aposentada, que mora sozinha na sua residência, desde o início do bairro. Ela adquiriu sua casa devido à condição de pessoa com deficiência, um dos critérios de prioridade, segundo as regras do PMCMV. Foi uma das primeiras pessoas a se mudar para o bairro, e afirma com orgulho ter sido “a décima primeira pessoa a pegar as chaves do Residencial Vista Bela”. O contato teve início durante uma das incursões exploratórias no bairro, após um diálogo iniciado de forma espontânea com um senhor que estava sentado à calçada, e que indicou que, naquela mesma rua, tinha uma pessoa que “conhecia tudo do bairro”. Laura se mostrou bastante

disposta a conversar, e passou uma imagem de ser como uma “mãe” para as pessoas da sua rua, por sua boa disposição e postura combativa para “colocar ordem” na vizinhança (como aconteceu anos atrás, quando o som alto de alguns moradores estava incomodando as pessoas, em particular os moradores mais idosos da rua). Laura mora sozinha na casa que adaptou para implantar o seu projeto social, que funciona na parte frontal do lote. A entrevista com Laura foi realizada em uma única ocasião, mas de forma bem extensa, pois a interlocução iniciou na parte do projeto social, e depois ela quis mostrar espontaneamente a pequena confecção que está montando em outra parte da casa. Com a atividade de conserto de roupas, Laura pretende criar uma outra fonte de renda, para complementar a aposentadoria que recebe por invalidez.

Maria Fernanda é uma mulher negra, mãe de um casal de crianças, e mora com elas e com o esposo na mesma casa desde o início do bairro. Maria Fernanda é uma das lideranças comunitárias do Residencial Vista Bela. O contato com Maria Fernanda foi iniciado de um evento relacionado à luta por moradia com lideranças comunitárias em Londrina. Por sua experiência e compreensão da importância da pesquisa acadêmica, e pela própria formação no Serviço Social, Maria Fernanda se mostrou desde o início muito disposta com as entrevistas, e até mesmo empolgada com as interações e ideias que foram surgindo. Foi uma interação bastante ativa e produtiva, com a realização de duas entrevistas e um percurso acompanhado com esta participante.

Ana e Lúcia moram no mesmo condomínio de edifícios do Residencial Vista Bela, instalados junto à avenida principal que margeia o bairro (Av. Giocondo Maturi). A entrevista foi realizada com as duas, de forma simultânea, com ampla colaboração de ambas nas respostas e no desenvolvimento de temas que consideram importantes na vida do bairro. Ao convite para a realização de um percurso acompanhado, Ana respondeu prontamente, dando logo a ideia que déssemos uma passada na feira noturna dos sábados, que ela afirmou ser uma das organizadoras. Lúcia não demonstrou a mesma empolgação com o percurso, então esse instrumento não foi aplicado com esta participante da pesquisa.

Tereza é uma mulher negra na casa dos 40 anos, mãe solo de 4 meninas, que moram com ela em um dos condomínios de prédios no Residencial Vista Bela. Devido à dificuldade financeira de prover o sustento da família, precisou garantir às suas filhas o acesso à saúde e ao ensino público, situação que fez com que ela lutasse pela

implantação de equipamentos no território, processo pelo qual ela se tornou uma liderança no bairro. Para poder sustentar as crianças, complementa a sua renda mensal proveniente de programa social do governo com o trabalho como professora. Tereza atua em movimentos sociais, de onde surgiu a oportunidade de convite para participar da pesquisa, a partir de um encontro espontâneo que aconteceu durante um evento sobre direito à moradia realizado na região Norte de Londrina. A primeira entrevista foi realizada no apartamento de Tereza. Os assuntos foram desenvolvidos e se desdobraram num segundo encontro, no qual foi realizado um percurso acompanhado nas ruas do bairro e entorno imediato.

Denise é uma mulher negra de meia idade, que mora em uma das primeiras casas entregues pela Prefeitura de Londrina, quando foi inaugurado o Residencial Vista Bela, em 2011. Ela é mãe solo e mora com seu filho **Caio**, um jovem negro na casa dos 25 anos, com formação universitária. Denise é professora, e atualmente trabalha na Escola Municipal Vista Bela. A primeira entrevista foi realizada apenas com ela, nessa ocasião Caio compareceu à mesa, apenas para se servir do café passado pela mãe. Na segunda entrevista agendada com Denise, quando ficou combinado que iríamos “emendar” em um percurso acompanhado pelo bairro, Caio se mostrou mais falante. Nessa segunda visita, ele não só serviu o café como se sentou conosco e deu suas colaborações para a conversa. No mesmo dia da segunda entrevista, foi realizado o percurso acompanhado com Denise, que além de contemplar as ruas do bairro, também se estendeu à própria escola do bairro.

A interlocução com os moradores buscou identificar as relações construídas entre as forças sociais, econômicas e políticas que atuam sobre o território periférico estudado. A partir do relato das experiências cotidianas, a interação com as pessoas entrevistadas permitiu identificar a relação dos moradores com o bairro e as implicações na transformação do contexto socioespacial durante o processo de urbanização do território.

Pelo fato da implantação do Residencial Vista Bela ser resultado de um conjunto de empreendimentos combinados, as unidades habitacionais foram entregues por etapas. Denise explica a chegada dos moradores quando ela se mudou para o bairro em 2011: “liberaram quadra por quadra, era fechado por quarteirão, eles iam liberando aos poucos”. Os primeiros moradores do bairro conviviam com os trabalhadores e as máquinas no local. Lúcia menciona o difícil começo: “as pessoas estavam se mudando para cá e não tinha terminado a obra, ainda estavam construindo os conjuntos, dava

pena de ver o pessoal que vinha pra trabalhar, porque o ônibus não vinha até aqui”. Desde então, houve mudanças nas ruas que estruturam o bairro e o entorno, como, por exemplo, a duplicação da avenida principal.

A questão da violência foi central nos primeiros tempos do Residencial Vista Bela. Segundo Adonis, o bairro recebeu dos moradores uma alcunha: “Vista Bala”. A situação de violência nos tempos iniciais levou muitas pessoas a realizarem a venda das suas casas: “as pessoas não queriam ficar, vendiam as casas por R\$5.000, R\$2.000. Se já tivesse com muro nos lados, R\$8.000,00”. As vendas eram irregulares, na medida em que as casas não tinham escritura, pois ainda não tinham sido quitadas. As falas de Adélia e Laura relatam o processo de construção dos muros nas casas e nos condomínios como uma iniciativa dos próprios moradores para evitar que seus lotes fossem utilizados como “rotas de fuga de bandidos”. Laura afirma que, no início, “os bandidos corriam por entre as casas, porque não tinha separação entre elas”. Assim, teve início a construção de muros em variados formatos, com tijolos até cercas de madeira e improvisos com material de demolição. Laura contou em sua entrevista que, “depois que as pessoas começaram a construir os muros, mudou bastante e diminuíram as ocorrências policiais no bairro”.

Sobre os aspectos iniciais do Residencial Vista Bela, foi a precariedade na oferta dos serviços públicos que apareceu na maior parte das falas. Em 2011, o bairro foi entregue sem creches e sem escolas, sem praças e sem Unidade Básica de Saúde (UBS). Tereza relata que todo o entorno num raio de 2km “não tinha absolutamente nada, não tinha comércio, a gente não tinha posto de saúde, nem escola, nem creche. As crianças tinham que se deslocar até a escola municipal localizada no bairro vizinho do Jardim Padovani. Elas tinham que ir e voltar de ônibus, e eram discriminadas como as crianças do Vista Bela”. Segundo Maria Fernanda, no início do bairro, a Prefeitura realizou um cadastro das crianças, para quantificar a demanda de atendimento escolar: “Foi em 2012 e 2013, fizeram o cadastro das crianças que moravam no Vista Bela, e identificaram uma grande demanda para atendimento na faixa etária de 0 a 6 anos”. Entretanto, o recorte feito foi de 3 a 5 anos, o que deixou muitas crianças sem acesso à educação no Residencial Vista Bela. Para corrigir essa situação, a Prefeitura de Londrina implantou um Centro Municipal de Educação Infantil (CMEI) a partir da adaptação no prédio do Centro Comunitário inicialmente destinado para a Associação de Bairro. Tereza diz que o Centro Comunitário passou a ser utilizado como escola, com o argumento de que seria uma situação temporária, “mas o Centro perdeu esse

caráter, pois nunca mais foi cogitada a possibilidade de voltar a ter a função original”.

Na entrevista com Denise, ela mencionou que “no início, tinha muita poeira, não tinham muros, nem separação de nada, então as pessoas passavam dentro do seu lote, era privacidade zero. Não tinha uma árvore, nem calçada tinha. Cada morador que fez a sua calçada e plantaram as suas árvores. Às vezes plantavam no meio da calçada. E não tinha um boteco pra comprar um pão. Então foram surgindo as portinhas, os botequinhos”. Para Ana, as iniciativas dos moradores que adaptaram as unidades colaboraram na criação de laços de solidariedade entre as pessoas: “Hoje funciona uma mercearia aqui mesmo no condomínio, é bom pra quem tem criança, não precisa sair pra comprar as coisas básicas. E elas vão direitinho, com cartão e tudo, a gente confia”. Foi construída uma relação de confiança entre as pessoas que preferem comprar nos estabelecimentos dentro do condomínio.

O surgimento dos pontos de comércio, a partir das alterações realizadas nas casas, foi um dos aspectos mencionados nas entrevistas como fundamental para a consolidação do bairro. Caio comenta que o comércio local ainda apresenta muitas irregularidades, pois esses espaços são locais adaptados de forma improvisada e sem os documentos e licenças devidas. Tereza diz que ainda não existe a formalização de todos os comércios e investimentos e pequenos negócios locais “para afirmar que temos uma rentabilidade que possa ser calculada”. Segundo Lúcia, “mudou tudo aqui. O bairro cresceu e inclusive influenciou outros locais como o Santo André, que também ficou mais valorizado. Aqui não tinha mercado, não tinha farmácia, nenhum comércio próximo, nada. Agora já tem”. Na opinião de Laura, a abertura dos pontos comerciais gerou conflitos no bairro: “Não tinha comércio nenhum. Daí abriram as distribuidoras de bebida, pra trabalhar só com venda, só que aí as pessoas passaram a consumir no local, e começou a dar confusão, até que fecharam”. Muitas das mudanças no bairro, inclusive algumas intervenções no espaço público, foram promovidas pelos moradores desde os primeiros anos. Durante sua entrevista, Ana afirmou ter sido responsável pelos caminhos delimitados com pneus na passagem dos pedestres das áreas gramadas, no canteiro da avenida principal “Na época, eu mesma comprei a tinta e pinte os pneus, para colorir no bairro”. Tereza destaca a importância da dimensão da pessoa no espaço, porque segundo ela os indivíduos imprimem determinadas características suas no território: “nós temos ruas aqui que são conhecidas pelas características de quem mora. Tem uma senhora aqui que plantou todas as árvores da rua dela. Ela fez a manutenção da arborização de todo o espaço”.

Algumas das melhorias realizadas no Residencial Vista Bela foram resultado do envolvimento de políticos locais, que visitaram o território para ouvir a população e discutir suas demandas. Segundo Adonis, “aconteceu uma reunião com um vereador, que visitou o bairro, para ouvir e discutir o que os moradores mais precisavam”, e ele destacou a necessidade de implantação de mais linhas de ônibus na região. Lúcia relata que na duplicação da avenida principal e na arborização do entorno, entre os anos de 2017 e 2018, a Secretaria de Meio Ambiente (SEMA) forneceu as mudas de árvores para plantio pelos próprios moradores. Ela explica que “foi a mobilização das moradoras que propiciou a doação de 100 mudas por parte da SEMA. Antigamente, tinha vezes que o caminhão-pipa da Prefeitura não vinha, então as moradoras molhavam manualmente as árvores que estavam em fase de crescimento”. Segundo Tereza, o plantio das árvores teve um reflexo social positivo para a população do Residencial Vista Bela: “ainda não tinha um envolvimento comunitário com a ideia de ter uma árvore na própria calçada e então as pessoas começaram a pensar em ter sombra, pra ficar bonito”. A Secretaria de Planejamento de Londrina também atuou em melhorias no território, a partir do contato direto do secretário com a população do Residencial Vista Bela. Denise conta que nessa ocasião “perguntaram pra gente o que fazia falta, eu disse que precisava de uma ciclovia. Daí fizeram a ciclovia que tem hoje na avenida principal!”. Mesmo com as melhorias no Residencial Vista Bela, a população do bairro continua sofrendo com a falta de equipamentos públicos para atender a população do bairro. Caio, filho de Denise, menciona que atualmente o bairro conta com apenas uma praça urbanizada. No relato de Adélia, que mora no Residencial Vista Bela há muitos anos e observou o processo de socialização no bairro, os eventos do bairro eram realizados na praça ou no CMEI, por falta de outros locais. Esses eventos ainda acontecem em datas especiais como Dia das Crianças, Páscoa e Natal. Atualmente, conforme relata Denise, as pessoas também se reúnem na Escola Municipal, onde a diretora autoriza a abertura para a comunidade utilizar, durante os fins-de-semana: “em ocasiões especiais, como nas festas para as crianças, a diretora nos empresta o espaço, é da comunidade. Mas na Escola Estadual Cívico-Militar, a situação é outra, tem uma administração diferente, e com eles não tem diálogo”.

Apesar das transformações realizadas ao longo dos anos pelos moradores do bairro, com ou sem o apoio da institucionalidade pública, muitas carências continuam a afetar a vida das pessoas no Residencial Vista Bela. Mesmo com o surgimento do comércio, ele ainda não atende de forma satisfatória a população do território. Essa

carência tende a se agravar com os lançamentos imobiliários que estão surgindo no entorno, pois o aumento da demanda aumentará significativamente, considerando que são empreendimentos verticais que comportam grande quantidade de moradores. Adonis destaca que faz muita falta um supermercado de grande porte, porque “ponto de vila é tudo caro”. Outro problema são os ônibus que não estão adequadamente equipados para atender pessoas com deficiência, considerando que o bairro concentra grande número de pessoas nessa condição. Maria Fernanda menciona que foi protocolado um pedido na Companhia Municipal de Trânsito e Urbanização (CMTU) e à Câmara de Vereadores para melhorar a circulação das linhas pelo bairro. Maria Fernanda diz que “tem muitos condomínios novos lá pra cima e desviaram as rotas de ônibus para atender esse novo público. Eles aumentaram a demanda, mas não aumentaram a oferta”.

Segundo Tereza, “os equipamentos públicos ainda não atendem por completo as demandas. O nosso posto de saúde não contempla as demandas do bairro. Não temos serviço de convivência e fortalecimento de vínculos dentro do território, nem serviços de aprendizagem e qualificação de pessoas para o mercado de trabalho. Os acessos ao ensino regular no período noturno foram cerceados em detrimento da cívico-militarização da escola do bairro enquanto existiam jovens que tinham a necessidade de trabalhar para sustentar suas famílias”. Ana alerta sobre a falta de equipamentos comunitários para atender jovens na faixa etária dos 16-17 anos, assim como a necessidade de ensino técnico profissionalizante, “por ser uma idade perigosa para os jovens, que muitas vezes são seduzidos pelo crime”. Para ela, é importante a implantação de um espaço para ensino técnico profissionalizante, no formato dos Sesi/Sesc que existem em outras partes da cidade. As carências nas áreas de educação, esporte e lazer são destacadas por Maria Fernanda, ao relatar que faz falta melhorar a oferta de vagas de ensino infantil e a implantação das praças no bairro, porque os terrenos ficaram desocupados ou com ocupação irregular: “as crianças só têm uma praça pra usar num bairro com mais de 20.000 pessoas. Então elas acabam utilizando outros espaços, até mesmo as praças não urbanizadas”. Segundo ela, há um projeto para urbanização de um terreno na Rua Braz Lucas Teruel, coordenado pela Secretaria de Planejamento e com a participação e com destinação de verba a partir do mandato de um deputado federal. A Secretaria de Obras se comprometeu a firmar o compromisso para início dos trabalhos de reforma.

Ao longo das entrevistas, as pessoas participantes relataram iniciativas dos

moradores para atender suas necessidades e auxiliar na melhoria das condições de vida das pessoas que moram no bairro, que caracterizamos como “redes de solidariedade”. Trata-se da formação de coletividades que se solidarizam nas necessidades, nas lutas e nas conquistas para melhorias no território para a melhoria da qualidade de vida dos moradores do Residencial Vista Bela. A luta por vagas de creche no território foi uma demanda que levou à união das mães do bairro nos tempos iniciais. Tereza afirma que “a formação do primeiro coletivo do bairro - Coletivo de Mulheres do Vista Bela - foi motivada pela necessidade imediata de acesso à educação infantil”. As mães se uniram para exigir melhores condições escolares no bairro e foram falar com a Secretaria de Educação. Existem equipamentos no Residencial Vista Bela que resultam da ação dos coletivos, como a Unidade Básica de Saúde (UBS) e a creche do bairro. Maria Fernanda diz que “a única escola que não foi resultado de cobrança direta dos moradores foi a Escola Estadual Cívico-Militar. A gente cobra de várias formas: fecha as ruas, bate panela, chama a imprensa, até bate na porta do gabinete do prefeito se preciso”. Encontra-se em andamento a obra de uma nova creche nas imediações do Residencial Vista Bela, o Centro Pró-Infância, destinado às crianças de 0-6 anos, visando atender a demanda que não é contemplada no CMEI do bairro, que só atende de 3-5 anos. “Essa nova creche também é fruto da luta dos coletivos”, diz Maria Fernanda. Ela destaca a importância da união dos moradores do Residencial Vista Bela para enfrentar precariedades que ainda existem no bairro, e conta que as pessoas da vizinhança (em sua maioria mulheres) se juntaram para formar um coletivo, onde fazem troca de informações, compra e venda de itens variados, além de doações de alimentos e artigos de necessidade pessoal. Conforme relatam Maria Fernanda e Tereza, essas lideranças às vezes entram em conflito por protagonismo. “Nos momentos de crise, entretanto, os coletivos deixam de lado as diferenças e se unem”, diz Maria Fernanda. Segundo Tereza, o território foi “pensado para ser um depósito de pessoas, e a falta de acesso aos direitos, combinada com a degradação crescente, leva a um processo de favelização”. Entretanto, ela reconhece que essas carências impulsionam as forças sociais, um fator histórico de afirmação, resistência e subjetivação das lutas por melhores condições de vida no território. Caio menciona a AMVIBE - Associação de Mulheres do Vista Bela, que funciona na casa de uma liderança local, adaptada para eventos e reuniões. Outra iniciativa social do bairro citada por Caio foi o Projeto AME, onde tinham atividades culturais como aulas de dança. Esse projeto social não existe mais, pois o local onde aconteciam as atividades

foi transformado em espaço de culto evangélico.

No início do bairro, foram promovidos cursos de capacitação social para os moradores. Lúcia, Denise e Tereza mencionaram uma iniciativa da Caixa Econômica Federal (CEF) que implantou no bairro, em 2012, o Projeto DIST - Desenvolvimento Integrado Sustentável do Território. Foi uma iniciativa subsidiada pelo Fundo Socioambiental da CEF, em parceria com o Instituto Fazer (Londrina) e o Instituto Pólis (São Paulo). Denise diz que “alugaram um salão nas proximidades do Vista Bela para cursos e projetos visando inclusão social. Foi dinheiro de fundo perdido da Caixa, que investiu nas pessoas no contexto do Programa Minha Casa, Minha Vida”. O curso tinha um ciclo pré-definido com duração de três anos. Findado esse período, foram encerradas as atividades, mesmo com o pedido dos moradores do Vista Bela por sua continuidade. Devido às precariedades do bairro e da impossibilidade dos moradores frequentarem outros cursos, a comunidade local entendeu que não teriam outra oportunidade sem a condição especial que o DIST oportunizou. “Fizemos até um vídeo, pra mostrar o sucesso que tinha sido, eu participei como apresentadora. Mas não adiantou”, concluiu. Mesmo sem a manutenção do DIST, os moradores se articularam para criar um cursinho comunitário, que atende crianças no contraturno escolar e também jovens, com aulas de reforço e pré-vestibular. O corpo docente é formado em sua maioria por moradores do Residencial Vista Bela, reafirmando o seu caráter comunitário e sua importância na vida das pessoas do bairro, principalmente as mães, considerando que os espaços de ensino ainda são precários, e não atendem adequadamente às necessidades das crianças do bairro.

Outro exemplo de iniciativa social, que caracteriza as redes de solidariedade no bairro, é o de Laura, uma das primeiras moradoras do bairro. Ela fundou um projeto voluntário que oferece para as pessoas do Residencial Vista Bela e dos bairros do entorno material médico como macas, muletas e cadeiras de rodas. Ela também recebe doações de roupas e calçados, que passam por reparos na sua confecção improvisada no espaço de casa e, ocasionalmente, realiza bazares com esse material. A falta de opção de comércio, principalmente nos primeiros anos, foi suprida em parte com a atividade dos vendedores ambulantes que os moradores chamam de mascates. Adélia diz que “tem um rapaz que vende cesta básica no bairro, outro circula vendendo produtos de limpeza. Os mascates vendem até jogo de lençol!”. Conforme argumenta, as condições de pagamento são melhores com esses comerciantes, pois eles aceitam pagamento a prazo, sem cobrança de juros. Muitas pessoas compram assim no bairro,

o que levou à formação de uma rede de contatos que viabiliza e fortalece essa forma de obtenção de materiais de consumo e uso diário.

Durante a realização das entrevistas, as pessoas participantes falaram, principalmente, das suas relações cotidianas com o bairro, e sobre o que mais mudou e o que mais faz falta ao Residencial Vista Bela. As pessoas entrevistadas forneceram informações relevantes sobre o processo de implantação e consolidação do bairro, colaborando para o entendimento sobre as transformações que ocorreram no processo de sua conformação até a configuração urbana atual.

4.3 DESCRIÇÃO DOS PERCURSOS

Os percursos acompanhados consistiram na interação com o espaço urbano junto com as pessoas participantes da pesquisa, o que possibilitou a observação direta do ambiente construído na companhia dos moradores e a confirmação dos aspectos mais relevantes da urbanização do território. Os percursos acompanhados se realizaram entre os meses de maio e agosto de 2024. Todos os percursos foram realizados com os sujeitos das entrevistas, mediante seu interesse e disponibilidade, o que restringiu a aplicação desse instrumento a uma parte das pessoas entrevistadas (Rose, Maria Fernanda, Tereza e Denise). O contato estabelecido nas entrevistas abriu possibilidades de comentários sobre temas previamente abordados, o que enriqueceu os dados da pesquisa. A formatação deste instrumento foi definida a partir das sugestões dos sujeitos da pesquisa. Houve casos onde a atividade foi realizada a partir de visita a um evento do bairro (mais especificamente, feira noturna). Em uma outra circunstância, foi realizado um trajeto mais longo, de carro, passando por localidades diversas do Vista Bela e pelas ruas do entorno imediato do bairro. Devido a restrições de tempo e disponibilidade de algumas pessoas participantes da pesquisa, os percursos foram realizados com apenas parte delas.

Durante os percursos, foram destacadas as condições específicas do terreno do bairro. Os desníveis existentes em quase toda a sua extensão fazem parte da experiência dos moradores em seu dia-a-dia. Tereza diz que “o terreno onde foi implantado o Residencial Vista Bela era desde o início muito desfavorável, devido ao seu desnível, até pela proximidade com o fundo de vale”. Maria Fernanda também acredita que a condição desfavorável do terreno foi uma das principais causas para a tomada de decisão sobre a implantação do bairro. Ela argumenta que essa decisão

trouxe prejuízo para os moradores, não só nos seus percursos diários pelo bairro e a condição de acesso às suas moradias, mas também dificultou o acesso aos equipamentos públicos. Segundo Maria Fernanda, constava no plano inicial do bairro a previsão de implantação de um ginásio de esportes próximo ao fundo de vale, mas sondagens realizadas no terreno indicaram que o mesmo era inadequado. Assim, esse ginásio não foi construído e os moradores ficaram sem o equipamento público.

Muitas das alterações urbanas visíveis nos percursos dentro do Residencial Vista Bela resultam da ação de moradores que imprimiram transformações nas ruas e casas. Nas palavras de Maria Fernanda: “Dando uma volta no bairro, a gente percebe que mudou o aspecto das casas, que eram todas padrão, iguais, gêmeas, e hoje cada uma tem o seu estilo próprio, sua configuração particular, então uma se difere da outra. A alteração na urbanidade do Vista Bela é a estratégia de sobrevivência dos moradores se adequando pra sobreviver dentro do território”. A verticalização das casas acontece porque elas não foram construídas de maneira a atender as necessidades e anseios das diversas configurações das famílias bairro atendidas pelo PMCMV. Maria Fernanda observa que “como aqui são muitas famílias volumosas, há necessidade de construir mais quartos, mais banheiros, para possibilitar o conforto do dia-a-dia”.

Outro elemento observado nos percursos, também associado às necessidades dos moradores, é o surgimento dos pontos de comércio e de serviços. A dificuldade em se consolidar no mercado de trabalho formal, ou se deslocar para outras partes da cidade, fez com que as pessoas adaptassem suas casas a essas necessidades também. Tereza destaca que essa situação causou bastante conflito no início do Vista Bela, chegando a ser veiculado nos jornais na época. Houve denúncias por parte das pessoas que não conseguiram as casas, de que estas estavam sendo utilizadas para outras finalidades. Segundo ela, “era um critério exigido pelo programa que a gente viesse morar aqui por não ter outra habitação. A gente não podia usar pra outra coisa. Só que aqui não tem um mercado, não tem uma padaria, uma vila. Você é padeiro e pode assar pão e vender pros seus vizinhos, você não vai fazer?” Maria Fernanda diz que “as pessoas não tinham possibilidade de renda, assim como os moradores também não tinham possibilidade de compra, então uniu o útil ao agradável”. As casas transformadas em comércio estão em fase de regularização. Maria Fernanda diz que “o que se pode notar na alteração na urbanidade do Vista Bela é a estratégia de sobrevivência dos próprios moradores se adequando pra sobreviver dentro do território”.

Da mesma forma como ocorre com a regularização do comércio do bairro, as vendas dos imóveis também estão passando por regularização e vêm aumentando, o que é visível nos percursos, por causa dos muitos anúncios fixados nos muros das casas. A comercialização dos imóveis tornou-se frequente em tempos recentes por causa das regras do PMCMV, que, através da Lei nº 11.977/2009, estabelecia as condições de financiamento da CEF. Maria Fernanda explica que “o contrato assinado pelas famílias pra pegar as casas tinha uma cláusula que previa que durante os 10 primeiros anos era proibida a venda, o comércio, o aluguel, empréstimo. Hoje já passou esse tempo, é permitido, então essa venda pode ser escancarada através de placa e de imobiliária”. Segundo Denise, “as pessoas começaram a colocar placa de venda, já pode, porque as casas estão quitadas. Tem gente que não gosta daqui, coloca a casa à venda e vai embora”. Nesse contexto, o mercado imobiliário passou a atuar no território.

A apropriação das calçadas é um dos aspectos do bairro que foram observados nas incursões exploratórias e comentados durante os percursos acompanhados. Segundo Maria Fernanda, a socialização observada nas portas das casas, acontece “porque o bairro ainda é deficiente em espaços de convivência, tanto para as crianças e adolescentes quanto para as famílias, para os idosos, para que eles possam se exercitar e tudo o mais”, explica Maria Fernanda. As aglomerações nas tabacarias são justificadas como uma das poucas formas de sociabilidade possíveis para as pessoas periféricas, que vivem em bairros com poucas opções de convívio e lazer. Maria Fernanda diz que “falta espaço de convívio cultural, porque para nós, periféricos, a cultura não é algo acessível. Então os trabalhadores que trabalham a semana inteira, quando têm seu momento de desfrutar da folga ou eles vão para a igreja ou eles vão pros bares, que são na verdade duas formas de reprodução da cultura simbólica da periferia. O que tem de cultura aqui na periferia? Ou é o bar ou é a religião”.

O surgimento das ocupações irregulares também foi um aspecto comentado nos percursos pelo bairro. As ocupações são constatadas ao longo do limite sul do bairro, em Área de Preservação Permanente (APP). Esse trecho não fazia parte do projeto original do Residencial Vista Bela, nem foi destinado a nenhum tipo de uso ou medida de preservação por parte do poder público municipal. Depois da pandemia, começaram as ocupações irregulares no fundo de vale. Denise diz que “no começo do bairro era tudo verde, tinha até plantação de mandioca. Hoje é tudo casinha. Então a nascente e o córrego que passa ali estão ameaçados”.

Figura 28 - Residencial Vista Bela - Ocupações Irregulares nos Fundos de Vale (2024)



Fonte: Autor (2024).

Nas imediações dessas ocupações irregulares, está instalado um ponto de coleta de resíduos. Tereza conta que o bairro já estava estabelecido quando ele foi criado: “Quando o município criou a lei das multas mais pesadas para o pessoal fazer o descarte correto dos rejeitos de entulho, foi que começou o ecoponto. Esse processo é meio que concomitante ao crescimento do bairro. Com 3, 4 anos de formação do bairro, começaram as ocupações irregulares no fundo de vale. A maioria das pessoas que se instalaram ali já trabalhava com reciclagem nos espaços que moravam. Então, esse é um processo de ocupação irregular que está associado com o lixo do ecoponto. Aumentou o número de pessoas acumulando esse material reciclável nos quintais”. Essas pessoas passaram a ocupar o fundo de vale, em áreas próximas do ecoponto, e a viver da atividade econômica de reciclagem de resíduos.

Finalmente, um dos elementos urbanos observados de forma frequente durante as incursões exploratórias, as mensagens de luto escritas nos muros foram explicadas

da seguinte forma por Tereza: “Quando chegamos aqui o bairro era muito violento, tinha muita rixa de tráfico e de domínio. Porque aqui ainda não tinha dono. E tinha um monte de gente aqui que trabalhava pra outros patrões, em outros grupos, em outros espaços de disputa do tráfico, que vieram se encontrar aqui. E esses acertos de conta, aconteceram muitos”. As mensagens nos muros expressam o luto dos moradores, e a maioria próximo de onde as pessoas foram assassinadas. Segundo Tereza, os acertos de conta diminuíram a partir do estabelecimento do tráfico no bairro: “Hoje o tráfico está mais estabelecido e já tem as suas esquinas delimitadas, cada uma com seu gerente, cada parte do bairro com seu dono. Hoje a relação é outra”. Em sua participação no instrumento dos percursos acompanhados, Rose propôs uma caminhada pela feira do bairro, que entrou recentemente no calendário do Vista Bela, acontecendo sempre nas noites de sábado. Nesse percurso, foi possível constatar a importância dada pelos moradores para a realização de eventos desse tipo no bairro, por causa da geração de renda e por estreitar os laços entre os moradores.

Os percursos acompanhados resultaram no aprofundamento de aspectos constatados nas incursões e entrevistas, fornecendo material empírico com mais subsídios para a reconstrução do processo de urbanização do Residencial Vista Bela.

5 ANÁLISE DE DADOS

A pesquisa de campo realizada no Residencial Vista Bela teve como finalidade a observação da experiência concreta dos acontecimentos relacionados com o processo de urbanização do território, possibilitando a identificação de fenômenos relevantes para a consolidação do bairro. Esses fenômenos estão relacionados com os elementos urbanos identificados durante a aplicação dos instrumentos de pesquisa (incursões, entrevistas e percursos acompanhados) no Residencial Vista Bela. Os fenômenos observados resultam da ação das forças sociais, econômicas e políticas que atuam e interagem entre si no processo de produção do espaço urbano periférico.

A aplicação dos instrumentos metodológicos identificou as iniciativas dos moradores como geradora das forças econômicas presentes na urbanização do Residencial Vista Bela. O projeto original previa apenas o uso residencial, e a existência de casas transformadas em pontos de serviços e comércio é um indicativo da formação de uma força econômica local, a partir da transformação das condições iniciais do bairro. Trata-se de um processo em que as forças sociais, representadas pelos próprios moradores, passam a se mobilizar para criar suas próprias condições econômicas de sobrevivência, constituindo nesse processo os núcleos comerciais do bairro. Nesse processo de transformação das casas do uso original (residencial) para o uso comercial, destaca-se a presença das tabacarias e distribuidoras de bebidas entre as principais atividades econômicas presentes no Residencial Vista Bela.

Os moradores relataram durante as entrevistas que existem situações em que o comércio do bairro apresenta irregularidades, pois são espaços adaptados de forma improvisada, sem a devida documentação e licenças. Essa condição caracteriza um efeito econômico negativo, pois a falta de formalização dificulta o cálculo da rentabilidade dos negócios locais. O processo de regularização de alguns desses estabelecimentos constitui o reconhecimento da importância desses pontos para movimentar a economia local. As pessoas entrevistadas relataram a expectativa dos moradores por um supermercado, indicando que os conglomerados econômicos ainda não se implantaram no território. Entre as iniciativas dos moradores para transformar a condição inicial do bairro, restrita ao uso residencial, está a realização de feiras e bazares. Um dos percursos realizados aconteceu na feira noturna do bairro, um resultado da atuação das forças sociais que se organizaram coletivamente para a realização de eventos que, além de promover a sociabilidade do bairro, também

movimentam a economia local e constituem meio de renda para os moradores.

Outro aspecto das forças econômicas que atuam a partir da iniciativa dos moradores, observado nas incursões exploratórias, é o fenômeno da comercialização dos imóveis no bairro. Segundo os moradores, essa é uma consequência das regras do PMCMV para o financiamento da CEF. O término do prazo para quitação dos imóveis, que era de 10 anos, aconteceu em 2021, e a partir desse momento muitas pessoas passaram a colocar suas casas à venda. A presença dos anúncios de imóveis à venda indica, portanto, uma nova força econômica em ação no processo de consolidação do Residencial Vista Bela: o mercado imobiliário.

Um núcleo de atividade econômica do Residencial Vista Bela é o ecoponto instalado no limite sul do bairro, em região limítrofe com a Área de Preservação Permanente (APP) do fundo de vale. Esse espaço faz parte da narrativa dos moradores sobre o processo de consolidação do bairro e associado a ele está a existência de ocupações irregulares nas imediações do ecoponto. Conforme relatado nas entrevistas e percursos, as pessoas que se instalaram ali já trabalhavam com reciclagem nos espaços em que moravam, e, pela falta de outra fonte de geração de renda para suas famílias, aproveitaram a proximidade com o ecoponto como um facilitador para o trabalho com a reciclagem de resíduos. Trata-se de um processo de exclusão social associado com a atividade econômica do ecoponto. O processo de ocupação irregular da APP também está relacionado com a ausência do poder público enquanto força política responsável pela preservação ambiental e por realizar a legislação ambiental no município.

A implantação de equipamentos e serviços públicos no processo de urbanização do Residencial Vista Bela representa uma atuação positiva das forças políticas em sua incidência na consolidação do território. Alguns exemplos são os equipamentos de lazer do bairro (academia implantada na praça com recursos do Executivo Municipal e a quadra esportiva com verba do governo do Estado). Outro resultado da ação do poder público mencionado pelas pessoas participantes das entrevistas é a transformação do sistema viário no bairro, como a duplicação da Av. Giocondo Maturi. A interação entre o poder público e os moradores do Residencial Vista Bela resultou na transformação do bairro, como na implantação da ciclovia na Av. Giocondo Maturi, que foi um pedido da Associação de Moradores. Durante o processo de implantação das linhas de ônibus e escolas, os moradores tiveram suas demandas ouvidas pela vereança local, um exemplo de contato das pessoas do bairro com as forças políticas. A arborização do

bairro foi outro processo em que ocorreu a interação entre as forças políticas e a população do Residencial Vista Bela. Conforme relatado nas entrevistas, a mobilização das moradoras resultou na doação de mudas pela Secretaria de Meio Ambiente. A iniciativa do plantio teve um resultado social positivo para os moradores, pois as pessoas se juntaram e começaram a ter a ideia de plantar árvores em suas calçadas, o que levou a um envolvimento comunitário na transformação do bairro.

A ausência do poder político fez parte das entrevistas com os moradores, em particular quando estes relataram os problemas com a falta de equipamentos públicos nos primeiros anos do bairro. Devido ao fato de a creche ainda não ter sido implantada quando foram entregues as primeiras unidades, as crianças tinham que se deslocar até a escola municipal, localizada no bairro vizinho e passaram a ser discriminadas como “as crianças do Vista Bela”. O contexto de precariedade de serviços públicos resultou, nesse caso, em um processo de estigmatização social. As carências do bairro, nos primeiros anos, também impulsionaram suas forças sociais, e se tornaram um fator para a afirmação das lutas dos moradores por melhores condições de vida no território. A falta dos espaços de ensino levou à mobilização em torno da pauta da educação. As mães do Residencial Vista Bela se uniram para exigir melhores condições de ensino para os filhos e juntas cobraram a Secretaria de Educação, caracterizando uma pressão exercida pelas forças sociais sobre as forças políticas locais. Nesse contexto, a Prefeitura Municipal de Londrina adotou medidas para resolver o déficit educacional no bairro. Entretanto, essas medidas tiveram um efeito parcialmente negativo, pois para aumentar a oferta de vagas foi realizada uma adaptação no prédio do Centro Comunitário, originalmente destinado para a Associação de Bairro do Residencial Vista Bela. A situação deveria ser provisória, mas acabou se tornando permanente e os moradores ficaram sem esse espaço, dificultando os encontros e a oportunidade de fortalecimento dos laços sociais.

As características mais destacadas da atuação das forças sociais no território se apresentam na formação de lideranças, coletivos e associações que atuam no Residencial Vista Bela buscando concretizar os direitos de acesso às políticas públicas. A participação ativa dessas forças sociais, na forma de coletivos, levou a várias conquistas para o bairro, como a UBS, a Escola Municipal e a creche. As forças sociais se mobilizaram historicamente pela conquista dos direitos sociais no território, e a formação do primeiro coletivo do bairro, o Coletivo de Mulheres do Vista Bela, foi motivada pela necessidade imediata das mães pela educação infantil para seus filhos.

A formação dos coletivos em torno das necessidades comuns dos moradores do Residencial Vista Bela é um aspecto da consolidação das forças sociais do bairro atuando por melhorias nas condições da sua população.

As redes de solidariedade também representam um aspecto importante da atuação das forças sociais do bairro. Algumas dessas iniciativas são: o Projeto AME, com prática de atividades culturais como aulas de dança; a Associação de Mulheres do Vista Bela, que funciona na casa de uma liderança local; e as diversas iniciativas dos moradores como projetos voluntários para doações de itens de primeira necessidade e bazares. No contexto de implantação do Residencial Vista Bela, foi criado o projeto DIST - Desenvolvimento Integrado Sustentável do Território, com a realização de cursos visando a inclusão social das pessoas do bairro. Essa iniciativa das forças políticas foi elogiada pelos moradores na época, segundo as pessoas entrevistadas. Infelizmente, esse projeto foi encerrado depois de três anos, mesmo mediante as solicitações feitas pelos moradores pela continuidade dos serviços prestados. Durante as entrevistas, os sujeitos da pesquisa também comentaram a demanda dos moradores pela implantação de mais iniciativas desse formato, nos moldes dos espaços do sistema Sesi/Sesc/Senai, indicando uma vontade das pessoas do território por medidas de inclusão social, que dependem do poder político que tem os instrumentos e meios para implantá-las.

5.1 CATEGORIAS DE ANÁLISE

O trabalho de campo permitiu a compreensão das dinâmicas de implantação e consolidação do território do Residencial Vista Bela, e a relação entre as forças sociais, econômicas e políticas nesse processo. A definição das categorias de análise apresenta a singularidade dessas forças e dos elementos urbanos que fazem parte desse processo. A postura etnográfica de perto e de dentro (Magnani, 2002, 2012) permitiu enxergar regularidades, arranjos coletivos e espaços de trocas que conduziram à organização de categorias de análise propostas para a reconstrução do processo de urbanização periférica. As categorias de análise não foram dadas *a priori*, mas resultaram da aplicação dos instrumentos e dos recortes gerados através do campo discursivo dos moradores e do ambiente observado.

5.1.1 Aspectos Ativos

Os aspectos ativos são elementos efêmeros que caracterizam a apropriação que os moradores fazem das ruas e espaços públicos do território. São elementos que evidenciam as sociabilidades construídas pelas pessoas e seu pertencimento ao território. Esses aspectos que caracterizam a vida do bairro foram delineados a partir da observação das incursões exploratórias, e confirmados durante a realização dos percursos acompanhados com os moradores do Residencial Vista Bela.

grupos nas
tabacarias

apropriação
das calçadas

jogos infantis
nas ruas

5.1.2 Aspectos Passivos

Os aspectos passivos consideram os elementos perene na paisagem urbana do bairro. São elementos relacionados com as características construtivas observadas nas incursões, e aprofundados durante as entrevistas e percursos acompanhados.

adaptação
para usos
diversos

construção
de andar
superior

aspecto
religioso do
bairro

5.1.3 Características Iniciais

As características iniciais constituem os aspectos mais marcantes dos primeiros dias do Residencial Vista Bela, as suas características principais na consideração dos moradores que vivem no bairro desde os dias iniciais. Apesar de não se tratar de elementos atualmente visíveis no bairro, fornecem importantes entendimentos sobre o processo de consolidação do território até a sua conformação atual. As características iniciais contêm dinâmicas de processamento diversas, tratando-se desde aspectos superados a aspectos com sensíveis mudanças ou mesmo persistências no território.

falta de
praças

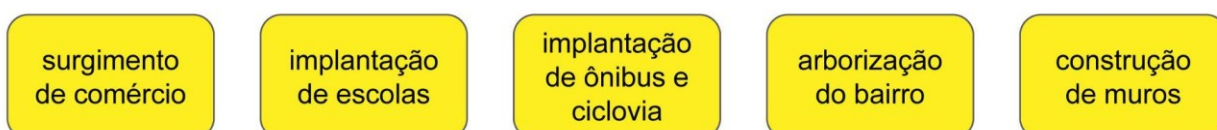
falta de
escolas

ausência de
comércio

ausência de
arborização

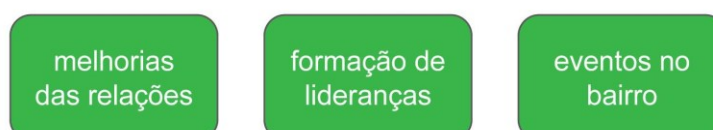
5.1.4 Mudanças Físicas

As mudanças físicas incluem elementos que são visíveis no território, e podem até mesmo se deixar passar sem constituir nenhum tipo de excepcionalidade, porém que foram fundamentais para as condições de vida das pessoas que moram no Vista Bela desde os primeiros dias, e que acompanharam as transformações no território. Diferente dos aspectos passivos, que são definidos pelos produtos das transformações, as mudanças físicas dão ênfase aos processos, sendo fundamental o entendimento dos moradores que acompanharam essas transformações no bairro. São as transformações materiais mais perceptíveis no espaço urbano e alterações mais sensíveis para os moradores. Alguns desses processos seguem em curso, como as intervenções nas unidades habitacionais e o surgimento dos pontos de comércio. Outros ocorrem de forma pontual, como a arborização do bairro, por se tratar de elementos mais perenes no espaço urbano. Os serviços públicos também fazem parte desses processos mais ou menos concluídos, mas que podem voltar a ocorrer conforme se processa a expansão da malha urbana em direção aos limites do território.



5.1.5 Mudanças na Sociabilidade

As mudanças na sociabilidade são aspectos da consolidação do bairro referentes às relações sociais do Residencial Vista Bela, que se materializam no território por meio de apropriações diversas do espaço urbano. Além dos aspectos físicos, também estão implicadas as dimensões sociológicas da vida do bairro, como a melhoria das relações e a formação de lideranças comunitárias.



5.1.6 Ausências

As ausências são caracterizadas pelas demandas relatadas durante as entrevistas, no que diz respeito às demandas mais urgentes dos moradores, tanto as de consumo individual quanto de consumo coletivo. Mesmo com as transformações realizadas no bairro, as carências ainda persistem e configuram os temas principais das lutas que movem as pessoas que vivem no território. Os aspectos desta categoria consideram as expectativas dos moradores em relação às melhorias no bairro.



5.1.7 Redes de Solidariedade

As redes de solidariedade tratam de mobilizações e articulações entre as forças sociais que atuam no território. São recursos variados que os moradores lançaram mão para poder lidar com as carências e precariedades que caracterizam o bairro, desde os primeiros anos até os dias atuais. São meios de superação para melhoria das condições de vida das pessoas.



5.2 ARRANJO DAS CATEGORIAS

A particularização das categorias de análise em unidades autônomas conduziu a possibilidades de arranjos dessas categorias, identificadas com as concatenações possíveis das práticas discursivas e dos fenômenos urbanos observados em campo e estabelecendo séries narrativas do processo de urbanização. A aplicação dos instrumentos metodológicos conduziu à identificação dos principais aspectos do processo de urbanização do estudo de caso, e o material empírico obtido foi organizado em categorias de análise. A organização dos dados empíricos de campo foi realizada com o respaldo teórico do método arqueológico (Foucault, 1972), considerando: a

formação de diversos elementos discursivos a partir de regras análogas (nesse caso específico, o processo de implantação e consolidação do bairro); as relações de subordinação ou complementaridade estabelecidas entre as correlações arqueológicas (no estudo de caso, aqueles aspectos do território que se relacionam para conformar o bairro com suas características atuais); e as condições de aparecimento, as formas acumuladas e o seu encadeamento, as regras de sua transformação e suas descontinuidades.

O arranjo das categorias de análise busca reconstruir o processo de implantação e consolidação do território periférico por meio das regularidades que são expressas nas práticas locais. Para captar a diversidade discursiva e espacial do território, a noção de constelação foi adotada como estratégia para o arranjo das categorias, pois permite “pensar por extremos, desde os fragmentos, enfrentando a descontinuidade ou o vazio como algo incontornável no esforço do conceito” (Velloso, 2023, p. 133). Os arranjos propostos estabeleceram associações entre os resultados empíricos da pesquisa, onde diferentes arranjos levaram a novas mediações, conduzindo à construção de sentidos variados para a Urbanização Periférica.

Os formatos propostos não esgotam as possibilidades de organização do material empírico levantado no trabalho de campo, mas apresentam narrativas para a urbanização do Residencial Vista Bela; uma justaposição de elementos heterogêneos que mostram o objeto de modo sempre novo (Velloso, 2023, p. 34); síntese, enfim, que apresenta os elementos urbanos e as relações entre as forças sociais, econômicas e políticas que atuaram para a sua formação. Esses tópicos colaboram na compreensão do fenômeno urbano específico estudado nesta pesquisa.

5.2.1 Intervenção nas Unidades Habitacionais



As intervenções nas unidades habitacionais são as características mais evidentes nas incursões ao bairro. Pouco resta do aspecto inicial do Residencial Vista Bela, marcado pela monotonia e repetição das casas de duas águas repetindo-se a perder de vista. As alterações verificadas durante os primeiros anos de existência do bairro são comuns à maioria dos empreendimentos implantados no mesmo contexto: criação de pontos de comércio a partir da adaptação das residências unifamiliares, as reformas internas para atendimento das necessidades funcionais e de acessibilidade, o crescimento das árvores e dos jardins. Essas modificações executadas pelos moradores têm, na maior parte dos casos, o aspecto de construção improvisada. Poucas são as exceções onde efetivamente uma nova construção foi erguida para atender a finalidade comercial. As adaptações das casas para atividades de comércio e serviços são as modificações construtivas mais constantes e “dão o tom” do lugar, naqueles trechos que concentram sua implantação. Os núcleos comerciais tendem a ficar concentrados nas imediações das portarias dos conjuntos de prédios. Essa característica particular de implantação do comércio pode ser explicada pelo fato dos conjuntos de prédios concentrarem um maior número de moradores, o que contribui para a obtenção de uma clientela maior por parte do comércio local. Essa situação, combinada com a proximidade de pontos de ônibus, potencializa a atividade comercial, marcando nitidamente a formação de núcleos comerciais dentro do bairro.

5.2.2 Mobilização pela Implantação da Infraestrutura



A mobilização dos moradores do bairro pela implantação da infraestrutura permeia as falas registradas durante as entrevistas com os moradores locais. Sob esse aspecto, predominam as ausências, bem como a formação das redes de solidariedade para superar essas precariedades. Essa condição da urbanização periférica envolve diretamente a atividade de atores sociais, pessoas que moram no bairro e que têm necessidades imediatas e urgentes de serviços públicos. No caso do Residencial Vista Bela, foi de fundamental importância a luta das mães do bairro pela implantação de infraestrutura para seus filhos, em especial as demandas por vagas no ensino infantil. Segundo Moisés (1985), a tradicional divisão de trabalho por sexos atribui às mulheres o campo da reprodução familiar (alimentação, educação dos filhos, etc.), que é o ponto de partida das lutas. O âmbito da experiência pessoal das mulheres está ligado estreitamente à moradia, a base da sua organização; na vizinhança conhecem-se entre si, e estão mais tempo presentes que os homens. São as mulheres as que sentem a situação de emergência de modo mais imediato.

No contexto de precariedade que marca os bairros periféricos, são os problemas comuns que irão gerar soluções coletivas, com maior ou menor grau de espontaneidade. A organização dos moradores para melhoria das condições de vida no bairro cria oportunidades para a troca de experiências; ao invés do habitual isolamento da luta pela sobrevivência chegam a conhecer as perspectivas de

modificação através das ações coletivas (Evers; Muller-Plantenberg; Spessart, 1985, p.131). Quando as organizações nascem das necessidades concretas dos moradores, suas estruturas surgem de forma espontânea e a partir de uma dada necessidade intrínseca, ao redor de problemas específicos que requerem soluções imediatas. Neste contexto, a participação é conjuntural, envolvendo interesses econômicos determinados pela posição social. Na situação específica do estudo de caso, resultaram das iniciativas dos moradores as melhorias dos espaços públicos (notadamente a instalação da quadra esportiva e dos equipamentos de lazer na praça) e maior oferta de serviços públicos (implantação das escolas no bairro e melhorias na mobilidade urbana por meio da implantação das linhas de ônibus e da ciclovia).

É possível afirmar que a esfera da reprodução do sistema social dominante ocasionou fundamentos organizacionais para formas de resistência social que se relacionam com as emergências presentes no território da periferia. A identificação das iniciativas dos moradores do Residencial Vista Bela para a melhoria da infraestrutura do bairro evidencia que a apropriação do território é capaz de provocar a mobilização e a organização de grupos sociais em movimentos de luta urbana (Velloso, 2021, p. 238), uma práxis materializada num conjunto de forças e processos sociais que atuam sobre um lugar específico (Velloso, 2021, p. 254).

Segundo Evers, Muller-Plantenberg e Spessart (1985, p. 132) as organizações de bairro nascem da confrontação com as estruturas sociais dominantes que as cercam, e por outro lado estão desde o início, e durante toda a sua vigência, marcadas pelas condições concretas em que surgem. Esses problemas comuns em um bairro, que conduzem aos esforços organizacionais, referem-se principalmente a aspectos do consumo coletivo. Sendo o centro da reprodução individual e familiar, a questão da moradia é um fator que contribui para que as lutas na esfera da reprodução em geral adquiram a forma de organizações de bairro: é ali que as deficiências se sentem primeiro, de modo imediato. A moradia e a convivência no bairro são aspectos fundamentais para a mobilização dos moradores do bairro, através da ação concreta para melhoria das suas condições de vida. As longas confrontações não apenas esgotam, mas também provocam processos de aprendizado e transmitem experiências de luta (Evers, Muller-Plantenberg e Spessart, 1985, p.143).

5.2.3 Construção de Sociabilidades



A construção de sociabilidades é uma dimensão da consolidação evidente nos aspectos ativos observados durante as incursões exploratórias. Por todo o bairro, há vizinhos conversando nas calçadas, crianças brincando nas ruas, jovens reunidos nas tabacarias e distribuidoras de bebidas. As intervenções realizadas pelos moradores têm importância fundamental na criação de circunstâncias que possibilitam esses encontros: o processo de arborização viabilizou condições favoráveis para as interações que acontecem nas calçadas; a criação de núcleos comerciais resulta em encontros dos moradores em torno de interesses comuns. O imprevisto está presente nesse processo, pois muitas vezes trata-se de criar condições para o contato humano por meio dos artifícios ao alcance de uma população que convive, em sua maior parte, com algum tipo de precariedade. Daí o mobiliário improvisado disposto nas calçadas e a marcação com giz no asfalto para brincadeiras diversas, dentre outras formas de apropriação do espaço público realizadas pelos moradores. Os eventos de rua também desempenham importante papel no contexto local, pois são iniciativas que fortalecem a identificação dos moradores entre si, e com o lugar onde vivem. Nos relatos das pessoas entrevistadas, todas afirmaram que gostariam de continuar morando no Residencial Vista Bela, o que colabora para a construção e fortalecimento das relações pessoais de vizinhança, reforçando a importância da sociabilidade e dos laços sociais das pessoas do bairro no processo de consolidação do território.

A caracterização das narrativas da urbanização do Residencial Vista Bela, resultado da arqueologia urbana aplicada ao estudo de caso, tem correspondências particulares com as categorias de análise. Assim, na intervenção nas unidades habitacionais predominam aspectos passivos observados nas incursões exploratórias e as mudanças físicas mencionadas nas entrevistas pelos sujeitos da pesquisa. Na mobilização pela implantação da infraestrutura, as redes de solidariedade são os elementos mais marcantes, complementados pelas características iniciais que levaram à mobilização dos moradores, as mudanças físicas daí resultantes, e as ausências que persistem e que alimentam as lutas cotidianas no território. A construção de sociabilidades é definida, principalmente, pelos aspectos ativos observados nas incursões exploratórias do trabalho de campo, secundados pelas mudanças nas sociabilidades comentadas pelos sujeitos durante as entrevistas. O único elemento urbano que se repete no arranjo das categorias é a presença dos grupos reunidos nas tabacarias, indicando posição de destaque desse elemento. Isso se deve ao fato dele envolver tanto aspectos sociais, com sua aplicação na construção de sociabilidades do bairro, como aspectos econômicos, que envolvem a constituição de renda, a partir das intervenções nas unidades habitacionais e da adaptação das casas para uso comercial.

6 CONSIDERAÇÕES FINAIS

O estudo possibilitou a compreensão do processo de implantação e consolidação de um empreendimento de Habitação de Interesse Social (HIS) construído por meio da Política de Habitação de Interesse Social - o Programa Minha Casa, Minha Vida (PMCMV). O estudo de caso, o Residencial Vista Bela, foi implantado em 2011, na região norte da cidade de Londrina. A implantação do Residencial Vista Bela reproduz um padrão dos conjuntos de HIS em Londrina, caracterizados pela ocupação de terrenos distantes do centro, sem infraestrutura e rede de serviços públicos, destinados a conjuntos habitacionais, a serem ocupados por famílias que passaram por um processo de remoção de assentamentos irregulares (Ayoub *et al.*, 2019). Essas mudanças são de grande impacto para a sociabilidade dos moradores, e resultam na falta de elo do sujeito com o espaço em que habita e com a comunidade, reforçando as condições de exclusão da população de baixa renda em territórios periféricos.

A formação populacional do Residencial Vista Bela, de acordo com as regras do PMCMV e, com o contexto específico de Londrina, se deu a partir do deslocamento de um contingente de pessoas em situação de vulnerabilidade social e condições precárias de moradia, que abandonaram os territórios de origem, para ter a oportunidade de acessar a casa própria. Diante dessas condições impostas, e com as dificuldades de adaptação em morar sob novas condições, num lugar distante e desconhecido da cidade, muitas delas preferiram voltar ao local de origem, mesmo em condições mais precárias, tratando-se, em muitos casos, de ocupações irregulares em fundos de vale. Além das dificuldades de adaptação do ponto de vista da territorialidade, os primeiros moradores do Residencial Vista Bela tiveram que enfrentar a carência de infraestrutura, pois o bairro foi implantado sem oferta de serviços públicos básicos como creches, escolas, unidades de saúde e um sistema de transportes adequado à nova demanda.

O Residencial Vista Bela está marcado, desde a sua formação, pelas iniciativas individuais e coletivas da população para a superação da condição de precariedade. As alterações realizadas pelos moradores em suas casas transformaram a realidade do bairro. A iniciativa de converter as casas em pontos de comércio criou formas de sociabilidade e condições econômicas do território do Residencial Vista Bela. Mesmo com as transformações identificadas no processo de consolidação do território, a oferta de comércio e de serviços em geral ainda é precária.

A necessidade de políticas públicas nas áreas de transporte público, saúde e educação foi o principal fator de mobilização dos moradores do bairro junto ao poder público municipal. Os coletivos sociais que se formaram no Residencial Vista Bela são a expressão local das forças sociais que atuam, historicamente, pela conquista de melhorias nas condições de vida da população que vive em periferias urbanas. A atuação das forças sociais, representadas pelos moradores, resultou na formação de lideranças que organizaram as mobilizações por melhorias na infraestrutura do bairro. A ação de coletivos colaborou para a implantação de equipamentos públicos (UBS, CMEI e escola municipal), bem como as melhorias no bairro, como a arborização das ruas e a implantação da ciclovia e das linhas de ônibus. Dentre as demandas que ainda não foram atendidas, destaca-se a falta de políticas públicas na área de cultura e lazer. Para contornar essas carências, os moradores realizam feiras e eventos variados nos espaços públicos do bairro.

Os processos de transformação pelos quais o Residencial Vista Bela passou durante a consolidação do bairro indicam a formação de uma identidade local própria. Segundo Cordeiro (2015, p. 231), o território envolve a dimensão simbólica e cultural, por meio da identidade atribuída pelos grupos sociais como forma de controle simbólico sobre o espaço onde vivem. A formação da identidade do Residencial Vista Bela evidencia o processo histórico de consolidação, no qual os moradores interagem e intervêm no território. A constante resistência da população está assentada na formação de uma identidade local com valores próprios, que se relaciona com as necessidades e emergências no território periférico. O depoimento dos moradores revela o cotidiano de pessoas que vivenciam o território, e que buscam reverter os processos de segregação socioespacial por meio de práticas urbanas e expressões reivindicatórias fundadas na experiência coletiva dos moradores do bairro.

Na reconstrução do processo de urbanização do Residencial Vista Bela, fenômenos específicos foram identificados no trabalho de campo, mas não foram individualizados nas categorias de análise, nem fizeram parte do arranjo das categorias. Essa situação se deve mais à falta de aderência direta desses fenômenos com os outros processos descritos, do que à falta de relevância no contexto da urbanização, pois tratam-se de evidências de alterações nas condições originais do conjunto de HIS. Destacam-se entre esses fenômenos específicos as ocupações irregulares e a comercialização dos imóveis.

As ocupações irregulares no Residencial Vista Bela estão localizadas em trechos

de fundos de vale, em área de preservação ambiental, o que evidencia uma fragilidade ambiental do território. As ocupações irregulares também demonstram a precariedade da política pública habitacional, levando em consideração que a implantação do empreendimento, no contexto do PMCMV, não confrontou o padrão das ocupações irregulares observadas nas periferias urbanas. Nesse sentido, a implantação dos conjuntos de HIS reproduz o modelo capitalista de uso e ocupação do solo na cidade, onde terrenos menos valorizados, com localização desfavorável, ou sem condição de comercialização, como é o caso das áreas de preservação ambiental verificadas no Residencial Vista Bela, não são objeto de interesse econômico e tornam-se vulneráveis às práticas de ocupação irregular.

A presença de anúncios de venda dos imóveis no Residencial Vista Bela é a manifestação de um processo econômico, que indica a atuação do mercado imobiliário no bairro. Considerando o contexto da implantação do conjunto de HIS no PMCMV, e da busca pela superação do déficit habitacional a partir da oferta de moradia para a população de baixa renda, o fenômeno da comercialização das unidades habitacionais aponta para a falta de efetividade das políticas públicas, uma vez que as pessoas atendidas pelos programas habitacionais não permanecem no bairro, e colocam suas casas à venda. Dessa forma, a comercialização das unidades habitacionais e as ocupações irregulares são fenômenos da urbanização no Residencial Vista Bela, que apontam para lacunas na efetivação da política pública habitacional com a implantação de conjuntos de HIS.

7 CONCLUSÃO

A reconstrução da implantação e consolidação do Residencial Vista Bela evidencia a relevância da participação social no processo de urbanização periférica. As iniciativas dos moradores para atender suas necessidades resultaram em transformações substantivas no bairro, nas suas condições físicas e nas possibilidades de sociabilidade entre as pessoas que nele vivem. A formação da constelação de atores e eventos na produção do espaço urbano, e a interação das forças sociais no território, definiram os processos urbanos e a realização da sociedade humana. A articulação da população torna-se uma estratégia de reversão de processos de segregação socioespacial. Trata-se de lutas cotidianas que são alimentadas pelo esperar, conforme as palavras de Paulo Freire: “Toda realidade está aí submetida à possibilidade de nossa intervenção nela” (Paulo [...], 2021). A sistematização das ações que transformaram o bairro na sua consolidação serve de instrumento para debates teóricos sobre planejamento urbano e políticas públicas.

A metodologia de perto e de dentro permitiu um mergulho na realidade cotidiana do bairro e revelou a participação social dos moradores como fator determinante para a sua consolidação e superação das precariedades iniciais na condição de sujeitos que presenciaram e participaram nas transformações do território, subjetivando suas lutas. A articulação dos moradores no enfrentamento das precariedades do bairro, se deu por meio de uma rede de práticas e relações estabelecidas no território, com a mobilização em torno de pautas criadas a partir das necessidades sentidas e organizadas coletivamente, imprimindo em sua trajetória mudanças no seu contexto socioespacial. O olhar da Arquitetura, combinado com a experiência da população no território, permitiu a avaliação social do conjunto de HIS sob a ótica da população. A formação da massa crítica está relacionada aos aspectos urbanos e construtivos do empreendimento, bem como a avaliação da política pública a partir das pessoas que delas usufruem.

O enfoque na perspectiva do território e nas experiências subjetivas dos moradores evidenciou a capacidade de transformação das forças sociais no processo de consolidação do conjunto de HIS. Os aspectos políticos e econômicos foram tratados de forma pontual frente a relevância das forças sociais evidenciadas neste estudo. Estimula-se a inclusão destes dois aspectos em futuros estudos por considerar fundamental a conjugação da tríade social, econômico e político para a compreensão

do processo de participação social na tomada de decisão para a formulação de políticas públicas, principalmente em se tratando de Habitação de Interesse Social e, consequentemente, na produção do espaço público urbano.

A importância da territorialidade na implantação dos conjuntos de HIS, bem como as condições de aplicação do PMCMV em Londrina, resultaram na desterritorialização da população atendida pela política pública habitacional. As transformações do Residencial Vista Bela possibilitaram a construção de sociabilidades e de uma identidade local, o que levou a melhorias das relações entre os moradores e dessas pessoas com o seu território. Investir no estudo do processo de reterritorialização pode levar a novos olhares sobre a implantação de políticas públicas no âmbito habitacional e o papel fundamental da participação social por meio da população no processo de construção da territorialidade.

A ação dos atores sociais e suas lutas por melhorias das condições do Residencial Vista Bela explicitam as contradições entre políticas públicas guiadas pela racionalidade de mercado (PMCMV) e o desafio de produzir cidades democráticas, onde o direito à moradia seja garantido. A efetivação desse direito depende da universalização dos direitos sociais e não se dá pela lógica de inclusão pelo consumo. Em um contexto de desigualdades sociais, os governos provisionam moradia para as famílias de baixa renda pela produção de conjuntos de HIS, reproduzindo um modelo de urbanização das cidades brasileiras, sem levar em consideração as particularidades da realidade local, especialmente das áreas periféricas das cidades. As intervenções realizadas pelos moradores no conjunto de HIS devem expressar os interesses e necessidades da população que vive no território. Isto significa que a produção do espaço urbano deve ser conduzida a partir das reivindicações da população, por meio de ações coletivas promovidas pelos moradores das periferias e fundamentadas na experiência urbana cotidiana.

REFERÊNCIAS

- AMORE, C.; SHIMBO, L.; RUFINO, M. **Minha casa... e a cidade?:** avaliação do Programa Minha Casa Minha Vida em seis estados brasileiros. Rio de Janeiro: Letra Capital, 2015.
- ARCHELA, R. S.; BARROS, M. V. F. **Atlas urbano de Londrina.** Londrina: EDUEL, 2009.
- AYOUB, T. A. A. **Conjuntos habitacionais e espaços livres:** correlações socioespaciais e orientações projetuais. 2014. Dissertação (Mestrado em Metodologia de Projeto) – Faculdade de Arquitetura e Urbanismo, Universidade Estadual de Londrina, Londrina, 2014.
- AYOUB, T. A. A. **Programas habitacionais e a gestão dos ilegalismos:** regularização fundiária e remoção em Londrina-PR. 2019. Tese (Doutorado em Arquitetura e Urbanismo) – Instituto de Arquitetura e Urbanismo da Universidade de São Paulo, São Carlos, 2019.
- AYOUB, T. A.; MATUBARA, A. K.; CABREIRA, L.; FARACO, J. L. Análise da implantação de zonas especiais de habitação de interesse social em municípios integrantes das regiões metropolitanas de Londrina e Maringá. *In: ENCONTRO NACIONAL DA ASSOCIAÇÃO NACIONAL DE PÓS-GRADUAÇÃO E PESQUISA EM PLANEJAMENTO URBANO E REGIONAL*, 18., 2019, Natal. **Anais [...]**. Natal: EDUFRN, 2019. p. 23.
- BOLAFFI, G. O problema e o falso problema. *In: MARICATO, E. (org.). A produção capitalista da casa (e da cidade) no Brasil industrial.* São Paulo: Alfa-Ômega, 1982. p. 37-70.
- BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988.** Brasília, DF: Presidência da República, 1988. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm. Acesso em: 15 jan. 2025.
- BRASIL. **Emenda Constitucional nº 90, de 15 de setembro de 2015.** Dá nova redação ao art. 6º da Constituição Federal, para introduzir o transporte como direito social. Brasília, DF: Presidência da República, 2015. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/Emendas/Emc/emc90.htm. Acesso em: 12 jan. 2025.
- BRASIL. **Lei n. 10.257, de 10 de julho de 2001.** Regulamenta os arts. 182 e 183 da Constituição Federal, estabelece diretrizes gerais da política urbana e dá outras providências. Brasília, DF: Presidência da República, 2001. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/leis_2001/l10257.htm. Acesso em: 15 jan. 2025.
- CARDOSO, A. L.; ARAGÃO, T. A.; JAENISCH, S. T. **Vinte e dois anos de política habitacional no Brasil:** da euforia à crise. Rio de Janeiro: Letra Capital, 2017.

CARDOSO, A. L.; ARAGÃO, T. A. Do fim do BNH ao Programa Minha Casa Minha Vida: 25 anos da política habitacional no Brasil. *In*: CARDOSO, A. L. (org.). **O programa Minha Casa, Minha Vida e seus efeitos territoriais**. Rio de Janeiro: Letra Capital, 2013. p. 17-65.

COHAB-LD - COMPANHIA DE HABITAÇÃO DE LONDRINA. **Plano local de habitação de interesse social**. Londrina: Cohab-LD, 2011.

COHAB-LD - COMPANHIA DE HABITAÇÃO DE LONDRINA. **Relatório do Plano Diretor - Diagnóstico e proposições**. Londrina: Cohab-LD, 2024.

CORDEIRO, S. M. A. **Obliterações do direito à moradia na política habitacional de interesse social do município de Londrina - PR**. 2015. Tese (Doutorado em Serviço Social e Política Social) – Centro de Estudos Sociais Aplicados, Universidade Estadual de Londrina, Londrina, 2015.

EVERS, T.; MULLER-PLANTENBERG, C.; SPESSART, S. Movimentos de bairro e Estado: lutas na esfera da reprodução na América Latina. *In*: MOISÉS, J. A. (org.). **Cidade, povo e poder, paz e terra**. Rio de Janeiro: Paz & Terra, 1985. p. 110-164.

FAVRET-SAADA, J. Ser afetado. **Cadernos de Campo**, São Paulo, n.13, p.155-161, 2005.

FOUCAULT, M. **Arqueologia do saber**. Petrópolis: Editora Vozes, 1972.

GÜNTHER, H. Pesquisa qualitativa versus pesquisa quantitativa: Esta é a questão? **Psicologia: Teoria e Pesquisa**, Brasília, DF, v. 22, n. 2, p. 201-210, 2006.

IBGE - INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Relação da População dos Municípios para publicação no DOU em 2023**. Rio de Janeiro: IBGE, 2023. Disponível em: <https://www.ibge.gov.br/estatisticas/sociais/populacao/37734-relacao-da-populacao-dos-municipios-para-publicacao-no-tcu.html>. Acesso em: 12 jan. 2025.

IBGE - INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Censo demográfico 2010**. Rio de Janeiro: IBGE, 2010.

IBGE - INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Cadastro Nacional de Endereços para Fins Estatísticos**. Rio de Janeiro: IBGE, 2022.

IBGE - INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Cadastro Nacional de Endereços para Fins Estatísticos**. Rio de Janeiro: IBGE, 2024.

IBGE - INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Cadastro Nacional de Endereços para Fins Estatísticos**. Rio de Janeiro: IBGE, 2025.

IPPUL - INSTITUTO DE PESQUISA E PLANEJAMENTO URBANO DE LONDRINA. **Documentos consolidados do Plano Diretor 2018-2028**: Caderno de anexos. Londrina: IPPUL, 2022. Disponível em: <https://ippul.londrina.pr.gov.br/index.php/plano-diretor-2018-2028/relatorios.html>. Acesso em: 3 abr. 2024

JACOBI, P.; NUNES, E. Movimentos populares urbanos, poder local e conquista da democracia. *In*: MOISÉS, J. A. (org.). **Cidade, povo e poder, paz e terra**. Rio de Janeiro: Paz & Terra, 1985. p. 165-198.

KOSÍK, K. **Dialética do concreto**. Rio de Janeiro: Paz & Terra, 1976.

KOWARICK, L. **Escritos urbanos**. São Paulo: Editora 34, 2009.

KOWARICK, L. O preço do progresso: crescimento econômico, pauperização e espoliação urbana. *In*: MOISÉS, J. A. (org.). **Cidade, povo e poder, paz e terra**. Rio de Janeiro: Paz & Terra, 1985. p. 30-48.

MAGNANI, J. G. C. **Da periferia ao centro**. São Paulo: Editora Terceiro Nome, 2012.

MAGNANI, J. G. C. De perto e de dentro: notas para uma etnografia urbana. **Revista Brasileira de Sociologia**, Porto Alegre, v. 17, n. 49, p. 11-29, 2002. DOI: <https://doi.org/10.1590/S0102-69092002000200002>.

MARICATO, E. **Os impasses da política urbana no Brasil**. Petrópolis: Vozes, 2011.

MARICATO, E. **Para entender a crise urbana**. São Paulo: Expressão Popular, 2015.

MOISÉS, J. A. O Estado, as contradições urbanas e os movimentos sociais. *In*: MOISÉS, J. A. (org.). **Cidade, povo e poder, paz e terra**. Rio de Janeiro: Paz & Terra, 1985. p. 14-29.

PAGANI, E. B. S. **O Programa Minha Casa, Minha Vida em Londrina/PR: Residencial Vista Bela como processo (des)(re)rreterritorializante**. 2016. Dissertação (Mestrado em Serviço Social e Política Social) – Universidade Estadual de Londrina, Londrina, 2016.

PAGANI, E. B. S. Território, desigualdade e cidadania: o programa Minha Casa, Minha Vida em Londrina, **Serviço Social em Revista**, Londrina, v. 16, n. 1, p. 89-113, 2013.

PASSINI, F. M.; ZAMPAR, B. Luta comunitária e direito à saúde: experiências sobre a conquista da Unidade Básica de Saúde no Vista Bela. **Revista Brasileira de Medicina de Família e Comunidade**, Rio de Janeiro, v. 18, n. 45, p. 1-10, 2023.

PAULO Freire - TVPUC 1997, 2021. 1 vídeo (17 min. 14 s.). Publicado pelo canal DOCS / TIPS Daniel A. Rubio-ArtverCom. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=jSuPsbznTbA>. Acesso em: 23 set. 2024.

PEREIRA, A. L.; PALLADINI, G. Parceria público-privada para construção de moradia popular: fundamentos institucionais para a expansão do mercado de habitação em São Paulo. **Cadernos Metrópole**, São Paulo, v. 20, n. 43, p. 879-903, 2018.

RIZEK, C. S. A produção da cidade e de suas representações: das ideias clássicas às inflexões recentes. *In*: ROLNIK, R.; FERNANDES, A. (ed.). **Cidades: ensaios brasileiros contemporâneos**. Rio de Janeiro: Funarte, 2016.

ROLNIK, R. **Guerra dos lugares**: a colonização da terra e da moradia na era das finanças. São Paulo: Boitempo, 2015.

ROLNIK, R.; PEREIRA, A. L. S.; MOREIRA, F. A.; ROYER, L. O.; IACOVINI, R. F. G.; NISIDA, V. C. O programa Minha Casa, Minha Vida nas regiões metropolitanas de São Paulo e Campinas: aspectos socioespaciais e segregação. **Cadernos Metrópole**, São Paulo, v. 17, n. 33, p. 127-154, 2015. DOI: <http://dx.doi.org/10.1590/2236-9996.2015-3306>.

SUGUIHIRO, V. L. T.; SANCHES, T. L. B.; SANTOS, A. V. F.; RAPOSO, L. S. P. Uma vista não tão bela do direito à cidade: o direito à cidade no Residencial Vista Bela?. *In*: JORNADA INTERNACIONAL DE POLÍTICAS PÚBLICAS – JOINPP, 9., 2019, São Luís. **Anais [...]**. São Luís: UFM, 2019. p. 1-12.

THEOPHILO, A. Z. **Requisitos de acessibilidade em empreendimentos de habitação de interesse social**: um estudo de caso no residencial Vista Bela em Londrina-PR. 2014. Dissertação (Mestrado em Metodologia) - Universidade Estadual de Londrina, Londrina, 2014.

VELLOSO, R. **Enigma das cidades**: ensaio de epistemologia urbana em Walter Benjamin. Belo Horizonte: Cosmópolis, 2023.

VELLOSO, R. O urbano-constelação, uma agenda de pesquisa descrita a partir de movimentos e conflitos na RMBH (1990-2015). *In*: CHIQUITO, E. A.; VELLOSO, R.; FARIA, R. (org.). **Urbanismo e planejamento no Brasil**: formação, práticas e instituições. Belo Horizonte: Cosmópolis, 2021.

VELLOSO, R. **Urbano-Constelação**. Belo Horizonte: Cosmópolis, 2022.

VICENTIM, T. N. **Análise do comércio e serviço nos empreendimentos do Programa Minha Casa, Minha Vida (PMCMV)**: estudo de caso do Residencial Vista Bela - Londrina-PR. 2015. Dissertação (Mestre em Metodologia de Projeto) - Universidade Estadual de Londrina, Londrina, 2015.

ZANON, E. R.; CORDEIRO, S. M.; ARAUJO JUNIOR, M. E. Avaliação das políticas habitacionais na região metropolitana de Londrina-PR. **Serviço Social em Revista**, Londrina, v. 18, n. 1, p. 194-218, 2015.

APÊNDICES

APÊNDICE A
RESULTADOS DAS INCURSÕES EXPLORATÓRIAS

RESIDENCIAL VISTA BELA - RESULTADOS DAS INCURSÕES EXPLORATÓRIAS (1º DIA)		
Data: 06-04-2024 (Sábado) / Clima: Ameno, tempo limpo, fim de tarde / Hora inicial: 16:20 / Hora final: 18:40		
ASPECTOS PASSIVOS	ASPECTOS ATIVOS	RESUMO DA EXPLORAÇÃO
Casa adaptada para culto: "Igreja Pentecostal O Resgate".	Praça urbanizada ("Praça Sheslen Vinicius Vieira") bastante movimentada, com crianças utilizando os equipamentos da academia e brinquedos (gangorra), mães sentadas nos bancos.	Adaptação das casas para usos diversos: mercado, bar, culto evangélico, comércio e serviços em geral.
Casa adaptada para bar, com ocupação integral da calçada (cerca, mesas e cadeiras, cobertura).	Cavalo correndo solto na rua.	As adaptações chegam a conformar núcleos comerciais nas esquinas próximas de conjunto de prédios.
Mensagens de luto nos muros: "Eterno Tio Will Vai Deixar Saudades" "Gabriel Z.N. Saudades"	Movimento grande de pessoas na "tabacaria e conveniência".	Verticalização e execução de coberturas que avançam sobre calçadas em casas com uso residencial.
Adaptação realizadas nas casas, com cobertura avançando sobre a calçada (mantido o uso residencial).	Movimento grande de pessoas na calçada em frente ao conjunto de prédios (VB-10) com carroça de lanches, mesas e cadeiras.	Comercialização dos imóveis, casa à venda direto com o proprietário, com poucas alterações.
Alterações para uso comercial em série de casas de esquina, formando um núcleo de serviços (imediações do VB-2).		Dificuldades de circulação em alguns trechos, devido à descontinuidade das calçadas.
Verticalização das casas, com construção de segundo pavimento com varanda (obras em andamento).		Mensagens de luto nos muros.
Casa à venda com poucas alterações (direto com proprietário).		Aglomerações nas tabacarias e distribuidoras de bebidas e carroças de lanches de frente ao conjunto de prédios.
Trecho de calçada interrompida em casa de esquina.		Aspecto rural do bairro, com animais pelas ruas.

RESIDENCIAL VISTA BELA - RESULTADOS DAS INCURSÕES EXPLORATÓRIAS (2º DIA)		
Data: 07-04-2024 (Domingo) / Clima: Sol, nuvens esparsas, temperatura agradável / Hora inicial: 09:50 / Hora final: 11:15		
ASPECTOS PASSIVOS	ASPECTOS ATIVOS	RESUMO DA EXPLORAÇÃO
Mensagens nos muros com temática religiosa: "Eu Respeito Seu Amem, Respeite O Meu Axé" (VB-8); mensagens de amizades perdidas: "Richardi Sdds" "Eterna Emily" (VB-3).	Dois rapazes "Testemunhas de Jeová" procuram surdos e mudos nas casas para "pregar a palavra".	Adaptação das casas para usos diversos: mercado, bar, culto evangélico, comércio e serviços em geral.
Adaptações para comércio (bares) incluindo a ocupação da calçada com coberturas.	Pontos de pequeno comércio e serviços fechados, com exceção dos mercados maiores.	Verticalização e execução de coberturas que avançam sobre calçadas, tanto nas casas com uso residencial quanto naquelas adaptadas para comércio e serviços.
Verticalização de grandes proporções em edificação de esquina (obras em andamento);	Culto sendo realizado casa adaptada (em frente à Praça Sheslen Vinicius Vieira).	Comercialização dos imóveis, casa à venda diretamente com o proprietário, com modificações substanciais.
Casa reformada com varanda à venda (direto com proprietário).		Mensagens de luto e com temática religiosa nos muros.
Conversões de casas em locais de culto: "Igreja Evangélica Face-a-face com Deus"; "Igreja Pentecostal Visão de Deus"; "Igreja Pentecostal Deus de Abraão".		Aspecto religioso do bairro, com realização de cultos em muitos locais e circulação de religiosos nos trechos compostos por casas.

RESIDENCIAL VISTA BELA - RESULTADOS DAS INCURSÕES EXPLORATÓRIAS (3º DIA)		
Data: 13-04-2024 (Sábado) / Clima: Sol, clima ameno, formação de nuvens / Hora inicial: 10:15 / Hora final: 14:55		
ASPECTOS PASSIVOS	ASPECTOS ATIVOS	RESUMO DA EXPLORAÇÃO
Trecho de calçada de grande extensão com circulação impossibilitada pelo crescimento de grama (VB-9).	Atividade de culto em apartamento de condomínio (VB-9).	Verticalização e execução de coberturas que avançam sobre calçadas, tanto nas casas com uso residencial quanto naquelas adaptadas para comércio e serviços.
Verticalização com construção de segundo pavimento com varanda (adaptações concluídas).	Alta circulação de motos com entregadores, vendedor de peixe circulando de bicicleta (CMEI).	Comercialização dos imóveis, casa com venda intermediada por imobiliária local.
Adaptação com cobertura avançando sobre a calçada (uso comercial e residencial).	Cavalo pastando solto na calçada (VB-5), dupla passando montada a cavalo (VB-9).	Dificuldades de circulação em alguns trechos, devido à descontinuidade das calçadas.
Mensagem de luto nos muros: "Maik Luto Eterno".	Som alto ligado e grupos de rapazes reunidos nos estacionamentos (VB-5 e VB-8).	Mensagens de luto nos muros.
Casa à venda ("Imobiliária Londrina Norte").	Grupos bebendo e fumando narguilé nas calçadas (casas).	Aspecto rural do bairro, com animais pelas ruas.
	Jogo em andamento na quadra esportiva com grama sintética da Praça Sheslen Vinicius Vieira.	Circulação intensa de motos com entregadores.
		Grupos reunidos socializando nas calçadas das casas e nos estacionamentos dos conjuntos de prédios.

RESIDENCIAL VISTA BELA - RESULTADOS DAS INCURSÕES EXPLORATÓRIAS (4º DIA)		
Data: 20-04-2024 (Sábado) / Clima: Sol e calor, céu sem nuvens / Hora inicial: 14:55 / Hora final: 16:05		
ASPECTOS PASSIVOS	ASPECTOS ATIVOS	RESUMO DA EXPLORAÇÃO
Verticalização com construção de segundo pavimento com varanda (adaptação concluída).	Crianças jogando pelas ruas e brincando com pipas.	Verticalização e execução de coberturas que avançam sobre calçadas, tanto nas casas com uso residencial quanto naquelas adaptadas para comércio e serviços.
Casa reformada à venda (particular).	Cavalo pastando solto junto a um conjunto de prédios.	Comercialização dos imóveis, casa à venda diretamente com o proprietário, com modificações substanciais.
Mensagem de luto nos muros: "Yuri Eterno".	Motoqueiro com caixa de som divulgando venda de leite.	Mensagens de luto nos muros.
Apropriação das calçadas com mobiliário improvisado (bancos e cadeiras de madeira e pallets); em um caso, rede na calçada.		Apropriação das calçadas com mobiliário improvisado.
Adaptações para comércio (bar) incluindo a ocupação da calçada com cobertura.		Aspecto rural do bairro, com animais pelas ruas.
		Circulação intensa de motos com entregadores.
		Crianças pelas ruas e calçadas com jogos variados, principalmente brincando com pipas.

RESIDENCIAL VISTA BELA - RESULTADOS DAS INCURSÕES EXPLORATÓRIAS (5º DIA)		
Data: 27-04-2024 (Sábado) / Clima: Sol sem nuvens, calor extremo / Hora inicial: 14:10 / Hora final: 16:10		
ASPECTOS PASSIVOS	ASPECTOS ATIVOS	RESUMO DA EXPLORAÇÃO
Trecho de calçada com circulação impossibilitada pelo crescimento de grama (casas geminadas).	Crianças brincando e fumando na rua e sentadas na calçada (em frente ao VB-5).	Adaptação das casas para usos diversos: mercado, bar, comércio e serviços em geral.
Adaptações para comércio (pizzaria, distribuidora de bebidas).	Movimentação grande de pessoas com fila e música em "tabacaria e conveniência".	As adaptações chegam a conformar núcleos comerciais nas esquinas próximas de conjunto de prédios.
Ocupações provisórias na calçada (cadeiras de plástico e bancos formados por troncos de árvore).	Jogo de pipa em praça não-urbanizada no limite sul do bairro e em rua formada por casas (imediações do VB-5).	Dificuldades de circulação em alguns trechos, devido à descontinuidade das calçadas.
	Crianças brincando em rua sombreada por muitas árvores.	Aglomerações nas tabacarias e distribuidoras de bebidas.
	Grupos de diversas faixas etárias ocupam as calçadas, principalmente nos trechos sombreados.	Grupos reunidos socializando nas calçadas das casas e nos estacionamentos dos conjuntos de prédios.
		Crianças pelas ruas e calçadas com jogos variados, principalmente brincando com pipas.

APÊNDICE B

TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO - ENTREVISTA SEMIESTRUTURADA E CAMINHADA ACOMPANHADA

Eu, Thiago Gomes Souza, sou responsável pela pesquisa de Mestrado “URBANIZANDO TERRITÓRIOS PERIFÉRICOS: IMPLANTAÇÃO E CONSOLIDAÇÃO DO CONJUNTO HABITACIONAL DE INTERESSE SOCIAL DO PROGRAMA MINHA CASA, MINHA VIDA (PMCMV) EM LONDRINA-PR.” e convido você a participar da minha pesquisa. Para confirmar sua participação você precisará ler todo este documento e somente depois confirmar o aceite. Este documento se chama TCLE (Termo de Consentimento Livre e Esclarecido). Nele estão contidas as principais informações sobre o estudo, objetivos, metodologias, riscos e benefícios, procedimentos e cuidados éticos da pesquisa. Você receberá uma cópia deste documento para guardá-la.

Esta pesquisa tem como objetivo reconstituir o processo de implantação e consolidação de um território periférico a partir da implantação de políticas públicas na área da habitação. Escolhi o Residencial Vista Bela por ele ser muito representativo para o contexto da minha pesquisa: na época do seu lançamento, foi o maior empreendimento do Programa Minha Casa, Minha Vida. Além disso, é um território interessante para estudar a urbanização, considerando que completou recentemente 10 anos de existência e possui muitas mudanças desde os seus primeiros dias. Considerando as precariedades identificadas com bairros periféricos implantados por políticas públicas de Habitação de Interesse Social, e sua condição atual, caracterizada por alterações realizadas para atender necessidades dos moradores, deduzimos que o processo de implantação não determina a consolidação desses bairros, e que ela deve ser resultado da ação de atores urbanos, e das interações estabelecidas com forças sociais, econômicas e políticas responsáveis pela produção do espaço urbano.

A reconstituição do processo de implantação e consolidação do Residencial Vista Bela tem como objetivo identificar quais as forças sociais, econômicas e políticas e os elementos urbanos implicados na urbanização de um bairro periférico implantado através de políticas públicas de HIS. Busco com essa reconstituição identificar as forças sociais, econômicas e políticas envolvidas na urbanização do bairro. Pretendo também caracterizar as alterações realizadas no bairro para entender como elas se relacionam com as necessidades dos moradores. Com esse trabalho de pesquisa, espero demonstrar a relevância da participação social na urbanização de bairros implantados por políticas públicas de HIS em territórios periféricos.

Sua participação na pesquisa tem dois formatos: entrevista semiestruturada e caminhada acompanhada. A entrevista semiestruturada é uma conversa conduzida por questões norteadoras, organizadas em blocos para facilitar a condução do diálogo. Serão realizadas perguntas gerais sobre o bairro, suas características principais e as principais transformações ocorridas nele com o passar dos anos. As perguntas não têm a intenção de esmiuçar os eventos nem hierarquizar acontecimentos do bairro. A ideia é dar oportunidade à diversidade de pontos de vista sobre o Vista Bela, para construir um panorama heterogêneo do território. A caminhada acompanhada consiste em percorrer uma quadra do bairro, dando uma volta completa e concluindo o percurso no ponto onde o mesmo teve início. A ideia é observar junto com a pessoa participante as características mais importantes das ruas do bairro e os aspectos relevantes da urbanização do território.

Esses relatos irão compor a reconstituição do processo de consolidação do Vista Bela. Importa esclarecer que são mínimos os riscos envolvidos na aplicação dos instrumentos da entrevista semiestruturada e da caminhada acompanhada. Não serão realizados quaisquer tipos de registros audiovisuais (fotos, vídeos, áudios) que possam comprometer o anonimato da pessoa participante, preservando a sua identidade. Também não haverá qualquer tipo de identificação do nome ou local de moradia, evitando assim eventuais transtornos decorrentes da participação na pesquisa. Você poderá recusar-se a responder qualquer pergunta em qualquer momento da entrevista, bem como interromper o percurso da caminhada acompanhada a qualquer instante, sem que seja necessário dar uma justificativa específica para tal. Você também poderá abandonar voluntariamente a pesquisa, retirando seu consentimento em qualquer momento durante ou depois da interação estabelecida. Nesse caso, o seu depoimento deverá ser descartado sem acarretar nenhum tipo de ônus ou prejuízo para a pessoa.

Caso sua participação seja consentida e confirmada, eu me comprometo, como pesquisador, com o anonimato e a privacidade dos dados fornecidos por você para este estudo. Todas as informações serão utilizadas unicamente para fins acadêmicos e os resultados serão divulgados em publicações científicas, assim que for concluída. O material coletado no processo será guardado por três anos com a finalidade de contribuir com dados para a pesquisa científica. Após essa data todo o material será descartado, e todos os dados envolvendo a privacidade pessoal em qualquer nível serão apagados, seja em dispositivos físicos de armazenamento ou em nuvem. A devolutiva dos resultados alcançados na pesquisa se dará por meio do contato via e-mail. Você não será remunerada(o), porém os gastos necessários para a sua participação na pesquisa serão assumidos pelo pesquisador. Fica, também, garantida a indenização em casos de danos comprovadamente decorrentes da participação na pesquisa.

Insiro meus dados para você poder me contatar a qualquer momento: Thiago Souza, pesquisador responsável por esse projeto, telefone (21) 9 8128-9338 e endereço eletrônico (e-mail) thiago.gomes.souza@uel.br.

Este instrumento somente poderá ser utilizado após a aprovação pelo CEP - Comitê de Ética. Insiro também os dados do CEP - Comitê de Ética em Pesquisa Envolvendo Seres Humanos que é um colegiado multidisciplinar formado por pesquisadores que avaliam projetos que envolvam seres humanos. Comitê de Ética em Pesquisa Envolvendo Seres Humanos - CEP/UEL, LABESC - Laboratório Escola de Pós-Graduação - Sala 14. Campus Universitário - Rodovia Celso Garcia Cid, Km 380 (PR 445), Londrina- PR - CEP: 86057-970, Telefone: (43) 3371-5455, E-mail: cep268@uel.br.

Este TCLE será reproduzido em duas vias, sendo uma entregue para a pessoa participante e ficará com o pesquisador.

☐

ACEITO PARTICIPAR SOMENTE DA ENTREVISTA

☐

ACEITO PARTICIPAR SOMENTE DA CAMINHADA

☐

ACEITO PARTICIPAR DA ENTREVISTA E DA CAMINHADA

☐

NÃO ACEITO PARTICIPAR

Assinatura da pessoa participante _____

Assinatura do responsável pela obtenção do TCLE _____

Londrina, ____ / ____ / 2024.

APÊNDICE C

NOTAS DE CAMPO: ENTREVISTAS SEMIESTRUTURADAS

Entrevista 01 - “Laura”**Sábado, 06 de abril de 2024, às 16:30.**

A entrevistada destaca como um aspecto muito marcante com o passar dos anos a diminuição da violência. *“No início, os bandidos corriam por entre as casas, usavam nosso quintal como rota de fuga, porque não tinha nenhuma separação entre elas. Depois que as pessoas começaram a construir os muros, mudou bastante e diminuíram as ocorrências policiais no bairro”.*

No início, não havia comércio no bairro. Posteriormente, abriram muitas distribuidoras, que comercializavam principalmente bebidas alcoólicas. *“Abriram as distribuidoras pra trabalhar só com venda, mas aí as pessoas passaram a consumir no local, e isso começou a dar confusão, até que muitos fecharam”.*

Em relação à vizinhança, nas casas ocupadas por pessoas mais jovens acontece com frequência das pessoas colocarem som nas alturas, o que às vezes acarreta conflitos. *“Mas, de forma geral, a vizinhança é bastante agradável”.*

A entrevistada, uma das primeiras moradoras do bairro, fundou um projeto voluntário que recebe doações de roupas e calçados para bazar. Também oferece para as pessoas do Vista Bela e do entorno material médico como camas hospitalares, muletas, cadeira de rodas etc. Ela mesma realiza alguns reparos e o controle dos empréstimos, que são realizados sempre de forma gratuita.

O Vista Bela hoje extrapola seus limites iniciais.

Entrevista 02 - “Adélia e Adonis”**Sábado, 13 de abril de 2024, às 10:35.**

O Residencial Vista Bela era muito violento nos tempos iniciais, tanto que as pessoas criaram um “apelido” para o bairro: Vista Bala. *“As pessoas não queriam ficar, chegaram a vender as casas por R\$5.000, até por R\$2.000 as pessoas venderam. As casas já com os muros laterais erguidos eram vendidas por R\$8.000”*. Essas vendas eram irregulares, pois as casas não tinham escritura porque ainda não tinham sido quitadas. Em algumas situações, a CEF entrou com regressão de posse.

Antigamente, a COHAB acompanhava as famílias que tinham se mudado para o bairro. Depois de 5 anos, só a CEF passou a acompanhar os casos em que foram necessárias manutenção ou conserto das unidades. As reformas e adaptações foram feitas por conta dos proprietários. Um aspecto que mudou bastante foi a implantação das linhas de ônibus e das escolas. Aconteceu uma reunião com um vereador que visitou o bairro para ouvir e discutir as demandas dos moradores.

“Ponto de vila é tudo caro. Fura-bucho, derruba-tripa. Estruturam as casas e sobem. Faz muita falta um supermercado grande, um Tonhão, um Maxxi...”. Essa carência tende a se agravar com os lançamentos imobiliários que estão surgindo no entorno. *“Dizem que vão fazer um Atacadão aqui perto”*. Em sua maioria, os espaços de comércio são distribuidoras de bebidas, que em muitos casos pertencem a pessoas que não moram nessas casas. Mas nesses locais tudo é vendido muito caro, então muitas vezes vale mais a pena pegar o ônibus e se deslocar até a Saul Elkind, que concentra muitos pontos comerciais, pois trata-se do maior eixo comercial da região.

A falta de opção de comércio é suprida em parte com a atividade dos vendedores ambulantes que os moradores chamam de “mascates”. *“Tem um rapaz que vende cesta básica no bairro. Outro circula vendendo produtos de limpeza. As condições de pagamento são melhores com esses comerciantes, pois eles aceitam pagamento a prazo, sem cobrar juros. Muitas pessoas compram assim no bairro. Acaba se formando uma rede de pessoas, o que viabiliza e fortalece essa forma de obtenção de materiais de consumo e uso diário. Os mascates vendem até jogo de lençol”*.

Entrevista 03 - “Maria Fernanda”**Sábado, 13 de abril de 2024, às 13:40.**

Existe no Vista Bela uma demanda de vagas no Ensino Público. *“Foi em 2012, 2013, que a Prefeitura veio e fez o cadastro das crianças que moravam no Vista Bela, pra ver a idade, e pra ver quantas eram”*. Essa consulta detectou grande necessidade de atender em especial a faixa etária de 0-6 anos. Entretanto, o recorte feito pela Prefeitura foi de 3-5 anos, o que deixou muitas crianças sem acesso à educação nos limites do Vista Bela. Como medida adotada pela Prefeitura Municipal para atender essas crianças foi realizada uma adaptação no prédio do Centro Comunitário inicialmente destinado para a Associação de Bairro, que foi desalojada do local e ficou sem espaço para realizar suas reuniões. Essa medida deveria ser provisória, mas mostrou-se permanente. *“Então, até hoje, não temos o nosso Centro Comunitário. Aos poucos, foram construindo mais salas de aula no terreno original da Associação, sendo acrescentadas ao longo do tempo um total de 08 novas salas de aula no local”*.

Faz falta a implantação das praças que estavam previstas no plano original do bairro. *“Os terrenos ficaram vazios, desocupados ou com ocupação informal e provisória. Ainda fazem bingo lá embaixo, no rodeio”*. Existe um projeto de urbanização de um desses terrenos, na Rua Braz Lucas Teruel, coordenado pela Secretaria de Planejamento e com a participação e com destinação de verba a partir do mandato de um deputado federal. A Secretaria de Obras se comprometeu a firmar o compromisso para início dos trabalhos para reformar o local.

Com o passar dos anos, as pessoas da vizinhança (em sua maioria mulheres) se juntaram para formar um coletivo, onde fazem troca de informações, compra e venda de itens variados, além de doações de alimentos e artigos de necessidade pessoal.

Entrevista 04 - “Adélia”**Sábado, 27 de abril de 2024, às 15:00.**

“Os eventos do bairro eram realizados no CMEI, o Palmeira vinha e tocava berimbau. Também já teve evento com escola de samba na quadra do CMEI. Hoje não tem mais. Só tem evento com a comunidade do bairro em datas especiais: Dia das crianças, Páscoa, Natal. Lá pro lado da praça”.

“Na próxima tem mais novidade. A Rádio Pioneira é 24/24, ela não para”.

Entrevista 05 - “Ana”**Terça-feira, 30 de abril de 2024, às 19:00.**

A entrevistada mora em um dos conjuntos de prédios e afirma ser bastante popular entre os moradores do condomínio no qual reside, tanto que as pessoas se mobilizaram para elegê-la síndica. Sob sua gestão, foram realizadas melhorias para o condomínio, como organização dos horários para música, mudanças físicas como a construção dos muros e a mudança da portaria do conjunto. Promove também aulas de capoeira no salão do condomínio, que acontecem duas vezes por semana, à noite, em dias variados dependendo da disponibilidade do professor que é voluntário na iniciativa. *“A gente fazia almoço comunitário para a construção do muro, as mulheres prepararam a comida, carregaram os tijolos e os homens subiram os muros. Os custos com a compra desse material vieram no boleto do condomínio”.*

Muitas das mudanças no bairro, inclusive algumas intervenções no espaço público, foram promovidas pelos moradores desde os primeiros anos. A própria entrevistada, por exemplo, foi responsável pelos caminhos delimitados com pneus separando a passagem dos pedestres das áreas gramadas, no canteiro central da avenida Giocondo Maturi. *“Naquela época, eu mesma comprei a tinta e pintei os pneus, para dar um colorido no bairro”.*

Hoje funciona uma mercearia dentro do condomínio, a partir de uma adaptação feita por uma moradora que tem uma unidade no térreo, com a janela voltada para o estacionamento. Trata-se de um estabelecimento improvisado, mas importante para os moradores do Vista Bela 9. *“E é bom pra quem tem criança, não precisa sair pra comprar as coisas básicas. Elas vão direitinho, com cartão e tudo, a gente confia”.* Esse tipo de espaço cria uma relação de confiança entre os moradores. Em outros conjuntos estão sendo implantadas pequenas lojas com autoatendimento, o que é possibilitado pelo fato de não existir custo com salário para manter alguém trabalhando no local. Segundo a entrevistada, faz muita falta no Vista Bela um equipamento comunitário que possa atender jovens na faixa etária dos 16-17 anos, *“por ser uma idade perigosa para os jovens, que muitas vezes são seduzidos pelo crime”.* É importante a implantação de um espaço de ensino técnico profissionalizante, no formato dos SESI/SESC que existem em outras partes de Londrina.

Entrevista 06 - “Lúcia”**Terça-feira, 30 de abril de 2024, às 19:00.**

A entrevistada destaca o difícil começo. *“As pessoas se mudando e não tinha terminado a obra, ainda estavam construindo os conjuntos. Dava pena de ver o pessoal que vinha trabalhar no canteiro, o ônibus não vinha até aqui”*. Desde então, houve mudanças nas ruas que estruturam o bairro e o entorno. Foi executada a duplicação da Av. Giocondo Maturi. *“Mudou tudo aqui, o bairro cresceu e inclusive influenciou outros locais como o Santo André, que também ficou mais valorizado. Aqui não tinha mercado, não tinha farmácia, nenhum comércio próximo, nada. Agora já tem”*.

Outra mudança significativa foi o plantio das árvores nas calçadas do bairro. Esse plantio teve colaboração da Secretaria Municipal do Meio Ambiente, num processo realizado entre 2017 e 2018. *“Nessa época não havia árvores na avenida principal (Giocondo Maturi) nem em outras partes do bairro, como a Rua Luiz Moro Neto, no entorno do Vista Bela 2. Foi a mobilização das moradoras que propiciou a doação de 100 mudas por parte da SEMA. Nos tempos iniciais, às vezes o caminhão-pipa da Prefeitura não vinha, então as moradoras molhavam manualmente as árvores que estavam em fase de crescimento. Hoje a maioria dessas árvores já são adultas”*.

No início do bairro, foram promovidos cursos de capacitação social para os moradores, através do Projeto DIST - Desenvolvimento Integrado Sustentável do Território, que contou com o apoio financeiro da Caixa Econômica Federal.

Apesar das melhorias alcançadas com o passar dos anos, ainda faltam equipamentos públicos no bairro. *“Poderia existir um espaço onde a comunidade local pudesse usufruir dos vários benefícios que a atividade esportiva propicia”*.

Entrevista 07 - “Maria Fernanda”**Terça-feira, 30 de abril de 2024, às 21:00.**

O Vista Bela tem hoje cerca de 10 lideranças. Existem vários coletivos no bairro, e cada um se concentra em um segmento específico do Vista Bela. *“Infelizmente, esses coletivos se encontram em conflito e disputa de protagonismo. Nos momentos de crise, entretanto, os coletivos deixam de lado as diferenças e se unem”*.

Os equipamentos públicos são fruto da união dos coletivos, como por exemplo a Unidade Básica de Saúde (UBS) e a implantação da creche do bairro. Entre 2015 e 2016 se deu a ampliação e consolidação do espaço. A única escola que não foi resultado de cobrança direta dos moradores do bairro foi a Escola Estadual Cívico-Militar. *“A gente faz a cobrança de várias formas: fecha as ruas, bate panela, chama a imprensa, até bate na porta do gabinete do prefeito se for preciso”*. Hoje encontram-se em andamento as obras de uma segunda creche nas imediações do bairro, o Centro Pró-Infância destinado às crianças de 0-6 anos, que tem como objetivo atender a demanda não contemplada pelo CMEI dentro do bairro, que só atende de 3-5 anos. Essa nova creche também é fruto da luta dos coletivos.

“Os movimentos têm atuado há anos buscando por espaços de convivência e lazer, inclusive a pauta vem sendo defendida por vereadoras mas até hoje não foi realizada. As crianças só têm uma praça pra usar num bairro com mais de 20.000 pessoas. Então elas acabam utilizando outros espaços, até mesmo as praças não urbanizadas. Domingo, por exemplo, tinha mais de 100 crianças reunidas no terreno”. Um desses espaços de praças não urbanizadas, junto ao fundo de vale, foi doado pela Prefeitura a uma das construtoras responsáveis pela implantação do Vista Bela. *“Eles não usam o espaço, deixam uma pessoa cuidando. Ali acontecem eventos e rodeios. Rodeio, bingo, forró, tem de tudo lá embaixo”*.

O abastecimento de água às vezes falha. A SANEPAR não atende adequadamente, em algumas ocasiões, as casas localizadas na parte mais alta do bairro. *“Chega muito fraquinha lá em cima. Já ficamos 5 dias sem água e tivemos que fazer protesto para conseguir ter o abastecimento normalizado”*.

Os ônibus são outro aspecto problemático, pois muitos não estão adaptados para atender pessoas com deficiência, sendo que o bairro concentra uma grande quantidade de pessoas nesse perfil. *“Nós até chegamos a protocolar um pedido junto à CMTU e Câmara de Vereadores para melhorar a circulação das linhas pelo bairro. Porque têm muitos condomínios novos lá pra cima e desviaram as rotas dos ônibus para atender esse público. Aumentaram a demanda, mas não aumentaram a oferta”.*

Entrevista 08 - “Tereza”**Sábado, 25 de maio de 2024, às 20:00.**

Aspectos iniciais da estrutura do bairro.

“Quando nós chegamos aqui, a gente não tinha nenhuma infraestrutura de aparelho público ou de rede de prestação de serviços. Todo o nosso entorno num raio de 2km não tinha absolutamente nada. Não tinha comércio, a gente não tinha posto de saúde, a gente não tinha escola nem creche”.

“O escopo do projeto do Minha Casa Minha previa casas em terrenos isolados, não casas em meia água. E previa também apartamentos com 42 m², era pra ter 3 quartos. Tanto que vários síndicos aqui acionaram a CEF e ganharam causas com multas que chegam em torno de 1 milhão para melhorias do condomínio em detrimento de defeitos construtivos nos prédios e dessas rupturas em relação ao escopo inicial do projeto. Aqui começou muito errado, cheio de desvio, cheio de maracutaia. Todas as casas do Vista Bela foram entregues com aquecedores solares. Mas a empresa que fez a instalação desses aquecedores abriu falência logo depois da entrega das unidades, então quem tinha defeito não teve como acionar a garantia”.

Construção das relações de poder.

“Todo território de fragilidade econômica e social tem a tendência de ter uma rendição na condição de propriedade: eu sou dono dessa casa, mas a quebrada tem um dono. Quando a gente chegou aqui não tinha nada disso, então existiu todo um processo de construção dessas relações de poder. Na minha leitura, aqui não tem um dono só. Porque como as pessoas vieram de muitos espaços, essa aqui não é uma quebrada que tem só um dono. Aqui no bairro não existe nenhum tipo de contraposição ou interferência para que tenha promoção de ações sociais, por exemplo. Não existe isso de pedir autorização pro dono da quebrada, isso nunca foi necessário. Não existe restrição física no espaço do Vista Bela para ações de promoção de direitos. Inclusive os conflitos são muito maiores entre lideranças do que com outras forças do bairro. Esses conflitos por protagonismo são um tanto egóticos. Aqui é um problema que também tem a ver com a nossa autonomia, porque se a gente tivesse o controle de um poder paralelo maior, esse tipo de conflito entre os agentes, entre os atores, provavelmente não aconteceria”.

Luta por vagas de creche no território.

“A formação do primeiro coletivo do bairro - Coletivo de Mulheres do Vista Bela - foi motivada pela necessidade imediata de acesso à educação infantil. As mães que chegaram aqui com criança pequena precisavam andar 4km pra pegar ônibus. Todo mundo tinha que pegar ônibus e o ponto de ônibus mais próximo na época ficava lá no Maria Celina, um bairro vizinho ao Vista Bela. Em 2012, as crianças maiores do Ensino Fundamental começaram a utilizar um transporte fretado pela Prefeitura para poder ter acesso às escolas municipais do entorno, na zona Norte e na zona Oeste. Ficavam 13 ônibus fretados lá no topo, e o bairro inteiro se deslocava para levar os filhos para a fila desses ônibus. Essa situação perdurou até 2021, quando a Escola Municipal do Vista Bela foi inaugurada a toque de caixa porque o contrato com a transportadora ia terminar e não podia ser renovado. Sendo que essa escola era pra ter sido entregue em 2014. A obra da Escola Estadual também atrasou, era pra ter sido entregue em 2016 e só foi inaugurada em 2018”.

“Quando a gente mudou pra cá, o único aparelho público que a gente tinha pronto e entregue era nosso Centro Comunitário. A gente usou durante um período. Em 2012, a luta das mães pelas vagas de creche começou a invadir a Câmara de Vereadores, essas mulheres começaram a ir pra lá para fazer barulho, cobrar, pedir fala. Daí elas entraram com um pedido coletivo no Ministério Público, que interveio e deu um ultimato pra Prefeitura de Londrina. Essa não era a nossa única demanda, mas a demanda que estava afetando a dignidade das pessoas. Como você trabalha se não tem com quem deixar seu filho? Daí o MP interveio em prol dessa garantia de direitos e obrigou a Prefeitura a tomar uma providência. Daí, o Centro Comunitário passou a ser utilizado como escola, com o argumento de que essa seria uma situação temporária. Ele perdeu esse caráter, pois nunca mais foi cogitada a possibilidade dele voltar a ter a função original”.

Origem rural do Vista Bela.

“Todo esse território era plantação da família do Padovani, deputado federal da região. Tudo isso aqui era terra dele. Era propriedade rural do Padovani, é por isso que o bairro vizinho leva seu nome. Ele é da bancada do agro há pelo menos 3 gerações”.

Restrições no acesso a direitos básicos.

“O grande problema daqui é que eles planejaram apenas a alvenaria, mas subsidiar o acesso a direitos é o que mudaria o repertório dessas pessoas periféricas. Qual a possibilidade de não entrar num processo de favelização se não há um repertório de recomeço? Porque não existe direito social garantido apenas pelo fornecimento de casas de alvenaria. Esse território foi estrategicamente pensado para ser um depósito de pessoas. A falta de acesso aos direitos, combinada com a degradação crescente, leva a um processo de favelização. Por outro lado, existe também um fator histórico de afirmação e resistência. Para além dos fatores objetivos, precisamos pensar nas subjetividades. Ter a dimensão da pessoa no espaço é importante porque os indivíduos também imprimem determinadas características no território, então temos ruas aqui que são conhecidas pelas características de quem mora. Tem uma senhora aqui que plantou todas as árvores da rua dela. Ela fez a manutenção da arborização de todo o espaço. Teve uma época, em 2014, que a SEMA passou aqui fazendo distribuição de mudas. Porque na primeira etapa eles entregaram com algumas mudas de árvores, mas ainda não tinha um envolvimento comunitário com a ideia de ter uma árvore na sua própria calçada. Então as pessoas começaram a pensar em ter sombra, pra ficar bonito”.

“Pra um processo de dinâmica de formação, a gente ainda precisa de alguns aspectos pra desmistificar ou tirar o Vista Bela do lugar de favela. Não é um bairro instituído, constituído e segmentado. Ele não está sedimentado ainda, os equipamentos públicos ainda não atendem por completo as demandas que nós temos. Por exemplo, o nosso Posto de Saúde não contempla as demandas do bairro. Depois da implantação do bairro, o Conselho Tutelar mudou de lugar pelo número de chamados que tinha aqui. Até 2015 o atendimento ficava muito distante. Mas a nossa demanda era tão grande que o Conselho Tutelar da Região Norte A mudou de prédio, pra estar mais perto do território”.

“Não temos serviço de convivência e fortalecimento de vínculos da modalidade 2 e 3 dentro do território, nem serviços de aprendizagem e qualificação de pessoas para o mercado de trabalho. Os acessos ao ensino regular no período noturno foram cerceados em detrimento da cívico-militarização da escola do bairro enquanto existiam jovens que tinham a necessidade de trabalhar para sustentar suas famílias”.

“Não são apenas o acesso e resguardo aos direitos básicos (transporte público, educação e saúde) que garantem a consolidação do Vista Bela, mas também a potencialização econômica local. Ainda não temos uma formalização de todos os comércios e investimentos e pequenos negócios locais para poder afirmar que temos uma rentabilidade que possa ser calculada. A falta de entendimento do território como espaço de geração de renda impede a sedimentação do bairro”.

Fatores extrínsecos e intrínsecos da urbanização.

“O objetivo é manter os burros nos currais. O Estado existe institucionalmente para manter o lugar social de cada indivíduo. Então a possibilidade de mobilidade social está cada vez mais dificultada. Vendem uma imagem de urbanização qualitativa de que aqui é um bairro consolidado, o que faz com que pessoas de outro lugar enxerguem de outra maneira. Ninguém quer mudar pra cá, estamos no extremo norte da zona norte, estamos isolados de tudo, quase fora da cidade. Estamos na borda. Por isso eu digo, se a Terra fosse plana, a gente estaria na beira do penhasco”.

“A consolidação é muito mais um fator extrínseco que intrínseco. Não temos garantias. A retroalimentação de soluções e de tecnologias sociais, criadas a partir do atrito, permanece. As periferias são guetos, estão dentro do contexto universal dos bolsões de pobreza. A combinação de IDH baixo e PIB baixo faz daqui um bolsão de pobreza, assim como quase todo o território da zona Norte de Londrina. Para os estudos mundiais, todo esse território é favela”.

Entrevista 09 - “Denise”**Sexta-feira, 07 de junho de 2024, às 10:00.**

“No início, tinha muita poeira aqui. Não tinha separação de nada, não tinha muro, então as pessoas passavam dentro do seu lote, era privacidade zero. Não tinha uma árvore, nem calçada tinha. Cada morador que fez a sua calçada e plantaram as suas árvores. Às vezes plantavam no meio da calçada. E não tinha um boteco pra comprar um pão. Então foram surgindo as portinhas, os botequinhos. Os moradores foram chegando aos poucos. Liberaram quadra por quadra, era fechado por quarteirão, eles iam liberando aos poucos”.

Quando foram entregues as unidades habitacionais localizadas nos prédios, a COHAB ofereceu curso de convivência pros moradores, levando em consideração que a maioria das famílias nunca tinha morado em apartamento antes.

A Caixa Econômica Federal implantou no bairro, em 2012, o Projeto DIST - Desenvolvimento Integrado Sustentável do Território. Foi uma iniciativa subsidiada pelo Fundo Socioambiental da CEF e desenvolvida pelo Instituto Fazer (Londrina), em parceria com o Instituto Pólis (São Paulo). *“Alugaram um salão nas proximidades do Vista Bela para cursos e projetos visando inclusão social. Foi dinheiro de fundo perdido da Caixa, que investiu nas pessoas no contexto do Programa Minha Casa, Minha Vida”.* Alguns cursos aconteceram nesse galpão alugado, outros aconteceram na estrutura já existente do sistema SESI/SESC/SENAI, em outros bairros da cidade mais próximos do Centro. Nesses casos, foi fornecido vale-transporte para que os moradores do Vista Bela pudessem frequentar os cursos nesses locais. Esse curso tinha um ciclo pré-definido com duração de 3 anos. Findado esse período, foram encerradas as atividades, mesmo com o pedido dos moradores do Vista Bela por sua continuidade, devido às precariedades do bairro e da impossibilidade dos moradores frequentarem os cursos sem a condição especial que o DIST oportunizou. *“Fizemos até um vídeo³ pra mostrar o sucesso que tinha sido, eu participei como apresentadora. Mas não adiantou”.*

³ Projeto DIST (2016), ver: <https://www.youtube.com/watch?v=MJA14MvFr8M&t=27s>.

O Residencial Vista Bela foi implantado sem creche. As crianças tinham que se deslocar até a escola municipal localizada no bairro vizinho do Jardim Padovani. *“Elas tinham que ir e voltar de ônibus, e eram discriminadas como as crianças do Vista Bela. Depois que ficou pronta a Escola Estadual do Vista Bela, juntaram o Ensino Municipal com o Ensino Estadual. As crianças que iam para o Padovani não precisam mais sair do bairro. Passaram a estudar ali, mais perto, mas isso também gerou um problema, pois misturaram crianças ainda pequenas com os alunos maiores”*. As mães se uniram para exigir melhores condições escolares para as crianças e juntas foram falar com a Secretaria de Educação do município. *“Lá eu não ia como funcionária da escola, eu ia como moradora e mãe, reivindicar o direito das nossas crianças”*. Com a chegada dos novos moradores nos conjuntos habitacionais que estão sendo lançados na região, será necessário construir mais escolas com urgência.

Até hoje o bairro sofre com a falta de equipamento público para atender sua população. As pessoas se reúnem na Escola Municipal do Vista Bela, onde a diretora autoriza a abertura para a comunidade poder utilizar, eventualmente, durante os fins-de-semana. *“Em ocasiões especiais, nas festas para as crianças, a diretora nos empresta o espaço. A Escola é da Comunidade. Já na Escola Estadual Cívico-Militar, a situação é outra, tem uma administração bem diferente, com eles não tem diálogo”*.

Atualmente, o bairro conta com uma única praça urbanizada, com quadra de esportes e aparelhos de ginástica. *“A gente precisa de mais praças para as crianças brincarem. Porque o bairro é muito grande, então falta a mesma estrutura mais lá pra baixo. Lá só tem o ecoponto e o rancho. Falta também um Centro Comunitário para as pessoas se reunirem. A gente improvisa, faz bazar de roupa no quintal de casa”*. A verticalização das casas é uma tendência no bairro. *“As pessoas sobem pra poder ter mais espaço. Daqui a 5, 6 anos vai estar muito diferente do que é hoje. E agora as pessoas começaram a colocar placa de venda, já pode, porque as casas estão quitadas. Tem gente que não gosta daqui, então coloca a casa à venda e vai embora”*.

Depois da pandemia, começaram as ocupações irregulares no limite sul do Vista Bela, no trecho junto ao fundo de vale. *“No começo do bairro era tudo verde, tinha até plantação de mandioca. Hoje é tudo casinha. Então a nascente e o córrego que passa ali estão ameaçados”*.

Entrevista 10 - “Denise e Caio”

Domingo, 18 de agosto de 2024, às 9:45.

“No começo era uma mistura, gente de tudo que é lado. Então tinha muito problema, principalmente com lixo”. Existe um projeto para implantação de um barracão de reciclagem no bairro, a ser viabilizado pelo mandato de uma deputada estadual. “Tinha também a questão das pessoas que se mudaram para os condomínios e que nunca tinham morado em prédio antes. Depois de um tempo, começou a ter uma mudança de comportamento dos próprios moradores”.

A entrevistada destaca algumas ausências no território. *“No Vista Bela não existe espaço cultural. Nós não temos um equipamento público, uma biblioteca, um flapt⁴ ... faz muita falta. Na Jesus House eles têm uma biblioteca. Mas é diferente, porque ali também é um espaço religioso. E serviço funerário, nós também não temos”.* A igreja católica mais perto do Vista Bela fica no Padovani. Antes as missas aconteciam nas ruas e nos quintais. Faltam serviço de convivência no bairro, atendem no Padovani. Tem outros serviços, como a Guarda-Mirim, EPESML, CEPAS. *“Tinha o Projeto AME, tinha aula de dança, mas não existe mais. O local foi transformado em espaço de culto evangélico. Evento no CMEI, também não tem mais por limitações, colocaram uma regra agora que não pode”.* Acontecem feiras em frente aos novos condomínios implantados na região. A AMVIBE - Associação de Mulheres do Vista Bela funciona na própria casa de uma liderança local, adaptada para eventos e reuniões do grupo.

Existe uma dificuldade de acesso aos equipamentos públicos por parte dos moradores do bairro, e a forma como foi construído o Vista Bela dificulta a implantação desses espaços hoje. Atualmente, está em construção uma creche Pró-Infância, ao lado do Colégio Estadual. O Cursinho comunitário do bairro começou na Escola Estadual, acabou, e agora voltou funcionar nas dependências da Escola Municipal do Vista Bela. Está em andamento a expansão dessa escola. *“Estão construindo mais 10 salas de aula. Mas continua faltando espaço, era pra ter 25 alunos por sala, tem umas salas aqui que atendem até 32 crianças. Tem criança fora da escola por causa da distância”.*

⁴ Vila Cultural em outra parte na região Norte de Londrina, que atua no campo da educação não-formal, com o objetivo promover o acesso da comunidade aos bens culturais. Ver: <https://londrinacultura.londrina.pr.gov.br/agente/267/>.

A academia foi implantada na praça com recursos do Executivo Municipal. A quadra esportiva veio depois, com verba do governo do Estado. A Secretaria de Planejamento de Londrina atuou em melhorias no território, a partir do contato direto do secretário com a população do Vista Bela. A construção da ciclovia localizada na Avenida Giocondo Maturi foi um pedido da Associação de Moradores. *“Perguntaram pra gente o que fazia falta, e eu disse que precisava de uma ciclovia. Daí fizeram mesmo a ciclovia que tem hoje na avenida principal do bairro.”* Recentemente, foi implantada uma nova linha de ônibus para atender a demanda dos novos condomínios verticais. *“Foi a partir de maio desse ano, que colocaram o 430 pra atender quem mora no Flor de Lótus. Até um certo período aqui era um ponto isolado, hoje já não é mais”.*

Sobre as alterações físicas realizadas nas casas, a execução das coberturas é mais frequente nas adaptações para o comércio. As tabacarias são chamadas pelos moradores de distribuidoras. O comércio local apresenta muitas irregularidades, pois muitos desses espaços são locais adaptados de forma improvisada e sem os devidos documentos e licenças. *“Inclusive, só a venda de botijão de gás deve ser regular, porque a norma de segurança exige licença para comercialização desse tipo de item”.* Existe uma expectativa dos moradores do bairro pela construção de um supermercado grande no terreno vazio adjacente à Escola Municipal Vista Bela. No seu ponto de vista, o surgimento dos novos condomínios na região traz maior movimento e possibilita a implantação de um mercado de maior porte em relação aos já existentes no bairro. Em relação aos lançamentos imobiliários, chama a atenção sobre como se veem as pessoas que estão se mudando para esses novos condomínios. *“O pessoal que está indo pro Moradas de Portugal se acha o povo da gleba do Vista Bela”.* A implantação desses novos condomínios faz parte do programa Casa Fácil, do Governo do Estado. Venda de imóvel em condomínio é mais frequente por causa das taxas que às vezes as pessoas não podem arcar. *“Dá pra encontrar anúncio pelo celular, no marketplace”.* Há um processo de valorização do bairro, entre outros aspectos, por conta da infraestrutura que vem sendo trazida para a região.

“A imagem de um lugar violento ainda persiste para quem não conhece o bairro. Proibiram as pessoas de passar dando grau. O pessoal do comando até colocou uma faixa na rua falando disso. Mesmo com as mudanças, aqui a gente ainda sofre com a violência institucional, que é a violência policial. E tem também a violência física”.

APÊNDICE D
RESULTADOS DAS ENTREVISTAS SEMIESTRUTURADAS

RESIDENCIAL VISTA BELA - RESULTADOS DAS ENTREVISTAS SEMIESTRUTURADAS (ABRIL-AGOSTO-2024)				
CARACTERÍSTICAS INICIAIS	MUDANÇAS FÍSICAS	MUDANÇAS NA SOCIABILIDADE	AUSÊNCIAS	REDES DE SOLIDARIEDADE
Início muito difícil, com obras em andamento enquanto as pessoas se mudavam para os conjuntos; Ausência de árvores.	Melhorias no bairro devido à diminuição da violência; após a construção dos muros, reduziram as ocorrências policiais.	Multiplicação das tabacarias e distribuidoras de bebida, que para algumas pessoas também passou a causar incômodo à vizinhança.	Espaços de convívio cultural e serviços de convivência e fortalecimento de vínculos; Retorno do Centro Comunitário.	Realização do Projeto de Desenvolvimento Integrado e Sustentável de Território com cursos de capacitação social.
O bairro tinha muita violência no início; as pessoas queriam sair do bairro e por isso realizavam a venda irregular das casas.	Mudanças no sistema viário, incluindo duplicação da avenida e implantação das linhas de ônibus a partir de reunião com vereador que visitou o bairro.	Processo de formação de lideranças comunitárias e construção de relações de poder.	Equipamentos públicos para esporte e lazer.	União das mães lutando por melhores condições escolares para suas crianças, o que resultou na criação de coletivo com mulheres do Vista Bela.
Nos primeiros dias, por causa da ausência de muros, era frequente bandidos passarem dentro dos lotes como "rotas de fuga".	Caracterização das ruas e casas com aspectos particulares dos moradores; progressiva arborização do bairro.	Melhoria das relações sociais a partir da criação de espaços de ensino (escolas e creche).	Implantação das praças projetadas no bairro.	Formação de coletivo que propõe troca de informações de utilidade pública, doações de alimentos e comércio de artigos variados.
O bairro não tinha infraestrutura de equipamentos públicos (posto de saúde, escola, creche) nem rede de serviços e comércio.	Adaptações e grande variedade de intervenções nas unidades por iniciativa dos moradores.	Em certas ocasiões ocorrem eventos no CMEI, além de festas na praça em datas como Páscoa, Dia das Crianças e Natal.	Mais espaços para as crianças brincarem, inclusive em contraturno escolar.	Projeto voluntário que recebe doações de roupas e calçados e realiza empréstimo de material hospitalar variado.
Discriminação com os moradores e com as crianças que precisavam estudar fora do bairro.	Surgimento de comércio e serviços, muitos deles inclusive passando por regularização.	Abertura de comércio possibilitou a criação de relações de confiança entre os moradores que preferem comprar no bairro.	Oferta de ensino regular em período noturno para pessoas que trabalham durante o dia.	Oferta de cursinho pré-vestibular comunitário.

RESIDENCIAL VISTA BELA - RESULTADOS DAS ENTREVISTAS SEMIESTRUTURADAS (ABRIL-AGOSTO-2024)				
CARACTERÍSTICAS INICIAIS	MUDANÇAS FÍSICAS	ASPECTOS DA CONSOLIDAÇÃO	AUSÊNCIAS	REDES DE SOLIDARIEDADE
Precariedade escolar porque o recorte feito pela Prefeitura não incluía todas as idades.	Implantação da ciclovia localizada na avenida principal do bairro.	Crescimento e valorização do bairro, o que influenciou as localidades próximas.	Implantação de equipamento comunitário para qualificar os jovens com ensino técnico profissionalizante.	Realização de bazares nos quintais das casas; Circulação periódica de vendedores itinerantes que comercializam produtos variados.
Perda do Centro Comunitário que foi transformado em creche.	Implantação de escolas e creche.	Surgimento de ocupações irregulares no fundo de vale depois da pandemia.	Falta um grande supermercado dentro do bairro, problema que tende a se agravar com a vinda dos prédios no entorno do bairro.	Realização de almoço comunitário para reformas no condomínio; Organização de feira noturna com barracas de lanches e vestuário.
RESIDENCIAL VISTA BELA - RESULTADOS DAS ENTREVISTAS SEMIESTRUTURADAS PALAVRAS-CHAVE				
<i>Ausência de muros; Violência; Venda irregular das casas; Precariedade escolar; Perda do Centro Comunitário; Obras em andamento; Ausência de árvores; Ausência de infraestrutura de equipamentos públicos; Ausência de rede de serviços e comércio; Discriminação com os moradores.</i>	<i>Diminuição da violência; Construção dos muros; Implantação das linhas de ônibus; Surgimento de comércio; Intervenções nas unidades; Arborização do bairro; Mudanças no sistema viário; Caracterização das ruas e casas; Implantação das escolas; Implantação da ciclovia.</i>	<i>Multiplicação das tabacarias e distribuidoras de bebida; Formação de lideranças comunitárias; Melhoria das relações sociais e relações de confiança; Eventos no CMEI e festas na praça; Valorização do bairro; Surgimento de ocupações irregulares.</i>	<i>Supermercado; Praças; Equipamentos públicos para esporte e lazer; Espaços de convívio cultural; Serviços de convivência e fortalecimento de vínculos; Centro Comunitário; Atendimento Escolar (contraturno, ensino técnico profissionalizante, ensino regular noturno).</i>	<i>Projeto voluntário; Vendedores itinerantes; Coletivos; Almoço comunitário e feira noturna; Cursos de capacitação social e Pré-vestibular; União das mães; Realização de bazares.</i>

APÊNDICE E
NOTAS DE CAMPO: PERCURSOS ACOMPANHADOS

Percurso 01 - “Ana”**Sábado, 25 de maio de 2024, às 18:30.**

A entrevistada propôs uma caminhada pela feira do bairro, que entrou recentemente no calendário do Vista Bela, acontecendo sempre nas noites de sábado.

Percurso 02 - “Maria Fernanda”**Sábado, 08 de junho de 2024, às 10:15.**

Alterações urbanas no bairro.

“Dando uma volta no bairro, a gente percebe que mudou o aspecto das casas, que eram todas padrão, iguais, gêmeas, e hoje cada uma tem o seu estilo próprio, sua configuração particular, então uma se difere da outra. Se você viesse aqui há, tipo, seis anos atrás, você teria dificuldade de achar uma casa, mesmo elas sendo todas numeradas, porque elas eram todas muito iguais. E as ruas eram todas muito iguais. Quando nos entregaram aqui, era muito louco, porque daqui da onde a gente está, você via umas cinco quadras pra cima. Eram todas, tipo, na mesma linha. Eu sinto falta, nesse aspecto, porque a convivência era muito... a gente não tinha privacidade, eu me lembro da criançada correndo em volta da sua casa, na porta da sua cozinha. O que se pode notar na alteração na urbanidade do Vista Bela é a estratégia de sobrevivência dos próprios moradores se adequando pra sobreviver no território”.

Processo de verticalização das casas.

“As casas não foram construídas de maneira a atender as necessidades e os anseios das diversas configurações familiares que a gente tem, não só no Vista Bela como em toda a sociedade. Então, as casas no modelo padrão não atendiam às necessidades particulares de cada um. E como aqui são muitas famílias volumosas, há necessidade de construir mais quartos, mais banheiros, para possibilitar o conforto do dia-a-dia. Então eu acho que a verticalização do bairro se resume um pouco nisso, a necessidade de melhoria para atender as necessidades básicas das famílias”.

Anúncios de venda dos imóveis.

“Hoje é frequente a comercialização dos imóveis, por causa do financiamento da CEF, que iniciou no final de 2011 e ia até o final de 2021. O contrato assinado pelas famílias pra pegar as casas tinha uma cláusula que previa que durante os 10 primeiros anos do empreendimento era proibida a venda, o comércio, aluguel, empréstimo, qualquer coisa. Então não era algo legal. Ainda assim acontecia. Houve muito comércio, muita troca e tudo mais. Muitos dos moradores iniciais não se encontram mais aqui hoje. Inclusive alguns deles foram pras ocupações, como o Flores do Campo, aqui mesmo na região Norte da cidade. Hoje é possível vender, é permitido por lei, né? Então hoje

essa venda, ela não é mais feita de forma sutil. Ela pode ser escancarada através de placa, através de imobiliária. Porque em 2021 acabou os financiamentos, né? Acabou o prazo desses 10 anos, no final de 2021, começo de 2022. Porém, devido às necessidades econômicas, vulnerabilidade das famílias, por n motivos, muitas das famílias tinham alguma pendência, algum atraso no contrato, algo que impossibilitava de pegar a escritura definitiva do imóvel, pra desalienar do banco”.

Surgimento dos pontos de comércio e serviços.

“As pessoas não tinham possibilidade de renda, assim como os moradores também não tinham possibilidade de compra, então uniu o útil ao agradável. Muitas famílias daqui não têm condições de se consolidar no mercado de trabalho formal, ou de se deslocar para outras partes da cidade, então adaptaram as casas às suas necessidades. Morador não pode sair daqui, precisa de uma fonte de renda, o outro que mora aqui também precisa de fácil acesso para comprar, assim foram surgindo vários pontos de comércio, que inclusive estão em fase de regularização. A partir de 2022, as casas transformadas em comércio estão todas em projeto de regularização, algumas inclusive através de lei específica, provando que são de utilidade pública para o bairro. Tentaram dificultar de todas as formas para que esses locais conseguissem a regularização, porque já tinham adequações no terreno e na estrutura, sem alvará, habite-se, licença de obras. Mas daí conseguiram reverter a situação com advogados no processo, mostrando que esses estabelecimentos eram importantes para o bairro. O poder público não está do nosso lado, né”.

A condição rural do agronegócio à agricultura familiar.

“Aqui antes era uma região de grandes propriedades do agronegócio, da família do Padovani, que agora é deputado. Aqui foi uma área de plantação de soja, que inclusive continua lá pra cima. Então esse aspecto rural atual não é uma herança desse passado, mesmo porque hoje é o aspecto da agricultura familiar, e antes era terreno do agro, plantação de soja pra dar de ração pra boi. Muito do aspecto rural do bairro também tem a ver com a necessidade mesma de sobrevivência, estratégias objetivas pra se alimentar, pra ter alface no fundo de casa. A vizinha cria galinha porque utiliza os ovos, e ocasionalmente se alimenta dessas galinhas. Os vizinhos lá de baixo cuidam dos porcos e matam pra comer, eu morro de dó, eles choram igual a neném”.

“O aspecto rural que ainda persiste no Vista Bela é cultural, ele é herdado dos territórios dos quais as pessoas migraram pra cá, justamente através de um objetivo de sobrevivência. Chega aqui, a pessoa ganha uma casa, mas não tem mercado próximo, então ela planta alface, tomate, cria galinha e porco, pra ter o seu alimento”.

Mudanças na relação entre os moradores.

“O que eu identifico que mais mudou de 2011, da entrega das casas pra cá, foi a qualidade na reprodução das relações sociais. Porque por conta dos equipamentos públicos que hoje são ofertados no bairro, são direitos constituídos, e através da luta hoje são materializados no bairro, como por exemplo, a Escola Municipal, a Escola Cívico-Militar Estadual, o Centro Pró-infância, que inclusive está em fase final da entrega, e o CMEI. Então, esses equipamentos educacionais puderam possibilitar a qualidade de vida dos moradores, tanto das crianças e adolescentes que acessam, quanto dos pais, dos adultos responsáveis por essas crianças e adolescentes, que podem ter um conforto maior no acesso ao direito, tendo educação ofertada dentro do território. Isso não chega a alterar a condição econômica das famílias, mas ainda assim possibilita melhoria na nossa qualidade de vida”.

Ausência de praças e equipamentos públicos.

“Faltam serviços de convivência e de fortalecimento de vínculos. Também faltam espaços públicos que atendam a necessidade das crianças em contraturno escolar. É uma luta constante que ainda não conseguimos materializar no bairro, esses espaços que atendam nossas necessidades. Os equipamentos públicos que temos hoje são, sim, muito importantes pra qualidade de vida dos moradores, mas nenhum deles é dentro do território. Todos os equipamentos públicos do estado, eles são materializados pra linha de fora do território, no Padovani, nas Moradas de Portugal. Com exceção do CMEI. Mas aí a gente retorna àquela primeira discussão também, o CMEI não é CMEI, era o nosso Centro Comunitário que foi adaptado para esse fim. A gente também socializa nas portas das casas porque o bairro é deficiente ainda em espaços de convivência, tanto para as crianças e adolescentes quanto para as famílias, para os idosos, para que eles possam se exercitar e tudo o mais. Temos só uma praça no bairro, caindo aos pedaços, que não atende 10% da demanda, se considerarmos que somos hoje mais de 20.000 moradores, sem levar em conta os novos empreendimentos que estão sendo lançados aqui no entorno”.

“O terreno do fundo de vale todinho, no plano inicial do bairro ali era um ginásio de esportes. Mas aí alguém do poder público veio aqui e passou a mão na nossa cara, disse que o terreno não tem como ter nada, por causa da pedra, rocha solar, alguma coisa assim. Não era um terreno propício. Dizem que quem fez a planta não se atentou a esse detalhe, mas no projeto original tinha o plano desse ginásio de esportes. Mas não há nem possibilidade da gente lutar para que ele seja materializado, porque vieram os profissionais e disseram que o terreno não era propício”.

Cultura periférica e sociabilidades possíveis.

“Falta espaço de convívio cultural, porque para nós periféricos a cultura não é algo acessível. Então os trabalhadores que trabalham a semana inteira, vendendo sua força de trabalho pro capitalismo massacrar eles, quando têm seu momento de desfrutar da folga ou eles vão para a igreja ou eles vão pros bares e tabacarias, que são na verdade duas formas de reprodução da cultura simbólica da periferia. O que tem de cultura aqui na periferia? Ou é o bar ou é a religião”.

“O trabalhador pobre não tem acesso a cultura, que é algo elitizado historicamente, é algo que somente a burguesia tem a oferta e o fácil acesso. Então nas periferias, eu acho que é um recorte brasileiro, não é uma exclusividade do Vista Bela, porém aqui se reproduz da mesma forma. Você trabalha a semana inteira, chega no fim-de-semana ou você vai pro barzinho ouvir uma música e tomar cerveja, ou vai pra igreja erguer a mão, dar oferta e adorar a Deus. São práticas que eu percebo que são culturas do bairro periférico”.

Falta de opções de acesso ao mercado de trabalho formal.

“Levando em consideração a precarização das relações sociais, é comum você observar que a maioria dos entregadores moram nas periferias, então aqui muitos dos jovens de 18 a 25, 35 anos, têm nessa prática o seu meio de sobrevivência. Então, é frequente ver essas pessoas se deslocando de casa pro trabalho, do trabalho pra casa. Muitos dos entregadores da cidade de Londrina são fruto do Vista Bela, são cria daqui. Tem a ver com a uberização do trabalho. Aqui temos muitos entregadores e empregadas domésticas. Se você vier segunda-feira de manhã, os pontos de ônibus, nos primeiros horários, saem mais de 40 trabalhadoras, que vão para os bairros nobres, para os condomínios existentes em outras partes da cidade”.

“Infelizmente a gente da periferia não tem muitas possibilidades de ascensão, então acaba virando uma profissão transgeracional: a filha começa a crescer e já começa a fazer diária com a mãe, ou o filho faz 18 anos e começa a trabalhar de Uber”.

“A fragmentação das políticas públicas, essa setorização e não a transversalidade das políticas, que não falam entre si - saúde, educação, cultura - acaba fomentando isso na comunidade. É muito difícil você ouvir dos jovens de 18 anos falando que querem se preparar para o vestibular, para entrar na Universidade. Aqui você vai ouvir muito mais deles que querem financiar uma moto pra trabalhar de IFood, entende? Porque não há esse estímulo na consciência coletiva. Tudo se resume a isso, no final das contas, pra nos manter num molde da subalternidade. É muito fácil visualizar, isso está muito palpável no território”.

Percurso 03 - “Tereza”**Sábado, 15 de junho de 2024, às 16:15.**

O bairro tem uma subdivisão territorial que vai do 1 ao 10. As quadras de casas são o Vista Bela 1, 4 e 6. As quadras dos prédios são o Vista Bela 2, 3, 5, 7, 8, 9 e 10. Excetuando-se as casas de esquina, destinadas para pessoas com deficiência, todas as outras casas do Vista Bela são “meia-água”. Essas casas localizadas no meio da quadra tiveram intervenções mais frequentes, como obras na garagem e nivelamento do terreno. Essa pode ser uma das razões da concentração das adaptações concentradas principalmente nos trechos dos núcleos comerciais. *“O terreno onde foi implantado o Residencial Vista Bela era desde o início muito desfavorável, devido ao seu desnível, até pela proximidade com o fundo de vale. Coloca o pobre pra morar aqui, no terreno que é pior, e na sequência começa a lançar os prédios do outro lado da avenida, em terrenos planos mais favoráveis. Quem mora pra cima acha que mora melhor porque nem menos vuco-vuco, porque o fluxo é menor, porém a contrapartida é ficar mais distante do maior comércio e da rede de serviços. Por exemplo, o posto de saúde, está lá no comecinho do bairro”.*

Muitas casas foram implantadas abaixo do nível da rua, uma situação que não é mais permitida para o financiamento pela Caixa Econômica Federal no contexto do PMCMV. *“Algumas casas de esquina não foram entregues para PCD’s, por causa de desvios e irregularidades na entrega das casas. Por isso sobrou tanto PCD com casas localizadas no meio das quadras. Assim como temos terrenos com as casas abaixo do nível da rua, em algumas partes as casas estão acima do nível da rua. E isso num dos bairros com a maior quantidade de PCD em Londrina”.* Existe, portanto, um conflito entre o projeto proposto para atendimento do déficit habitacional e o que foi executado, sem qualquer atenção às pessoas que viriam a morar no local.

“A Caixa foi processada por as casas serem meia-água, pois deveriam ser terrenos individualizados. A metragem deveria ser maior, deveriam se 3 quartos ao invés de 2. Os apartamentos deveriam ter 42,5m² e 3 quartos, além da área de serviço. Essas unidades foram entregues com apenas 2 quartos, e sem a área de serviço. No processo indenizatório do Residencial Vista Bela 10, por exemplo, a indenização foi em torno de 1 milhão de reais. Quando a COHAB fez as reuniões de integração das

peessoas do bairro, foi anunciado que enquanto as famílias ainda estivessem pagando a prestação do imóvel, nosso condomínio não ultrapassaria R\$100. Mas logo no segundo ano, esse teto já tinha sido ultrapassado, o que levou ao endividamento imediato do condomínio. No Vista Bela 10, por exemplo, a dívida com água e gás chegou a R\$31.000. Deviam ter estabelecido critérios para que fosse garantido o condomínio no valor máximo de R\$100. A conta de água, por exemplo, deveria ser para baixa renda, mas não foi enquadrada dessa forma”.

“A COHAB-LD não deu nenhum tipo de suporte para as famílias, nenhum tipo de informação ou qualificação sobre o processo de gestão condominial. Foram os próprios moradores que ficaram com o papel de gestão. Hoje o condomínio vem em torno de R\$350. É um valor muito maior do que a prestação, a cota mínima custava R\$25. Chegou um momento que já não tinha gás para fazer comida e teve muita gente que perdeu o imóvel porque não deram conta, muitos deles foram a leilão. O programa não tinha previsto nenhum dispositivo para evitar que isso acontecesse”.

“Uma situação que causou bastante conflito no início do Vista Bela, e que chegou a sair muita matéria no jornal na época, foi o fato que as casas estavam sendo utilizadas para outras finalidades que não a residencial. Tiveram muitas denúncias por parte das pessoas que não conseguiram as casas, de que estas estavam sendo utilizadas para outras finalidades. Era um critério exigido pelo programa que a gente viesse morar aqui por não ter outra habitação. A gente não podia usar pra outra coisa. Só que aqui não tem um mercado, não tem uma padaria, uma vila. Você é padeiro, pode assar pão e vender pros seus vizinhos, você não vai fazer? Você não consegue sair pra trabalhar sem ter com quem deixar seus filhos. Então também tem esse lado da praticidade de poder trabalhar no bairro”.

O entorno do bairro apresenta loteamentos implantados após o Vista Bela, em terrenos particulares. Nesse processo, as construtoras começam os loteamentos, acumulam capital, e só então o poder público passa a agir. Estão sendo construídos novos equipamentos públicos no local, como o Centro Infantil Pró-Criança. *“Eles não te dão a infraestrutura que você precisa no bairro destinado pra população de baixa renda. Mas daí eles vendem tudo que tem no entorno, e dizem ‘vamos gentrificar esse espaço. Muita área rural, vamos botar prédio pra tudo que é canto’”.*

“A maioria dos terrenos pertencem a uma família tradicional na política londrinense. Toda a parte lá de cima é da família do deputado Padovani. Então quando se faz o Posto de Saúde do Padovani, “ah é porque é doação do deputado”, ele ficou com o crédito de que doou o terreno para a implantação do posto de saúde. Só que ele vendeu tudo em volta pra fazer condomínio fechado. E a população não tem conhecimento de que ele não conseguiria liberar financiamento público e escritura para esses apartamentos se não tivesse concedido parte do terreno pra essa contrapartida obrigatória. Mas as pessoas não sabem disso. E quem não sabe é como quem não vê. Ele vem aqui e ganha voto no bairro, só que a gente nunca viu ele fazer nada, mas ele ganha voto porque tem essa ideia de que quem fez a doação do terreno do posto e injetou dinheiro pra obra foi o deputado Padovani. Então temos essas contradições. Pra gente vencer tudo isso, é bastante desafiador”.

“O rapaz que abriu o primeiro pequeno comércio, os vizinhos têm dificuldade financeira, aí vende a casa, o outro também vende, quem vai tendo uma condição melhor vai comprando, vai comprando, e vai ampliando. O supermercado foi inaugurado em 2013. Em algumas outras casas o morador não teve condições de fazer nada de melhoria, então não tem muro, não tem nada. Estão do mesmo jeito que foram entregues”.

“Quando falamos de pertencimento, estamos falando de um histórico de resistência. Aqui não tinha história nenhuma, não tinha apego nenhum. Só tinha dificuldade pra todos nós. A gente não tinha onde comprar um pão. Mesmo que você tivesse com dinheiro no bolso, você não tinha onde comprar pão. A gente ficou muito à mercê. Quando chegamos aqui o bairro era muito violento. Porque como tirou gente de tudo quanto é lugar do território, tinha muita rixa de tráfico e de domínio. Porque aqui ainda não tinha dono. E tinha um monte de gente aqui que trabalhava pra outros patrões, em outros grupos, em outros espaços de disputa do tráfico, que vieram se encontrar aqui. E esses acertos de conta, aconteceram muitos. As mensagens que vemos nos muros são expressões de luto, a maioria próxima de onde as pessoas foram assassinadas. Hoje o tráfico está mais estabelecido e já tem suas esquinas delimitadas, cada uma com seu gerente, cada parte do bairro distribuída com seu dono, hoje a relação é outra”.

“Antigamente a gente tinha uma dificuldade muito grande com o volume de lixo que ficava acumulado pelas ruas. Porque as pessoas se mudaram pra cá e trouxeram tudo o que tinham. Mas o que tinham não aguentava sequer o deslocamento, então todo esse entorno tinha muito depósito de lixo. Porque os outros bairros em volta têm as mesmas dificuldades de infraestrutura que nós temos”.

“O bairro já estava estabelecido quando foi criado o ecoponto. Gente da região inteira, quando o município criou a lei das multas mais pesadas para o pessoal fazer o descarte correto dos rejeitos de entulho, de fim de obra, de móveis e tal, foi que começou o ecoponto daqui. Esse processo de ocupação é meio que concomitante ao crescimento do bairro. Com 3, 4 anos de formação do bairro, começaram as ocupações irregulares no fundo de vale. Ali mais pra baixo, perto da área de preservação do fundo de vale, já têm famílias que estão ocupando aquele espaço. A maioria das pessoas que se instalaram ali já trabalhava com reciclagem nos espaços que moravam. E elas não têm outra fonte ou viabilidade de geração de renda mínima pras suas famílias. Elas precisam de espaço onde possam acumular as suas coletas, então colocar tudo no entorno do ecoponto acaba sendo um facilitador pra essas pessoas, porque você consegue resgatar o que pro outro é lixo, pra você talvez seja viável, possível transformar aqui em renda. Pra eles isso é trabalho. O lixo, pra eles, é comida. É fonte de geração de renda, de subsistência. É um processo de ocupação irregular que está associado com o lixo do ecoponto. Aumentou muito o número de pessoas acumulando esse material reciclável nos seus próprios quintais”.

“Quando foi entregue a praça, era só mato, e tinha a academia ao ar livre implantada, mais nada. O único aparelho público que tínhamos era a estrutura do atual CMEI, que antes abrigava o Centro Comunitário. Não tinha padaria, não tinha nenhum comércio. Segundo o responsável pelo Vista Bela na COHAB, quando foi implantado o bairro, houve uma negociação entre as empreiteiras e o Executivo Municipal. Aí, ao invés de construírem os equipamentos públicos nos terrenos destinados para esse fim, conforme o plano original, foi construída uma ponte que atravessa o fundo de vale no limite sul do bairro. Foi a própria Prefeitura que negociou isso com as construtoras. Com isso, perdemos o equipamento. A população só perde, a população nunca ganha”.

“No início do bairro, o ponto de ônibus ficava muito distante das unidades habitacionais. Até o final de 2012 não tínhamos ônibus dentro do bairro. A gente passou 1 ano e meio pegando ônibus no Maria Celina. O ponto de ônibus mais próximo era em outro bairro. Era muito grande a dificuldade para acessar, por exemplo, a creche mais próxima, porque o transporte que disponibilizaram não era pras crianças da creche, era pras crianças maiores. Então essas mães tinham que se deslocar e se responsabilizar por levar os filhos para as creches. Foi só em 2020 que implantaram a Escola Municipal dentro do bairro. As crianças faziam o embarque na rua do Vista Bela 2 e o desembarque na rua do Vista Bela 3, esses ônibus levavam as crianças para as escolas do entorno, escolas da zona Norte e da zona Oeste. Tivemos um aumento na evasão escolar no nono ano. Quando a criança faz 14 anos e pode arrumar um emprego, o boletim vale muito menos que o holerite. Era um puta status cu pra mãe acreditar que a escola cívico-militar traria disciplina e oportunidade, porque o filho dela teria uma imagem apresentável fora do bairro: ‘Olha, o meu filho sai fardado da escola e vai pro emprego’. Esse era o sonho delas. Só que a expectativa não condiz com a realidade”.

Os moradores do Vista Bela não tinham infraestrutura para atendimento escolar e de saúde, e utilizavam os equipamentos instalados nos bairros vizinhos: CMEI Vanderlaine Aparecida Rodrigues Ribeiro no Maria Celina (1,3 km de distância); Escola Municipal Professora Cláudia Rizzi no Jardim Everest (2,8 km de distância); UBS Chefe Newton, no Conjunto Habitacional Chefe Newton (2,1 km de distância); Em um raio de aproximadamente 7 a 8 km do Residencial Vista Bela estão instalados: Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos (São Jorge); CAIC Zona Oeste Mari Carrera Bueno (Santa Rita); e os equipamentos de ensino Escola Moacir Teixeira (Maria Cecília); Escola Padre Anchieta (Heimtal); Escola Municipal Nara Manela (Conj. Semiramis Barros).

Segundo Tereza, “pensar o processo de urbanização vai muito além de só uma questão de infraestrutura”.

Percurso 04 - “Denise”**Domingo, 18 de agosto de 2024, às 11:00.**

A entrevistada propôs uma caminhada pelas imediações da avenida principal do bairro (Av. Gioconda Maturi) e pela Escola Municipal do Vista Bela.

APÊNDICE F - ELEMENTOS DA URBANIZAÇÃO PERIFÉRICA

